

# PREGÃO ELETRÔNICO

90035/2026

**CONTRATANTE (UASG)**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DIRETORIA  
DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES (080358)

**OBJETO**

Contratação de prestação de serviços contínuos de transporte escolar, conduzido por motorista e auxiliado por monitor, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinado a alunos matriculados nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino e/ou instituições educacionais especializadas credenciadas – Região RMSP Leste.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 95.793.166,02 (noventa e cinco milhões, setecentos e noventa e três mil, cento e sessenta e seis reais e dois centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 29/06/2026 às 10h00 (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento**

Menor preço / por grupo

**Modo de disputa**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Não



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**Sumário**

1. DO OBJETO .....	2
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	2
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	2
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	5
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	15
11. DOS RECURSOS.....	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2026

(Processo Administrativo nº 015.00255730/2026-15)

Torna-se público que a **Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**, por meio da **Diretoria de Infraestrutura e Serviços Escolares**, sediada na Praça da República, nº 53 – Centro – São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é contratação de **prestação de serviços de transporte escolar, conduzido por motorista e auxiliado por monitor, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinado a alunos matriculados nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino e/ou instituições educacionais especializadas credenciadas – Região RMSP Leste, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e não definidos como serviços de engenharia**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
  - 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.5.1. Considerando o valor estimado dos **grupos 1 e 2**, objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 3.6.10. entidades privadas sem fins lucrativos, tendo em vista a incompatibilidade entre as condições de execução do objeto a ser contratado e as características dessas entidades.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).
- 3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo](#)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e empresa de pequeno porte

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 5.1.1. Valor unitário e total do item
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:
- **R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) para o item 01 do grupo 1;**
  - **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para o item 02 do grupo 1;**
  - **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o item 03 do grupo 1;**
  - **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o item 04 do grupo 1;**
  - **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o item 05 do grupo 2;**
  - **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o item 06 do grupo 2;**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
  - 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
  - 6.19.2.2. empresas brasileiras;
  - 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicafe;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.9.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 SINTTEASP.

7.9.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.9.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.9.7. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.9.8. Será solicitado que o licitante mais bem classificado envie, junto com sua proposta adequada ao último lance ofertado, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) do trabalho em que se baseia sua proposta.

7.9.8.1. O licitante mais bem classificado deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.9.9. Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:

7.9.9.1. cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial;

7.9.9.2. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974.

7.9.10. O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando o Contratado às sanções previstas no art. 156, caput, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.11. O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

7.9.12. Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.13. Considerando que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cuja produtividade é mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.9.13.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.9.13.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.9.13.3. Para efeito da subdivisão anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 7.11. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 8.15. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br](mailto:licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
  - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): [licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br](mailto:licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br)
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1), **bastando o licitante informar o número da contratação ou preencher os filtros**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.
- 14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a **assinatura de Termo de Contrato**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.
- 14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).
- 14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
- 14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **até 01 (um) mês**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
- 14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.
- 14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
- 14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.16.3. ANEXO III – Resolução SEDUC nº 28, de 23/02/2026;
- 14.16.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 14.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);
- 14.16.6. ANEXO VI – Planilha orçamentária;
- 14.16.7. ANEXO VII – Avaliação de Execução de Serviços;

São Paulo, na data da assinatura digital.

**Nayla Veríssimo Neves**  
Diretora  
Diretoria de Infraestrutura e Serviços Escolares





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
(Processo Administrativo nº 015.00255730/2026-15)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se da contratação de serviços contínuos de transporte escolar, com disponibilização de veículos, condutores e monitores, em modelagem compatível com a natureza de serviço comum e com a sistemática de execução indireta adotada pela Administração Pública estadual, com dedicação exclusiva de mão de obra<sup>1</sup>, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO 01 - TRANSPORTE REGULAR		Unidade de Medida	Quantidade Total	Código CATSER	Quantidade de Veículos	KM Diário	Valor Fixo Mensal Total	Valor Fixo Total 30 Meses	Valor Total Variável 500 dias letivos	Valor Total 30 Meses
Item 01	V1 - Veículo convencional ônibus 44 passageiros	Mês	30	30176	46	2.675,46	R\$ 624.488,91	R\$ 18.734.667,27	R\$ 7.455.825,71	R\$ 26.190.492,98
Item 02	V2 - Veículo convencional micro-ônibus 24 passageiros	Mês	30	30176	14	1.255,62	R\$ 152.331,04	R\$ 4.569.931,10	R\$ 1.936.117,97	R\$ 6.506.049,07
Item 03	V3 - Veículo convencional tipo van 15 passageiros	Mês	30	30176	24	1.924,75	R\$ 244.204,21	R\$ 7.326.126,32	R\$ 1.974.996,43	R\$ 9.301.122,75
Item 04	V3 - Veículo convencional tipo van 15 passageiros	Mês	30	30176	2	98,06	R\$ 20.705,73	R\$ 621.171,93	R\$ 100.619,90	R\$ 721.791,83
VALORES TOTAIS DO GRUPO 01					86	5.953,89	R\$ 1.041.729,89	R\$ 31.251.896,62	R\$ 11.467.560,01	R\$ 42.719.456,63

GRUPO 02 - TRANSPORTE ACESSÍVEL		Unidade de Medida	Quantidade Total	Código CATSER	Quantidade de Veículos	KM Diário	Valor Fixo Mensal Total	Valor Fixo Total 30 Meses	Valor Total Variável 500 dias letivos	Valor Total 30 Meses
Item 05	V6 (Van Acessível - Diurno)	Mês	30	30176	153	3.113,20	R\$ 1.563.405,89	R\$ 46.902.176,75	R\$ 2.670.787,59	R\$ 49.572.964,34
Item 06	V6 (Van Acessível - Noturno)	Mês	30	30176	11	81,66	R\$ 114.356,32	R\$ 3.430.689,64	R\$ 70.055,41	R\$ 3.500.745,05
VALORES TOTAIS DO GRUPO 02					164	3.194,86	R\$ 1.677.762,21	R\$ 50.332.866,39	R\$ 2.740.843,00	R\$ 53.073.709,39

<sup>1</sup> Enquadramento como serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra (Parecer CJ/SE nº 36/2025, p. 7-8).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Modalidade de Transporte	Quantidade de Veículos	KM Diário	Valor Fixo Mensal Total	Valor Fixo Total 30 Meses	Valor Variável Total 500 dias letivos	Valor Total 30 Meses
Grupo 01 – Transporte Regular	86	5.953,89	R\$ 1.041.729,89	R\$ 31.251.896,62	R\$ 11.467.560,01	R\$ 42.719.456,63
Grupo 02 – Transporte Acessível	164	3.194,86	R\$ 1.677.762,21	R\$ 50.332.866,39	R\$ 2.740.843,00	R\$ 53.073.709,39
<b>TOTAIS</b>	<b>250</b>	<b>9.148,75</b>	<b>R\$ 2.719.492,10</b>	<b>R\$ 81.584.763,01</b>	<b>R\$ 14.208.403,01</b>	<b>R\$ 95.793.166,02</b>

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**<sup>2</sup>, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses**, contados a partir da data estabelecida para o início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como **serviço contínuo**, tendo em vista as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o referido estudo técnico.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.5. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nos limites, condições e forma previstos no contrato, no edital e nos demais instrumentos da contratação, desde que previamente autorizada pela Administração e justificada no processo administrativo.

1.6. A subcontratação, quando admitida, não afastará a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução do objeto, permanecendo esta como única responsável perante a Administração pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, legais, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, operacionais, de segurança, acessibilidade, regularidade documental, monitoramento, medição, fiscalização e qualidade da execução.

1.7. A Contratada deverá comprovar, sempre que exigido pela Administração, que eventual subcontratada atende às condições legais, técnicas, operacionais e documentais necessárias à execução da parcela subcontratada, observadas as exigências do edital, do contrato, do Termo de Referência e de seus anexos.

1.8. É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como a subcontratação de parcela não autorizada pela Administração ou em desacordo com os limites e condições estabelecidos nos instrumentos da contratação.

---

<sup>2</sup> Classificação e justificativa para modalidade pregão baseada na natureza comum do objeto (Parecer CJ/SE nº 36/2025, p. 5).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar**, o qual figura como apêndice deste Termo de Referência. O foco central é a garantia do acesso e da permanência dos estudantes nas unidades escolares da Região RMSP Leste, por meio de um modelo centralizado que garante eficiência logística, segurança veicular e controle operacional baseado em dados reais de GPS.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) Identificação do PCA no PNCP: 46384111000140-0-000091/2026.

II) Data de publicação no PNCP: 10/07/2025.

III) Identificação do item no PCA: 5.

IV) Classe ou Grupo: Serviços de Transporte Rodoviário.

V) Identificador da Futura Contratação: 990016-1931/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. A solução consiste na delegação da operação logística à iniciativa privada com remuneração híbrida parcela fixa para disponibilidade e parcela variável paga conforme apuração desempenho operacional do serviço.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. No âmbito da presente contratação, a execução do objeto deverá observar rigorosamente as diretrizes e os critérios ambientais aplicáveis à Administração Pública do Estado de São Paulo, alinhando-se aos ditames da Lei nº 14.133, de 2021. Destaca-se a obrigatoriedade de adoção de medidas mitigadoras de impactos ambientais, como controle de emissão de gases e destinação correta de resíduos (pneus, óleos e baterias).

4.1.2. Os demais requisitos, procedimentos e critérios correlatos encontram-se pormenorizados e consolidados no respectivo Anexo I, o qual integra este instrumento para todos os fins de direito e de fiscalização contratual.

### **Garantia da contratação**

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **3% (três por cento)** do valor inicial do contrato<sup>3</sup>, e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I – Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II – Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de

---

<sup>3</sup> Definição do limite prudencial da garantia contratual (Parecer CJ/SE n.º 36/2025, p. 40).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III – Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV – Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V – Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.3.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços por parte das licitantes, dada a natureza do objeto e o fornecimento prévio das rotas e quilometragens estimadas.

#### **Matriz contratual de riscos, responsabilidades e equilíbrio econômico-financeiro**

4.6. Este item estabelece a matriz contratual de riscos da contratação, para fins de definição prévia dos riscos e das responsabilidades entre as partes, bem como de caracterização do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em relação aos ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação, observadas a Lei nº 14.133/2021 e as características do objeto contratado.

4.6.1. Para fins deste item, consideram-se como premissas contratuais essenciais:

- a) a contratação de serviços contínuos de transporte escolar, nas modalidades regular e acessível, com dedicação exclusiva de mão de obra;
- b) a execução em modelagem regionalizada e centralizada;
- c) a remuneração híbrida, composta por parcela fixa de disponibilidade e parcela variável apurada conforme a execução operacional;
- d) a obrigatoriedade de sistema de monitoramento por satélite (GPS/telemetria) e de rastreabilidade operacional;
- e) a possibilidade de subcontratação parcial da frota até o limite contratualmente admitido, sem afastamento da responsabilidade integral da contratada; e
- f) a possibilidade de atendimento, no curso da execução, de qualquer município integrante da região contratada, inclusive aqueles sem demanda ativa na data da licitação, desde que respeitados os limites do objeto e o equilíbrio econômico-financeiro quando cabível.

4.6.2. Regra geral de alocação: constituem, em regra, riscos ordinários da contratada, sem direito automático a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, os eventos inerentes à organização empresarial, à gestão da mão de obra, à gestão da frota, à manutenção, ao abastecimento, aos seguros exigidos, à subcontratação regularmente autorizada, ao cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, ambientais, de trânsito, de segurança, de proteção de dados e às oscilações ordinárias de mercado compatíveis com a natureza do objeto e com o horizonte contratual. Tais encargos consideram-se abrangidos pela proposta, salvo quando sobrevier evento excepcional, superveniente, imprevisível ou previsível



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

de consequências incalculáveis, ou fato do príncipe/fato da Administração, nos termos da legislação aplicável e da presente matriz.

4.6.3. Regra geral de reequilíbrio: a ocorrência de evento alocado à Administração, ou de evento alocado de forma compartilhada, não gera, por si só, direito automático a recomposição.

4.6.4. A parte que alegar desequilíbrio deverá demonstrar, de forma objetiva e documental, o fato superveniente, o nexo causal com o contrato, a repercussão econômico-financeira efetiva, a extensão temporal do impacto e a inadequação de absorção do ônus dentro da álea ordinária do negócio.

4.6.5. Quando houver alteração de valor, quantitativo, escopo, prazo ou condicionantes essenciais do objeto, a recomposição será formalizada, conforme o caso, por termo aditivo. Quando se tratar de mero registro formal sem modificação substancial do ajuste, aplicar-se-á a disciplina de apostilamento, se juridicamente cabível.

4.6.6. Obrigações de resultado com liberdade limitada de inovação metodológica ou tecnológica: para esta contratação, ficam qualificadas como frações de obrigação de resultado, nas quais a contratada poderá inovar metodológica ou tecnologicamente, desde que não altere o núcleo obrigatório do objeto, não reduza padrões mínimos de segurança, regularidade, acessibilidade, rastreabilidade, medição e conformidade, nem imponha ônus adicional à Administração sem prévia anuência formal:

- a) organização interna das escalas, distribuição de equipes, despacho operacional e logística interna de apoio;
- b) planejamento interno de manutenção preventiva e corretiva da frota, inclusive rotinas, oficinas, ferramentas e sistemas de gestão de manutenção;
- c) escolha e aperfeiçoamento de soluções internas complementares de monitoramento, *business intelligence*, comunicação operacional e gestão de incidentes, desde que preservados os requisitos mínimos de GPS/telemetria, interoperabilidade, disponibilidade e integridade exigidos no contrato;
- d) métodos internos de supervisão, treinamento, reciclagem e controle de qualidade da operação; e
- e) soluções operacionais internas de otimização de mobilização e reposição de veículos, desde que não alterem rotas, parâmetros autorizados, tipos de veículo, quantitativos, medições ou demais elementos sujeitos à aprovação da Administração.

4.6.7. Obrigações de meio com aderência obrigatória à solução predefinida: para esta contratação, ficam qualificadas como frações de obrigação de meio, sem liberdade de inovação pela contratada, devendo haver aderência estrita à solução delineada neste Termo de Referência, em seus anexos operacionais, planilhas e demais documentos contratuais:

- a) atendimento das rotas, municípios, linhas, pontos, horários, estudantes, parâmetros de execução e ondas de transição autorizados pela Administração;
- b) tipos de veículos, requisitos de acessibilidade, documentação, seguros, idade máxima da frota, manutenção mínima exigida, identificação visual e demais características obrigatórias da frota;
- c) parâmetros de medição, rastreabilidade, telemetria, integridade dos dados, forma de faturamento e critérios de glosa/sanção;
- d) exigências legais e contratuais relativas a motoristas, monitores, subcontratação, regularidade fiscal e trabalhista, proteção de dados, segurança da informação, medicina e segurança do trabalho e normas de trânsito;
- e) regras de fiscalização técnica e administrativa, de recebimento, liquidação, pagamento, sanções e responsabilização; e
- f) quaisquer condicionantes técnicas ou jurídicas cuja modificação dependa de manifestação formal da Administração ou de alteração contratual.

4.6.8. As inovações admitidas no item 4.6.6 (limites da inovação da contratada):

- a) não transferem à Administração riscos ordinários da atividade empresarial;
- b) não autorizam, por si só, reequilíbrio econômico-financeiro;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- c) não permitem alteração unilateral de rotas, quantitativos, tipos de veículo, composição da remuneração, critérios de medição, padrões de segurança ou requisitos mínimos da execução;  
e  
d) dependerão de prévia autorização formal da Administração sempre que afetarem a execução operacional autorizada, a rastreabilidade, a fiscalização, a medição ou qualquer requisito contratualmente sensível.

4.6.9. A tabela abaixo materializa a alocação proposta dos principais eventos supervenientes à assinatura do contrato com potencial impacto no equilíbrio econômico-financeiro.

Nº	Evento superveniente	Alocação do risco	Ônus financeiro / tratamento	Termo aditivo
1	Alteração unilateral, pela Administração, de rotas, quantitativos de veículos, quilometragem autorizada, municípios atendidos ou composição relevante da demanda, além dos limites ordinariamente absorvíveis pelo contrato	Administração	Reequilíbrio ou adequação econômico-financeira, quando demonstrado impacto efetivo; recomposição proporcional ao acréscimo, supressão ou reconfiguração do objeto	Sim, quando houver alteração de valor, quantitativo, prazo ou escopo
2	Ativação de atendimento em município ou URE integrante da região contratada que não possuía demanda ativa na data da licitação, desde que dentro dos limites ordinários do objeto e da modelagem regional já assumida na proposta	Contratada	Risco ordinário do modelo regionalizado; sem recomposição automática	Não, salvo se exceder limites contratuais ou gerar alteração formal do objeto
3	Ativação de nova demanda regional superveniente que ultrapasse a álea ordinária assumida na proposta, inclusive por expansão relevante da necessidade administrativa	Compartilhado, com preponderância da Administração	Reprogramação operacional e recomposição somente se comprovado impacto extraordinário e efetivo	Sim, quando houver alteração qualitativa/quantitativa relevante
4	Determinação judicial, normativa ou administrativa superveniente que imponha criação de atendimento acessível, acompanhante, rota especial ou solução materialmente mais onerosa não prevista na equação inicial	Administração	Reequilíbrio ou adequação do contrato, se comprovado impacto econômico-financeiro efetivo	Sim
5	Atraso, suspensão, paralisação ou postergação da Ordem de Início dos Serviços por ato ou fato imputável à Administração, após mobilização comprovadamente iniciada pela contratada	Administração	Reprogramação do cronograma; eventual recomposição de custos de mobilização comprovadamente inutilizados ou ociosos	Sim, quando houver impacto em prazo/valor
6	Impedimento, ordem de paralisação ou suspensão motivados pela Administração durante a execução	Administração	Prorrogação do cronograma; recomposição quando houver custo comprovado não absorvível pela contratada	Sim, necessário quando





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

7	Oscilações ordinárias de mercado relativas a combustível, pneus, peças, manutenção, seguros, salários, convenções coletivas, tributos correntes e demais insumos inerentes à atividade	Contratada	Álea ordinária do negócio; recomposição automática sem	Não
8	Alteração legislativa, normativa ou regulatória superveniente, específica ou geral, que imponha custo novo, obrigatório e comprovadamente extraordinário para a execução do objeto	Compartilhado, com análise caso a caso	Reequilíbrio somente se o impacto for superveniente, comprovado e não absorvível na álea ordinária	Sim, quando houver modificação do equilíbrio econômico-financeiro
9	Criação ou alteração superveniente de exigência ambiental, de segurança veicular, acessibilidade, seguro obrigatório ou tecnologia mandatória, com repercussão econômica relevante	Compartilhado, com preponderância da Administração quanto ao fato normativo	Adequação do contrato e recomposição, se comprovado impacto extraordinário e nexos causal	Sim
10	Falha, indisponibilidade, defeito, fraude, manipulação ou perda de integridade do GPS/telemetria, do sistema da contratada ou de sistemas complementares sob sua gestão	Contratada	Sem recomposição; sujeição a glosas, sanções, substituições e demais efeitos contratuais	Não
11	Indisponibilidade ou falha superveniente dos sistemas corporativos da Administração necessários ao recebimento, cruzamento ou processamento dos dados, desde que o serviço tenha sido executado e seja possível comprovação alternativa idônea	Administração / Compartilhado	Aferição por protocolo contingencial; preservação do pagamento devido à parcela comprovadamente executada; recomposição apenas se houver impacto duradouro e mensurável	Em regra não; sim, se a contingência demandar alteração estrutural duradoura do ajuste
12	Inadimplemento, incapacidade operacional ou irregularidade da subcontratada regularmente autorizada	Contratada	Risco integral da gestão da cadeia de execução; sem recomposição	Não
13	Subcontratação vedada, em cascata, irregular ou sem autorização, bem como seus efeitos econômicos	Contratada	Sem recomposição; sujeição a sanções e medidas contratuais	Não
14	Acidentes, avarias, panes, quebras, atraso de manutenção, falhas de reposição, indisponibilidade de frota ou de pessoal, quando decorrentes da gestão ordinária da operação	Contratada	Álea operacional; sem recomposição	Não
15	Variação extraordinária e comprovadamente imprevisível das condições viárias ou logísticas por calamidade, desastre, interdição prolongada, colapso de infraestrutura ou	Compartilhado	Reprogramação operacional imediata; recomposição somente se o impacto exceder a álea ordinária e for comprovado	Sim, quando houver reflexo relevante em prazo, rotas ou valor





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

	evento equivalente, sem culpa das partes			
16	Fato exclusivo de terceiro, vandalismo ou ato ilícito que afete pontualmente a execução, sem repercussão estrutural duradoura	Contratada, quanto à gestão ordinária do risco operacional segurável	Em regra sem recomposição; utilização de seguros e contingências operacionais da contratada	Não
17	Atraso de pagamento pela Administração após regular liquidação da despesa	Administração	Atualização monetária e juros moratórios na forma contratual e legal	Em regra não
18	Supressão ou otimização autorizada de rotas, veículos ou parâmetros operacionais, com aumento de eficiência e redução do encargo contratual	Administração, com reflexo bilateral	Adequação do valor contratual para mais ou para menos, conforme o caso	Sim, quando alterar valor/escopo
19	Descoberta superveniente de inconsistência material na base pública de demanda fornecida pela Administração e utilizada como premissa objetiva do contrato	Administração / Compartilhado	Reavaliação técnica e eventual recomposição, caso o vício da premissa tenha impacto mensurável relevante	Sim, quando couber
20	Violação de dados pessoais, incidente de segurança da informação ou uso indevido de dados quando decorrentes de sistemas, pessoas, processos ou controles da contratada	Contratada	Sem recomposição; sujeição às responsabilidades contratuais e legais	Não

4.6.10. Regras complementares de aplicação da matriz:

4.6.10.1. Procedimento para invocação de evento superveniente: a parte que pretender invocar qualquer evento previsto nesta matriz deverá comunicar formalmente a outra parte, em prazo razoável e sem demora injustificada, apresentando descrição do evento, data de ocorrência, fundamentos, provas documentais, demonstração do nexo causal e estimativa do impacto econômico-financeiro. A ausência de comprovação suficiente impede o reconhecimento automático do reequilíbrio.

4.6.10.2. Limites da recomposição: não caberá recomposição por eventos cobertos pela álea ordinária da atividade empresarial, nem por ineficiência, erro de gestão, descumprimento contratual, falha de subcontratada, falha de manutenção, inadequação de pessoal, não conformidade documental, falha de telemetria da contratada ou qualquer outro evento alocado à contratada nesta matriz.

4.6.10.3. Preservação do interesse público e continuidade do serviço: a aplicação desta matriz deverá sempre observar a continuidade do transporte escolar, a segurança dos estudantes, a rastreabilidade da execução, a proteção do erário e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, sem afastar o dever das partes de adotar medidas imediatas de mitigação, contingência e cooperação para impedir a desassistência dos usuários do serviço.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica e prazos:

5.1.1. A emissão da Ordem de Início de Serviços ocorrerá em até 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato.

5.1.1.1. Em caso de emissão da ordem de serviço dentro dos primeiros 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, as partes reunir-se-ão para avençar as condições de início do serviço, especialmente considerando o bem do interesse público e o atendimento da demanda objeto da contratação.

5.1.1.2. O início da execução do objeto ocorrerá em até **5 (cinco) dias corridos** a contar da emissão da ordem de serviço. A transição ocorrerá em ondas, conforme vencimento dos contratos anteriores da Região RMSP Leste, garantindo a ausência de interrupção no transporte dos estudantes.

5.1.2. A execução detalhada do processo está integralmente descrita no **Anexo I** – Especificações e Condições de Execução dos Serviços de Transporte Escolar e; **Anexo II** – Formulários Operacionais e de Avaliação: Transporte Escolar, documentos que integram este instrumento para todos os fins de direito e de fiscalização contratual.

5.1.3. As informações relativas ao local e horário da prestação dos serviços, bem como às rotinas a serem cumpridas, encontram-se detalhadas no **Anexo I** – Especificações e Condições de Execução dos Serviços de Transporte Escolar; e **Anexo II** – Formulários Operacionais e de Avaliação: Transporte Escolar, que integram este Termo de Referência para todos os fins legais.

**Características Gerais dos Veículos Contratados**

5.1.4. As características detalhadas dos veículos do processo (ônibus, micro-ônibus, vans e veículos com acessibilidade) encontram-se integralmente descritas no **Anexo I** – Especificações e Condições de Execução dos Serviços de Transporte Escolar, que integra este instrumento para todos os fins de direito e de fiscalização contratual, seguindo estritamente as categorias estipuladas pelo Volume 21 do CADTERC e as exigências do Código de Trânsito Brasileiro.

5.1.5. Os veículos de transporte escolar são do tipo convencional e acessível e seguem as especificações a seguir:

• **Veículos Convencionais:**

VEÍCULO	DESCRIÇÃO CADTERC	CATEGORIA COTRAN	DESCRIÇÃO COTRAN
V1	Ônibus com capacidade mínima para 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados, com parede divisória interna, com bancos forrados e almofadados.	M3	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que tenha massa superior a 5 (cinco) toneladas.
V2	Micro-ônibus com capacidade mínima para 24 (vinte e quatro) passageiros sentados, com bancos forrados e almofadados.	M3	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que tenha massa superior a 5 (cinco) toneladas.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>V3</b>	Veículo tipo van com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros sentados e com porta lateral corrediça.	M2	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas.
<b>V4</b>	Veículo tipo van com capacidade mínima para 11 (onze) passageiros sentados e com porta lateral corrediça.	M2	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas.

• **Veículos Acessíveis:**

<b>VEÍCULO</b>	<b>DESCRIÇÃO CADTERC</b>	<b>CATEGORIA COTRAN</b>	<b>DESCRIÇÃO COTRAN</b>
<b>V5</b>	Veículo tipo van ou minivan com capacidade mínima para 2 (dois) passageiros sentados e com pelo menos 1 (um) box para passageiro cadeirante, equipado com plataforma elevatória veicular ou que possibilite o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso.	M1/L4/1A	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha até 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, equipado com plataforma elevatória veicular e área reservada e identificada para a acomodação de 1 (um) box para passageiro cadeirante ou para cão-guia que acompanha a pessoa com deficiência visual.
<b>V6</b>	Veículo tipo van com capacidade mínima para 8 (oito) passageiros sentados, porta lateral e com pelo menos 2 (dois) boxes para passageiros cadeirantes, equipado com plataforma elevatória veicular ou que possibilite o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso.	M2/L4/1A	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas, equipado com plataforma elevatória veicular, com lotação mínima para 8 (oito) passageiros mais o condutor e área reservada e identificada para a acomodação de 2 (dois) boxes para passageiro cadeirante ou para cão-guia que acompanha a pessoa com deficiência visual.
<b>V7</b>	Veículo tipo van com capacidade mínima para 4 (quatro) passageiros sentados, porta lateral e com pelo menos 3 (três) boxes para passageiros cadeirantes, equipado com plataforma elevatória veicular ou que possibilite o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso.	M2/L4/1A	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas, equipado com plataforma elevatória veicular, com lotação mínima para 4 (quatro) passageiros mais o condutor e área reservada e identificada para a acomodação de 3 (três) boxes para passageiro cadeirante ou para cão-guia que acompanha a pessoa com deficiência visual.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

5.1.6. Os veículos utilizados na prestação dos serviços cuja contratação se pretende, especialmente destinados à condução coletiva de escolares, somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei Federal nº 9.503, o Capítulo XIII e a Portaria Normativa DETRAN-SP nº 11, de 10 de novembro de 2023, exigindo-se, para tanto:

- a) Registro como veículo de passageiros, classificado na categoria aluguel;
- b) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- c) Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, padrão Helvética Bold, em preto, com altura de 20 a 30 centímetros, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas.

5.1.7. Além da pintura, todos os veículos deverão estar devidamente identificados com as logomarcas do Governo do Estado de São Paulo atualizado e da Secretaria de Educação.

5.1.8. Constar em todos os veículos letreiro dianteiro identificando a viagem/rota (destino) de ida e de volta.

**Posicionamento para Aplicação Frente, Traseira e nas Laterais:**



Secretaria de  
**Educação**



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO



**SÃO  
PAULO**  
GOVERNO  
DO ESTADO

Secretaria de  
**Educação**

5.1.9. As logomarcas deverão ser aplicadas nos veículos em vinil adesivo de recorte.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**Requisitos de Segurança, Regularidade, Manutenção e Monitoramento dos Veículos**

5.1.10. As características detalhadas relativas à manutenção preventiva, corretiva e exigência de sistema de monitoramento via satélite (GPS) encontram-se integralmente descritas no **Anexo I** – Especificações e Condições de Execução dos Serviços de Transporte Escolar, o qual integra este instrumento para todos os fins de direito e de fiscalização contratual.

5.1.11. A idade máxima da frota será controlada por categoria veicular, com o objetivo de impedir a circulação de veículos obsoletos e assegurar maior confiabilidade mecânica, segurança dos estudantes, regularidade da prestação do serviço e aderência às orientações dos órgãos de controle. Para fins desta contratação, sem prejuízo da prevalência de parâmetro mais restritivo previsto em legislação municipal, norma de trânsito, eventual atualização do CADTERC – Volume 21, regulamento superveniente ou determinação da Administração, deverão ser observados os seguintes limites máximos, contados do respectivo ano de fabricação:

I – ônibus: até 25 (vinte e cinco) anos;

II – micro-ônibus: até 15 (quinze) anos;

III – vans, minivans e demais veículos de menor porte, inclusive acessíveis: até 10 (dez) anos.

5.1.12. Todos os veículos devem possuir autorização vigente expedida pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) para a condução de escolares, apresentar identidade visual padronizada, cintos de segurança em perfeitas condições para todos os ocupantes e equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo).

**Itens de Prevenção à COVID-19**

5.1.13. Em virtude do Decreto estadual nº 67.529, de 03 de março de 2023, em consonância com a decisão de desobrigar o uso de máscaras, destaca-se que a Administração ainda recomenda seu uso. Esta recomendação ajuda a prevenir outras doenças de transmissão respiratória e é especialmente importante para pessoas com mais de 65 anos de idade, pessoas com alguma imunodeficiência, pessoas com comorbidades e pessoas com sintomas respiratórios.

5.1.14. São revistos na presente contratação os itens relacionados à prevenção de contágio no Custo Unitário Básico dos Equipamentos de Proteção Individual.

5.1.15. É considerada para os custos com equipamentos de proteção individual a máscara em tecido para prevenção de doenças respiratórias para todos os profissionais envolvidos na prestação do serviço.

**Proteção de dados pessoais**

5.1.16. O início da execução do objeto deste instrumento somente será autorizado após a apresentação da relação de profissionais da Contratada que atuarão no âmbito desta contratação, comprometendo-se a empresa a observar rigorosamente as normas de segurança, privacidade e proteção de dados e informações dos estudantes e servidores, conforme consta no contrato.

5.1.17. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela contratante ou colhidos para a execução contratual, a respeito da Lei de Proteção de Dados.

5.1.18. É vedado à contratada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, devendo em caso de acesso não



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

autorizado ou de outras intercorrências, a contratada comunicar a contratante para adoção das providências dispostas na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

5.1.19. A contratada se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.2. A demanda do órgão tem como base regras essenciais, pelas quais a Contratada, além da disponibilização de mão de obra de motoristas e monitores e materiais em quantidades suficientes para a perfeita execução dos serviços, obriga-se às seguintes condições:

5.2.1. A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e normas de trânsito, observando as prescrições contidas nos Decretos Estaduais regulamentadores aplicáveis e na Lei Federal nº 9.503, de 1997, ou quaisquer outros atos normativos que vierem a substituí-los.

5.2.2. É obrigatório observar todas as cláusulas dispostas no Código de Trânsito Brasileiro, bem como na legislação municipal aplicável aos municípios e recortes territoriais abrangidos pela Região RMSP Leste, contendo as exigências previstas em seus regulamentos para o transporte de escolares.

5.2.3. A empresa deve disponibilizar os veículos na data estabelecida na Ordem de Execução para início dos serviços ou, no caso de novas demandas, em até 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da autorização de início, nos locais e horários fixados pelo Contratante, informando, dentro do mesmo período, qualquer motivo impeditivo que impossibilite a assunção dos serviços.

5.2.4. O fornecedor deve disponibilizar veículos, respectivos condutores e monitores em quantidades necessárias e suficientes para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas estritamente as disposições da legislação trabalhista vigente, conforme exigência mínima de 30% do volume estimado da prestação dos serviços do respectivo lote técnico representa um patamar mínimo de razoabilidade e proporcionalidade, vide tabelas abaixo:

**GRUPO 01 - TRANSPORTE REGULAR**

Veículos			Qtde. Escolas	Qtde. Rotas	Qtde. Km/dia	Total Alunos/dia
V1	v2	V3				
46	14	26	22	149	5.953,89	3.394

**TOTAIS - TRANSPORTE REGULAR**

Valores Base		30%
Veículos	86	26
Rotas	149	45
Km/dia	5.953,89	1.786
Alunos/dia	3.394	1.018

Estimativa viagens/dia	de	30%
75		22
Estimativa viagens/mês	de	30%
1.490		447





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**GRUPO 02 - TRANSPORTE ACESSÍVEL**

<b>Veículos</b>	<b>Qtde. Escolas</b>	<b>Qtde. Rotas</b>	<b>Qtde. Km/dia</b>	<b>Total Alunos/dia</b>
<b>V6</b>				
164	185	441	3.194,86	693

**TOTAIS - TRANSPORTE ACESSÍVEL**

<b>Valores Base</b>		<b>30%</b>
<b>Veículos</b>	164	<b>50</b>
<b>Rotas</b>	441	<b>132</b>
<b>Km/dia</b>	3.194,86	<b>958</b>
<b>Alunos/dia</b>	693	<b>208</b>

<b>Estimativa viagens/dia</b>	<b>de</b>	<b>30%</b>
221		<b>66</b>
<b>Estimativa viagens/mês</b>	<b>de</b>	<b>30%</b>
4.410		<b>1323</b>

5.2.5. É dever da contratada manter, durante toda a execução do contrato, a oferta e efetiva utilização do quantitativo de veículos e respectivos tipos exigidos, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

5.2.6. Caso qualquer das Partes identifique, durante a execução contratual, oportunidade de supressão de veículo, alteração de tipo de veículo ou de rota que resulte em maior eficiência operacional sem prejuízo à segurança da viagem e ao conforto dos estudantes, deverá propor a alteração ao Contratante. A medida somente será efetivada após concordância expressa e respectiva modificação do valor contratual.

5.2.7. A supressão de veículo ou alteração de rota por parte da Contratada sem autorização expressa do Contratante será caracterizada como inexecução parcial do objeto principal do contrato, o que dará ensejo à aplicação das sanções administrativas previstas neste documento.

5.2.8. Após a disponibilização do logotipo oficial pelo Contratante, a Contratada deverá providenciar a imediata caracterização dos veículos de forma a permitir sua identificação visual padrão pelo Estado.

5.2.9. A Contratada arcará integral e exclusivamente com todas as despesas necessárias à plena, regular e contínua execução do objeto contratual, inclusive aquelas relativas a combustível, troca de óleo, lubrificantes, fluidos, aditivos, peças, acessórios, insumos, materiais de consumo, lavagem, higienização, manutenção preventiva e corretiva, funilaria, lanternagem, pintura, adesivagem, aplicação, substituição, recomposição e renovação de mantas, faixas, letreiros, logotipos, inscrições, elementos de identidade visual e quaisquer outros suprimentos técnicos indispensáveis ao fiel cumprimento do contrato.

5.2.9.1. Incluem-se, de forma expressa, entre os custos de exclusiva responsabilidade da Contratada, todas as despesas necessárias à implantação, manutenção, substituição, atualização, recomposição e renovação da pintura e/ou adesivagem dos veículos, tantas vezes quantas forem necessárias:

- a) para adequação a alterações determinadas pela Contratante quanto à identidade visual, nomenclatura de programas, *layout*, desenho, padronagem, cores, textos, logotipos, faixas ou demais elementos gráficos;
- b) para assegurar a manutenção integral das características visuais, funcionais e de identificação previstas neste Termo de Referência e em seus anexos, inclusive nas hipóteses de desgaste natural, avarias, descascamento, desbotamento, rasura, perda parcial de inscrição, supressão de letras, danos à manta, falhas de pintura ou qualquer outra condição que comprometa a adequada identificação visual do veículo.

5.2.9.2. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a pintura, a manta, a adesivagem e os demais elementos de identidade visual dos veículos em perfeito estado de





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

conservação, legibilidade, padronização e aderência às especificações constantes do **Anexo I – Especificações e Condições de Execução dos Serviços de Transporte Escolar**, providenciando, às suas expensas e sem qualquer ônus adicional à Contratante, a imediata correção, substituição ou recomposição dos elementos que apresentem deterioração, dano, incompletude ou desconformidade.

5.2.9.3. A renovação integral da pintura e/ou adesivagem dos veículos deverá ser realizada, obrigatoriamente, a cada renovação contratual, observado o ciclo de 30 (trinta) meses, sem prejuízo das substituições, recomposições ou atualizações intermediárias que se façam necessárias ao longo da execução.

5.2.9.4. Todos os custos referidos neste item constituem encargos ordinários da execução contratual, considerados inerentes ao risco empresarial da atividade e à adequada prestação do serviço, reputando-se integralmente absorvidos pela proposta comercial da Contratada, não cabendo pleito de pagamento adicional, reembolso, indenização, reajuste específico, repactuação específica ou reequilíbrio econômico-financeiro em razão dessas despesas, ressalvadas apenas hipóteses excepcionais de fato do príncipe, alteração unilateral extraordinária ou superveniência de determinação formal da Administração que imponha obrigação substancialmente nova, estranha à matriz ordinária de riscos do contrato, na forma da legislação aplicável.

5.2.9.5. A inobservância do disposto no item 5.2.9 e seus subitens, inclusive quanto à manutenção da identidade visual e à renovação periódica da pintura e/ou adesivagem, caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a Contratada às medidas de fiscalização, determinação de correção imediata, glosas, penalidades e demais consequências previstas neste Termo de Referência, no contrato e em seus respectivos anexos.

5.2.10. A Contratada deverá abastecer os veículos automotores somente em postos que não estejam relacionados em publicação punitiva no Diário Oficial do Estado de São Paulo<sup>4</sup>, em conformidade com as Leis Estaduais de proteção ao consumidor de combustíveis<sup>5</sup>.

5.2.11. Será obrigatório disponibilizar veículos devidamente abastecidos e equipados com tacógrafos inalteráveis, além do sistema de GPS exigido.

5.2.12. A empresa deverá providenciar e comprovar a cobertura de seguro contra danos materiais e pessoais, abrangendo alunos e terceiros.

5.2.13. Será exigido o **Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos**, com cobertura mínima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para danos corporais.

5.2.14. Também será exigido o **Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros**, com cobertura mínima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para acidentes pessoais e de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para invalidez ou morte por acidente.

5.2.15. A Contratada assumirá todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua integral responsabilidade.

5.2.16. A Contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a Contratada, bem como quaisquer multas ambientais e de trânsito durante a execução do contrato.

---

<sup>4</sup> <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/distribuicao-e-revenda/revendedor/consulta-posto-web-1>

<sup>5</sup> <https://portal.fazenda.sp.gov.br/Noticias/Paginas/Confira-a-rela%C3%A7%C3%A3o-dos-postos-de-combust%C3%A9vel-cassados-526.aspx>



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

5.2.17. É dever da empresa manter cobertos por apólices todos os seguros legalmente obrigatórios durante a vigência do contrato.

5.2.18. A Contratada deverá arcar com todas as despesas e encargos fiscais, previdenciários, sociais, seguro obrigatório, seguro de terceiros, IPVA, taxas de emplacamento e abastecimento de combustível. Também responderá por quaisquer outros custos decorrentes da utilização dos veículos, inclusive reparos decorrentes de uso ou acidentes, bem como multas provenientes de infração de trânsito causadas por dolo ou culpa de seus prepostos.

5.2.19. Caberá à contratada executar as manutenções preventivas e corretivas dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação e a substituição de peças desgastadas, conforme item 5.2.9 seus subitens.

5.2.20. A empresa deverá manter a regulação dos veículos automotores, preservando suas características originais, para minimizar a emissão de poluentes e atender aos programas de qualidade do ar. A constatação de inadimplemento ensejará a substituição imediata do veículo irregular, sob pena de severas sanções ou rescisão contratual.

5.2.21. Deverá a Contratada manter os veículos de modo a coibir a deterioração do sistema de escapamento que resulte em ruído superior aos padrões aceitáveis previstos em lei.

5.2.22. A contratada realizará manutenção preventiva periodicamente e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene diária.

5.2.23. É essencial observar a legislação pertinente aos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, responsabilizando-se integralmente a empresa por eventuais ocorrências.

5.2.24. A Contratada deverá substituir, de imediato e de forma automática, os veículos que atingirem a idade máxima admitida para sua utilização na execução contratual, observando-se, para cada tipo de veículo, o limite estabelecido pela legislação municipal de regência, pelo CADTERC – Volume 21 (Transporte Escolar) e por este Termo de Referência, prevalecendo sempre o parâmetro mais restritivo, contados os prazos a partir do respectivo ano de fabricação.

5.2.24.1. Para fins desta contratação, a Administração adota, como diretriz de segurança, continuidade, atualidade e confiabilidade da prestação do serviço, o rigoroso controle da idade da frota, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar, que registra a pertinência da limitação etária dos veículos e menciona, como reforço de fundamentação, o entendimento externado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no Processo TC 007715.989.25, no sentido de que a fixação de idade máxima da frota, quando tecnicamente motivada, visa assegurar maior confiabilidade mecânica, reduzir riscos operacionais e garantir a regularidade do transporte escolar.

5.2.24.2. Sem prejuízo da incidência imediata de limite inferior estabelecido por legislação municipal específica, pelo CADTERC vigente, por norma de trânsito, por determinação do órgão competente ou por regra superveniente mais restritiva, a idade máxima de referência da frota observará, para os fins desta contratação, os seguintes parâmetros por categoria veicular, contados do respectivo ano de fabricação:

I – ônibus: até 25 (vinte e cinco) anos;

II – micro-ônibus: até 15 (quinze) anos;

III – vans, minivans e demais veículos de menor porte, inclusive veículos acessíveis: até 10 (dez) anos.

5.2.24.3. A Administração poderá, em futuras contratações, revisar os limites máximos de idade da frota por categoria veicular, inclusive com a adoção de parâmetros específicos e diferenciados por tipo de veículo, à luz da evolução do CADTERC, da jurisprudência dos órgãos de controle, de estudos técnicos atualizados e das necessidades da política pública, sem prejuízo da imediata



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

observância, na presente contratação, dos limites expressamente fixados neste instrumento e das normas supervenientes mais restritivas.

5.2.24.4. Sobrevindo atualização do CADTERC – Volume 21 (Transporte Escolar), ou alteração da legislação municipal de regência que imponha requisito mais restritivo quanto à idade máxima da frota ou a outras condições técnicas de habilitação, permanência ou circulação dos veículos empregados na execução contratual, a Contratada deverá observar a aplicabilidade imediata da norma superveniente, sem prejuízo da formalização, entre as partes, de programação de adequação e cronograma de substituição da frota, quando a natureza da alteração recomendar transição operacional planejada, de modo a compatibilizar a continuidade do serviço público, a segurança dos estudantes, a observância da norma superveniente e a viabilidade logística da substituição escalonada dos veículos.

5.2.24.5. O cronograma referido no subitem anterior deverá ser formalizado por escrito, mediante registro no processo administrativo, com indicação expressa, no mínimo:

- a) dos veículos atingidos pela nova exigência;
- b) do fundamento normativo superveniente;
- c) dos prazos individualizados de substituição;
- d) das medidas de contingência necessárias para evitar descontinuidade da prestação;
- e) das consequências contratuais aplicáveis em caso de descumprimento injustificado.

5.2.24.6. A formalização de cronograma de adequação não afasta a exigibilidade da norma superveniente, nem autoriza a permanência, em operação, de veículo cuja utilização se torne vedada por motivo de segurança, irregularidade documental, vedação legal expressa ou determinação do órgão competente de trânsito, hipótese em que a substituição deverá ocorrer imediatamente, às expensas da Contratada e sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.2.24.7. Todos os custos decorrentes da substituição ordinária ou extraordinária da frota, inclusive aqueles relacionados à observância de limite etário, atualização regulatória, adequação ao CADTERC, adaptação à legislação municipal, remanejamento logístico e disponibilização de veículos substitutos, constituem encargo ordinário da execução contratual, reputando-se integralmente absorvidos pela proposta comercial da Contratada, não cabendo pleito de pagamento adicional, indenização, reajuste específico, repactuação específica ou reequilíbrio econômico-financeiro em razão dessas despesas, ressalvadas apenas as hipóteses excepcionais expressamente amparadas na legislação aplicável e formalmente reconhecidas pela Administração.

5.2.25. A empresa substituirá o veículo a qualquer tempo por motivo de abaloamento, reparos mecânicos, má conservação ou falta de higiene. O Contratante inspecionará regularmente a frota e notificará a empresa sobre qualquer irregularidade.

5.2.26. A indisponibilidade de veículo durante a execução da operação deverá ser suprida por veículo reserva, apoio operacional ou solução de contingência equivalente no prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da ciência da ocorrência pela Contratada ou da comunicação pela Administração, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento aos estudantes. Quando se tratar de substituição definitiva decorrente de notificação formal por má conservação, irregularidade documental, inadequação técnica, falta de higiene, abaloamento, reparo mecânico não emergencial ou outra desconformidade que não comprometa imediatamente a continuidade da rota em curso, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem prejuízo da retirada imediata de circulação do veículo que ofereça risco à segurança, esteja impedido de operar ou não atenda às exigências legais e contratuais.

5.2.27. A Contratada deverá fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.2.28. Será de responsabilidade da Contratada providenciar, manter e custear integralmente os treinamentos, cursos especializados, reciclagens, atualizações e demais capacitações legal ou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

contratualmente exigidas para motoristas e monitores vinculados à execução do objeto, observadas as normas de trânsito aplicáveis, em especial a Resolução CONTRAN nº 789/2020, com o objetivo de assegurar a qualidade, a regularidade e a segurança da prestação do serviço.

5.2.28.1. A Contratada deverá manter, para cada condutor e monitor alocado na execução contratual, documentação comprobatória válida, íntegra e atualizada relativa à habilitação, aos cursos especializados, às reciclagens, às capacitações obrigatórias e às demais exigências legais e contratuais aplicáveis, disponibilizando-a à Administração sempre que solicitada e, obrigatoriamente, por ocasião da medição mensal, nos termos dos anexos e formulários de fiscalização e medição do contrato.

5.2.28.2. A Contratada deverá informar periodicamente à Administração, com periodicidade mínima mensal, a situação de regularidade e validade dos cursos e treinamentos exigidos dos motoristas e monitores, bem como apresentar, no mesmo período, relatório gerencial consolidado contendo, no mínimo:

- I - relação nominal dos profissionais vinculados à execução contratual;
- II - indicação dos cursos obrigatórios concluídos;
- III - datas de realização e de vencimento dos certificados;
- IV - programação de renovações e reciclagens futuras;
- V - eventuais pendências de regularização; e
- VI - as providências adotadas para saneamento e atualização.

5.2.28.3. Sem prejuízo da comprovação documental exigível na medição mensal, a Contratada deverá apresentar à Administração, ao menos uma vez a cada 12 (doze) meses, manual, plano, cartilha, programa interno ou documento equivalente de boas práticas operacionais e de segurança, contemplando as ações de formação, reciclagem, atualização e orientação continuada ministradas a motoristas e monitores, de modo a evidenciar a adoção de rotinas preventivas e o permanente aprimoramento da equipe alocada à execução contratual.

5.2.28.4. O documento referido no subitem anterior deverá conter, no mínimo, orientações sobre condução segura, direção defensiva, embarque e desembarque assistido, uso de equipamentos de segurança, atendimento a estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, conduta funcional, prevenção de acidentes, prevenção de assédio e violência, comunicação de ocorrências, atuação em situações emergenciais e observância da legislação de trânsito e das normas operacionais da Contratante.

5.2.28.5. A Contratada deverá adotar as providências necessárias para que a renovação dos cursos especializados, atualizações e reciclagens ocorra antes do término de sua validade, de forma a impedir a alocação, a manutenção ou o exercício, na execução contratual, de profissional com certificado vencido, regularidade comprometida ou capacitação incompatível com as exigências do serviço. A validade dos cursos e a necessidade de sua renovação deverão ser objeto de controle contínuo pela Contratada e poderão ser verificadas pela Administração na documentação exigida no relatório mensal de medição e nos demais instrumentos de fiscalização contratual.

5.2.28.6. A ausência de comprovação da regularidade dos cursos, treinamentos, reciclagens ou capacitações obrigatórias, bem como a não apresentação dos relatórios e documentos previstos neste item, caracterizará descumprimento contratual, podendo ensejar determinação de regularização imediata, impedimento de alocação do profissional irregular, registro de não conformidade na medição, glosa, aplicação de penalidades e demais consequências previstas no contrato, sem prejuízo da obrigação de imediata substituição do motorista ou monitor que não atenda às exigências legais, regulamentares ou contratuais aplicáveis.

5.2.29. A Contratada efetuará a substituição do condutor ou monitor de imediato em caso de ausência, sendo estritamente proibida a prorrogação exaustiva da jornada de trabalho.

5.2.30. A empresa fornecerá obrigatoriamente aos empregados alocados neste contrato todos os benefícios previstos na convenção coletiva de trabalho da categoria em vigor.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

5.2.31. A presente contratação abrange a totalidade dos municípios integrantes da Região RMSP Leste, compreendendo, para todos os fins contratuais, as respectivas Unidades Regionais de Ensino, ainda que, no momento da licitação, não haja demanda ativa, rota operacionalizada, contrato vigente substituído ou quantitativo de alunos homologados em um ou mais desses municípios ou UREs.

5.2.31.1. Para fins de delimitação territorial e operacional do objeto, integram a presente Região os seguintes municípios: Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim, Salesópolis, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano, Ferraz de Vasconcelos e a região Leste do município de São Paulo.

5.2.31.2. A inclusão de todos os municípios acima decorre da própria lógica da modelagem regionalizada e centralizada da contratação, que visa assegurar cobertura contratual integral da Região, padronização da prestação do serviço, racionalidade logística, flexibilidade operacional e capacidade de resposta tempestiva a variações supervenientes da demanda administrativa.

5.2.31.3. A inexistência de demanda atual em determinado município ou URE não implica sua exclusão do escopo territorial do contrato, nem impede que a Administração, no curso da execução contratual, venha a acionar a prestação dos serviços naquela localidade, desde que observados:

- I) os limites quantitativos e qualitativos do objeto contratado;
- II) a disciplina contratual aplicável à autorização de rotas, veículos, quilometragem e demais elementos de execução;
- III) a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabível; e
- IV) as demais condições previstas neste Termo de Referência, no contrato e em seus anexos.

5.2.31.4. A contratada, portanto, ao apresentar sua proposta, declara ciência de que a execução poderá ser demandada em qualquer dos municípios integrantes da Região licitada informada no Item 5.2.30.1, inclusive naqueles que, à data da licitação, não apresentem demanda ativa, rota vigente ou contrato em substituição, devendo considerar essa possibilidade na composição de sua estratégia operacional e econômica, na forma estabelecida neste Termo de Referência.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele objetivamente estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor.

#### **Uniformes**

5.4. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

5.4.1. As especificações detalhadas dos uniformes a serem fornecidos pela Contratada aos motoristas e monitores constam no **Anexo I** – Especificações e Condições de Execução dos Serviços de Transporte Escolar, que integra este instrumento para todos os fins, inclusive de exigência de direito e de fiscalização.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.5. Não serão necessários procedimentos adicionais de transição e finalização do contrato devido às características contínuas do objeto, resguardada a transição em ondas já planejada para o início da operação.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O preposto será responsável pela condução das atividades administrativas e operacionais relacionadas à execução do objeto, devendo constar expressamente, no instrumento de designação, a indicação de seus poderes e deveres, incluindo, no mínimo, a orientação e supervisão dos condutores e monitores, a elaboração e gestão de escalas de atendimento às requisições de serviço, o controle da manutenção e da limpeza dos veículos, o acompanhamento da frequência dos condutores, a emissão de relatórios gerenciais, bem como a adoção das demais providências necessárias à adequada prestação dos serviços, sem prejuízo de outras atribuições correlatas.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.16. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços através da **Matriz de Avaliação Mensal da Execução**, conforme previsto no Anexo II – Formulários Operacionais e de Avaliação para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.16.1. A avaliação da execução contratual por meio da Matriz de Avaliação Mensal da Execução poderá subsidiar, além do redimensionamento do pagamento e da aplicação de glosas de natureza não sancionatória, o encaminhamento de fatos relevantes para eventual apuração de responsabilidade administrativa, quando identificados indícios de infração contratual ou administrativa.

6.16.2. A instauração, instrução, condução, decisão e revisão de processos administrativos sancionatórios decorrentes da presente contratação observarão a Lei Federal nº 14.133/2021, a Resolução nº 28/2026, a Lei Estadual nº 10.177/1998, quando aplicável, e as demais normas estaduais pertinentes, especialmente quanto às competências, procedimentos, prazos, critérios de dosimetria, bases de cálculo, limites percentuais, circunstâncias agravantes e atenuantes, aplicação de multa sancionatória, aplicação de multa moratória, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

6.22. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6).

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.26.1. O Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de normas estabelecidas no ajuste.

6.26.2. Ao Contratante é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior ao estipulado, sem qualquer ônus adicional ao Contratante

6.27. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.33.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços;

6.33.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m); e

6.33.1.5. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974;

6.33.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.33.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.33.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.33.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.33.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.33.3. Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.33.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.33.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

6.33.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.33.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.33.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.33.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.33.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

6.33.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.33.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.34. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.35. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.36. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

6.37.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

6.37.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

6.37.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

6.38. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.39. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.41. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.42. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.42.1. O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

6.43. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.43.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.

6.43.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.

6.43.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.44. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

6.45. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.46. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.47. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.48. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.49. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Gestor do Contrato**

6.50. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.51. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.52. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.53. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.54. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.55. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A aferição da execução do objeto, para fins de medição e pagamento observará critérios objetivos, verificáveis e auditáveis, com base neste Termo de Referência, em seus anexos, nos formulários de fiscalização, no Relatório Mensal de Medição apresentado pela Contratada, nos





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

registros operacionais, nos dados de telemetria/GPS, nos relatórios da fiscalização técnica e administrativa e nas demais evidências produzidas no curso da execução contratual.

7.1.1. Será indicada glosa, retenção da parcela controvertida ou ajuste no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando se constatar que o Contratado:

- a) não executou, total ou parcialmente, os serviços efetivamente autorizados;
- b) executou os serviços em desacordo com as rotas, itinerários, quantitativos, condições técnicas, requisitos operacionais ou padrões mínimos de qualidade exigidos;
- c) deixou de disponibilizar veículos, motoristas, monitores, documentos, seguros, licenças, equipamentos, sistemas ou demais recursos exigidos para a adequada execução do serviço; ou
- d) apresentou informações incompletas, inconsistentes, divergentes ou não comprovadas no Relatório Mensal de Medição ou nos documentos de suporte à execução contratual.

7.1.2. As glosas terão natureza de ajuste ressarcitório da contraprestação, incidindo exclusivamente sobre a parcela da remuneração afetada pela inexecução, execução parcial ou execução em desconformidade, e não se confundem com penalidades administrativas, que poderão ser aplicadas cumulativamente, em procedimento próprio, quando caracterizado inadimplemento contratual.

7.1.3. A retenção de valores poderá recair sobre a parcela controvertida da medição quando houver pendência de comprovação documental, inconsistência relevante entre os dados apresentados pela Contratada e aqueles apurados pela fiscalização, necessidade de diligência complementar ou controvérsia fundada quanto à efetiva execução do objeto, observado o tratamento da parcela incontroversa, quando cabível.

7.2. A aferição da prestação dos serviços para fins de medição, recebimento e pagamento observará, de forma integrada, os mecanismos de fiscalização técnica e administrativa previstos neste Termo de Referência, incluindo:

- a) os formulários operacionais e de avaliação constantes do **Anexo II** – Formulários Operacionais e de Avaliação: Transporte Escolar;
- b) os registros e atestados preenchidos pelas unidades escolares e pela Unidade Regional de Ensino;
- c) o Relatório Mensal de Medição apresentado pela Contratada;
- d) os relatórios operacionais mensais e os registros de manutenção, ocorrências e substituições;
- e) os dados do sistema de monitoramento via satélite (GPS), quando aplicável; e
- f) os relatórios da fiscalização técnica e administrativa e os demais documentos exigidos no contrato.

7.2.1. A utilização dos mecanismos referidos no item anterior não afasta a possibilidade de adoção de outros meios idôneos de verificação, inspeção, conferência ou auditoria pela Administração, sempre que necessários à adequada apuração da execução contratual.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no **Anexo II** – Formulários Operacionais e de Avaliação: Transporte Escolar, observando, no mínimo, o seguinte:

7.3.1. Serão considerados, para fins de medição e pagamento, somente os serviços efetivamente autorizados, realizados, comprovados e apurados pela fiscalização.

7.3.2. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, observada a estrutura remuneratória do contrato, com:

- a) pagamento da parcela fixa, vinculado à efetiva disponibilização e manutenção da estrutura operacional contratada, nos termos do contrato e da medição do período, admitindo-se glosa proporcional quando constatada indisponibilidade, inexecução ou desconformidade que afete essa parcela; e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

b) pagamento da parcela variável, vinculado à quilometragem efetivamente autorizada, executada e apurada, admitindo-se glosa quando houver quilometragem não executada, execução parcial, divergência não justificada, supressão de rota ou qualquer outra hipótese de inexecução aferível.

7.3.2.1. A glosa da parcela fixa observará, quando cabível, critério *pro rata die*, em conformidade com a extensão temporal ou material da indisponibilidade ou da inexecução apurada, nos termos da disciplina específica da fiscalização e da medição.

7.3.2.2. A glosa da parcela variável corresponderá à parcela da quilometragem, viagem, trecho ou atendimento não executado, executado parcialmente ou executado em desconformidade, conforme apurado pelos instrumentos de fiscalização e pelos elementos objetivos de comprovação da execução.

#### **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade prevista em cada etapa de execução (parcela fixa mensal e parcela variável sob demanda), o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.15.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, inclusive quanto à conferência do Relatório Mensal de Medição e da documentação comprobatória exigida para veículos, motoristas e monitores, nos termos deste Termo de Referência, em especial dos itens 6.30.2, 6.30.3, 6.30.4, 6.30.5 e 6.30.6, bem como das demais disposições correlatas de fiscalização técnica e administrativa.

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- g) a correspondência entre os valores faturados, o Relatório Mensal de Medição e a documentação de suporte exigida para a comprovação da regular execução contratual, inclusive aquela relativa a veículos, motoristas e monitores, nos termos dos itens 6.30.2 a 6.30.6 deste Termo de Referência.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência entre o faturamento e a medição, ausência ou insuficiência de documentação comprobatória exigida neste Termo de Referência, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da documentação exigida para fins de medição e liquidação, inclusive aquela relativa aos veículos, motoristas e monitores efetivamente alocados na execução contratual, na forma dos itens 6.30.2, 6.30.3 e 6.30.4 deste Termo de Referência.

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas; e
- c) confrontar, quando cabível, a regularidade cadastral e fiscal da Contratada com os demais elementos documentais exigidos para liquidação e pagamento, inclusive aqueles vinculados à medição e à comprovação da regular execução contratual.

7.24. Constatando-se, junto ao Sicaf, ou no exame da documentação de medição e suporte contratual, situação de irregularidade do Contratado, ausência de documento obrigatório, vencimento, inconsistência ou desconformidade documental relevante, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

créditos, sem prejuízo das medidas cabíveis quanto à medição, à retenção da parcela controversa, à glosa e às demais providências contratuais.

7.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa, sem prejuízo da apuração das demais consequências contratuais, inclusive aquelas relacionadas à documentação obrigatória de execução, medição e fiscalização.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto e estando incontroversa a parcela correspondente, os pagamentos poderão ser realizados na extensão da parcela regularmente comprovada, até que se decida pela extinção do contrato ou pela adoção de outra medida cabível, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf ou deixe de sanar pendências documentais relacionadas à medição e à comprovação da regular execução contratual.

#### **Prazo de pagamento**

7.28. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.30.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço** e modo de disputa aberto<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Adequação do modo de disputa e critério de julgamento (Parecer CJ/SE n.º 36/2025, p. 5-6).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

### **Regime de Execução**

8.2. O regime de execução do contrato será a **empreitada por preço unitário**, perfeitamente adequado ao pagamento híbrido de parcela fixa por veículo e variável por quilômetro percorrido.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos, exigidos de acordo com sua natureza jurídica. Será expressamente vedada a participação de empresas reunidas em consórcio<sup>7</sup>.

### **Habilitação jurídica**

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

---

<sup>7</sup> Restrição fundamentada sobre a participação de empresas em consórcio (Parecer CJ/SE nº 36/2025, p. 37).





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN<sup>8</sup>, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.17. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.18. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado de 12 meses da contratação.

8.19.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.19.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.19.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.20. O atendimento aos requisitos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.21. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.21.1 Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

---

<sup>8</sup> Obrigatoriedade de verificação da regularidade fiscal do ICMS e equivalentes para transporte intermunicipal na RMSP (Parecer CJ/SE n.º 36/2025, p. 31).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

8.21.1.1. A proponente deverá apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de bom desempenho referente(s) a contrato(s) anterior(es) de serviços compatíveis ou similares ao desta contratação. A documentação deverá demonstrar a execução de, no mínimo, 30% das estimativas de viagens mensais, quilometragem diária e quantidade de veículos do respectivo grupo/lote.

8.21.1.1.1. Os documentos devem especificar os tipos de serviços realizados, as quantidades de viagens executadas, a quilometragem, a quantidade de veículos empregados, o prazo contratual, as datas de início e término e a região de prestação dos serviços.

8.21.1.1.2. Forma de Comprovação (Único ou Múltiplos Atestados): Essa capacidade pode ser comprovada em um único atestado ou somando diversos atestados, podendo conter apenas um ou mais critérios definidos abaixo, desde que tenham sido executados de forma concomitante durante o período de um mesmo mês.

8.21.1.2. Quantitativos Mínimos Exigidos (30%) por Lote: Para comprovar o percentual exigido acima, a licitante deverá demonstrar os seguintes quantitativos mínimos:

8.21.1.2.1. Grupo 01 (Transporte Regular): 447 viagens/mês, 1.786 km/dia e 26 veículos.

8.21.1.2.2. Grupo 02 (Transporte Acessível): 1.323 viagens/mês, 958 km/dia e 50 veículos.

8.21.2. Se os atestados/certidões apresentados não trouxerem expressamente os dados necessários (viagens, km, veículos e período concomitante), a Administração aceitará a apresentação de documentação complementar idônea. Estes documentos extras devem ser emitidos ou validados pelo contratante originário para comprovar o período de execução concomitante e os volumes exigidos.

8.21.3. Serão aceitos atestados de transporte coletivo de pessoas, o que inclui: transporte escolar, fretado, institucional, de empregados, de pacientes/usuários de saúde, transporte adaptado ou acessível, e outras modalidades para coletividades, desde que possuam complexidade operacional compatível com a licitação.

8.21.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.21.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;

8.22. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e objeto desta contratação;

8.23. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

### **Outras comprovações**

8.24. A licitante deverá apresentar declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

8.25. A licitante deverá apresentar, na fase de habilitação, a Declaração Unificada de Responsabilidade, conforme modelo constante do **Anexo IV** – Modelo de Declaração Unificada, deste Termo de Referência, assinada por seu representante legal ou procurador com poderes específicos, por meio da qual declarará, de forma expressa, vinculante e sob as penas da lei, o atendimento às condições jurídicas, técnicas, operacionais e documentais indispensáveis à prestação dos serviços objeto da contratação.

8.25.1. A Declaração Unificada de Responsabilidade deverá contemplar, no mínimo, a afirmação de que a licitante:

- a) detém ou deterá, até o início da execução dos serviços e durante toda a vigência contratual, a posse, disponibilidade e regular vinculação jurídica da frota necessária à execução do objeto, seja por frota própria, seja por frota subcontratada, observado o limite contratualmente admitido para subcontratação;
- b) assegura que todos os veículos vinculados à execução contratual observarão, no início da operação e durante toda a vigência do contrato, as exigências relativas à idade máxima admitida, regularidade documental, licenciamento, autorizações, vistorias, seguros, tacógrafo, identificação visual, condições de segurança, manutenção, higiene, acessibilidade e demais requisitos previstos no edital, no contrato, neste Termo de Referência e em seus anexos;
- c) assegura que todos os motoristas vinculados à execução contratual possuirão habilitação compatível com o veículo conduzido, curso especializado válido, regularidade documental, aptidão legal para o exercício da função e atendimento às exigências relativas a antecedentes, capacitação, exames e demais requisitos previstos na legislação aplicável e neste Termo de Referência;
- d) assegura que todos os monitores vinculados à execução contratual atenderão às exigências documentais, funcionais e de idoneidade previstas no edital, no contrato, neste Termo de Referência e em seus anexos;
- e) observará integralmente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e operacionais, bem como às vedações e condicionantes legais aplicáveis à execução contratual;
- f) cumprirá, durante toda a execução contratual, as condições de prestação do serviço previstas no **Anexo I** – Especificações e Condições de Execução dos Serviços de Transporte Escolar, no **Anexo II** – Formulários Operacionais e de Avaliação: Transporte Escolar, no edital, no contrato e nos demais documentos que integram a contratação;
- g) apresentará, sempre que exigido pela Administração, os documentos comprobatórios correspondentes às declarações prestadas, inclusive aqueles relativos à frota, aos motoristas, aos monitores, à subcontratação, aos seguros, às vistorias, às licenças, aos cursos, às certidões, à documentação trabalhista e aos demais elementos necessários à habilitação, à contratação, à fiscalização, à medição e ao pagamento; e
- h) tem ciência de que a declaração prestada possui caráter vinculante, integra as condições de habilitação e execução do contrato e servirá de fundamento para a contratação, para a fiscalização e para a responsabilização da licitante e de seus representantes.

8.25.2. A apresentação da Declaração Unificada de Responsabilidade não afasta a obrigação da licitante ou da futura contratada de comprovar documentalmente, no momento oportuno e sempre que exigido pela Administração, o atendimento das condições nela declaradas, nem substitui a apresentação dos documentos de habilitação, de contratação, de execução, de fiscalização, de medição e de pagamento previstos no edital, no contrato, neste Termo de Referência e em seus anexos.

8.25.3. A falsidade, inexistência, omissão relevante ou desconformidade material das informações constantes da Declaração Unificada de Responsabilidade sujeitará a licitante ou a contratada, sem prejuízo de outras consequências legais e contratuais:

- a) à inabilitação, se constatada na fase licitatória;
- b) à não formalização da contratação, se constatada antes da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;
- c) à rescisão ou extinção contratual, se constatada durante a execução;
- d) à aplicação das penalidades administrativas cabíveis; e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

e) à responsabilização civil, administrativa e penal de seus representantes e demais responsáveis, nos termos da legislação aplicável.

8.25.4. A Administração poderá promover diligências, solicitar documentos complementares e realizar verificações documentais, cadastrais, operacionais e materiais para aferir a veracidade e a suficiência das informações constantes da Declaração Unificada de Responsabilidade, inclusive em relação à frota, aos profissionais, aos vínculos jurídicos, à subcontratação, às condições técnicas de execução e às demais obrigações assumidas.

8.25.5. A comprovação documental individualizada de cada veículo e cada profissional será realizada rigorosamente antes da emissão da ordem de serviço inicial e, posteriormente, enviada mês a mês, sujeita a auditoria por amostragem sistêmica e imediata sanção administrativa e criminal no caso de falsidade ideológica ou operacional.

8.26. A licitante deverá apresentar declaração subscrita por seu representante legal, se comprometendo a apresentar por ocasião da assinatura do contrato e a mantê-los atualizados ao longo de toda a vigência contratual, os seguintes documentos:

8.26.1. Registro ou inscrição da empresa licitante perante a Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e/ou Termo de Autorização para Transporte Escolar emitido pela Prefeitura Municipal onde o serviço será executado, quando esta contar com lei municipal de transporte escolar, em plena validade;

8.26.1.1. Quando não contar com lei municipal de transporte escolar, deverá apresentar declaração emitida pelo município quanto a ausência de lei e exigência de Autorização Municipal para o Transporte Escolar;

8.26.2. Apólice de seguro que abranja acidentes pessoais daqueles que se encontrem no veículo de transporte (alunos, motorista, monitores e acompanhantes) e danos materiais e pessoais de terceiros;

8.26.3 Dos veículos - frota própria:

8.26.3.1. Via original e cópia simples do Certificado de Registro de Veículo (CRV) ou Nota Fiscal de compra, no caso de veículo zero Km, ainda não registrado;

8.26.3.2. Via original e cópia simples do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) do ano em curso, para comprovar o cumprimento do disposto no artigo 130 do Código de Trânsito Brasileiro;

8.26.3.3. Quando se tratar de veículo cuja posse decorra de comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outro meio legalmente admitido, deverá ser apresentada via original registrada em cartório, acompanhada de cópia simples, do respectivo instrumento jurídico que comprove a posse, disponibilidade e autorização de utilização do veículo pela proponente, sem prejuízo da apresentação do CRLV e dos demais documentos exigidos neste Termo de Referência;

8.26.3.4. Via original e cópia simples da autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para condução coletiva de escolares circular nas vias;

8.26.3.5. Certificado válido de verificação do tacógrafo aprovado pelo Inmetro;

8.26.3.6. Via original e cópia simples do Certificado de Inspeção Semestral;

8.26.4. Dos veículos - frota subcontratada:

8.26.4.1. Via original e cópia simples do Certificado de Registro de Veículo (CRV) ou Nota Fiscal de compra, no caso de veículo zero Km, ainda não registrado;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

8.26.4.2. Via original e cópia simples da autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para condução coletiva de escolares circular nas vias;

8.26.4.3. Certificado válido de verificação do tacógrafo aprovado pelo Inmetro;

8.26.4.4. Via original e cópia simples do Certificado de Inspeção Semestral;

8.26.5. Dos motoristas (inclusive dos veículos da frota subcontratada):

8.26.5.1. Via original de cópia simples da CNH válida constando idade superior a 21 anos;

8.26.5.2. Certidão de CNH com histórico do motorista, emitida pelo DETRAN, com data de emissão máxima de 30 dias, na qual conste habilitação na categoria “D” e ausência de infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;

8.26.5.3. Certificado em curso especializado, nos termos da Resolução CONTRAN nº 789/2020;

8.26.5.4. Comprovantes de experiência mínima de 1 (um) anos na função de motorista;

8.26.6. Dos monitores (inclusive dos veículos da frota subcontratada):

8.26.6.1. via original e cópia simples de documento de identificação, com foto, constando idade superior a 18 anos;

8.26.7. Dos motoristas e monitores (inclusive dos veículos da frota subcontratada):

8.26.7.1. certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 5 (cinco) anos, conforme artigo 329 do Código de Trânsito Brasileiro.

8.26.8 Do Subcontratado:

8.26.8.1. A comprovação da subcontratação dar-se-á por meio via original registrada em cartório e cópia simples do contrato de prestação de serviços de transporte escolar, firmados entre a Contratada e os subcontratados.

8.26.9. Frota própria e comprovação de posse regular dos veículos:

8.26.9.1. Para fins deste Termo de Referência, considera-se frota própria aquela composta por veículos que estejam sob a posse regular da proponente ou da Contratada, ainda que tal posse decorra de propriedade, comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outros meios legalmente admitidos, observadas as exigências do CADTERC – Volume 21, da legislação de trânsito e das demais normas aplicáveis.

8.26.9.2. No caso de posse por contrato de comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outro instrumento jurídico não vinculado diretamente à propriedade registral do veículo pela proponente ou Contratada, deverão ser observadas, quando aplicáveis, a Resolução CONTRAN nº 339, de 25 de fevereiro de 2010, e o art. 1.361 do Código Civil.

8.26.9.3. A comprovação da posse regular dos veículos deverá ser feita por meio juridicamente idôneo, preferencialmente mediante apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV no qual conste, além do nome do proprietário, a identificação do possuidor<sup>9</sup>,

---

<sup>9</sup> O Possuidor será informado no campo “Observações do Veículo” do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

seguida do CNPJ de quem terá a posse do veículo, bem como a data de término do contrato, quando houver.

8.26.9.4. Quando a posse decorrer de comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outro meio legalmente admitido, a proponente ou Contratada deverá apresentar o respectivo instrumento jurídico, em via original registrada em cartório, com disponibilização de cópia simples, contendo elementos suficientes para demonstrar a posse, disponibilidade e autorização de utilização do veículo na execução dos serviços de transporte escolar.

8.26.9.5. Nos casos em que a legislação de trânsito exigir anotação da posse no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, a proponente ou Contratada deverá providenciar a respectiva anotação junto ao órgão executivo de trânsito competente, de modo que constem no CRLV as informações relativas ao possuidor do veículo.

8.26.9.6. Caso a anotação da condição de possuidor ainda esteja em processamento perante o órgão competente, poderá ser aceito, de forma provisória e excepcional, comprovante de protocolo, registro ou solicitação de anotação da expressão “POSSUIDOR”, sem prejuízo da posterior apresentação do novo CRLV atualizado, no prazo fixado pela Administração.

8.26.9.7. A baixa, alteração, substituição, distrato ou encerramento do instrumento que fundamenta a posse do veículo deverá ser imediatamente comunicada à Administração, acompanhada da documentação comprobatória correspondente, inclusive novo CRLV, quando emitido, ficando a Contratada obrigada a manter, durante toda a execução contratual, frota regular, disponível, habilitada e compatível com as exigências deste Termo de Referência.

8.26.9.8. A utilização de veículo cuja posse seja fundada em comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outro meio legalmente admitido não afasta a responsabilidade integral da Contratada pela regularidade documental, habilitação, manutenção, segurança, disponibilidade, substituição, seguros, fiscalização, operação e cumprimento de todas as exigências legais e contratuais aplicáveis ao veículo.

8.27. A licitante vencedora do certame, após a homologação, deverá apresentar, previamente à assinatura do contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de sua convocação, os documentos relacionados no item e subitem anteriormente indicados;

8.28. O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período, desde que haja solicitação formal da licitante, devidamente justificada, com a devida exposição dos fatos que deram causa ao atraso, apresentada dentro do prazo originalmente concedido e expressamente aceita pela contratante.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 95.793.166,02<sup>10</sup> (noventa e cinco milhões e setecentos e noventa e três mil e cento e sessenta e seis reais e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 080358 - DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES;

---

<sup>10</sup> Os valores monetários apresentados em duas casas decimais possuem finalidade expositiva. Para fins de totalização, prevalecem os valores analíticos constantes da memória de cálculo e das planilhas financeiras juntadas aos autos, das quais resulta o valor estimado total de R\$ 95.793.166,02.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

II) Fonte de Recursos: 154010001;  
III) Programa de Trabalho: 5574;  
IV) Elemento de Despesa: 33.90.33;  
V) Plano Interno: 000.000.0100.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, na data da assinatura digital.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**ANEXO I ao Termo de Referência – Prestação de Serviços Contínuos de Transporte  
Escolar Modelo Centralizado – RMSP Leste**

**ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE  
ESCOLAR**

Este documento estabelece as diretrizes técnicas para a prestação do serviço de transporte público escolar, assegurando o deslocamento contínuo, seguro e confortável de alunos regulares e com deficiência. Para a execução do contrato, exige-se o cumprimento de rigorosos padrões operacionais, de sustentabilidade ambiental, adequação e rastreamento da frota, além da qualificação e identificação de motoristas e monitores.

**1. SUSTENTABILIDADE**

- 1.1. Implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.
- 1.2. Os veículos deverão, obrigatoriamente, estar equipados com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.
- 1.3. Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos movidos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual.
- 1.4. Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras na atmosfera.
- 1.5. Manter os veículos eventualmente envolvidos no apoio e supervisão dos serviços movidos a etanol ou Gás Natural Veicular (GNV), preferencialmente.
- 1.6. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto a aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.

**2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 2.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 2.1.1. A execução dos serviços terá início em até 5 (cinco) dias corridos contados da emissão da Ordem de Execução, observado o modelo constante do Anexo II e as demais condições previstas no Termo de Referência;
  - 2.1.2. A Contratada somente poderá iniciar os serviços quando autorizados por escrito pelo Contratante;
  - 2.1.3. Os alunos serão identificados por Registro do Aluno (RA) ou outro identificador definido pela Contratante, observado o tratamento mínimo necessário de dados pessoais para a execução do serviço;
  - 2.1.4. O transporte escolar de aluno com deficiência deverá ocorrer da residência de cada aluno com deficiência até a unidade escolar/instituição educacional especializada e vice-versa. Assim, a rota do veículo deve incluir, além dos pontos de embarque (ou de encontro) dos alunos não deficientes, os endereços das residências dos alunos com deficiência;
  - 2.1.5. O horário de apresentação do veículo no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 15 (quinze) minutos ao horário estabelecido para a partida;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

2.1.6. O horário de chegada à unidade escolar/instituição educacional especializada deverá ser preferencialmente de 10 (dez) minutos antes do horário definido para o início das aulas em cada turno diário;

2.1.7. Para horário de partida, deverá ser mantido um período de espera pelos alunos, no final de cada turno de aulas, de pelo menos 10 (dez) minutos;

2.1.8. Os alunos podem permanecer nas unidades escolares antes ou depois da finalização das aulas pelo período de espera de até 30 (trinta) minutos, quando para facilitar a prestação do serviço;

2.1.9. Os itinerários e os horários pré-determinados poderão ser alterados em comum acordo com o Contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras, impedimentos temporários, mudanças no sentido do tráfego e/ou inclusão de alunos;

2.1.10. Quaisquer alterações de percurso, número de alunos, tipo de veículo ou viagens durante a execução do contrato serão comunicadas formalmente à Contratada com antecedência mínima de 2 (dois) dias, sem prejuízo de medidas emergenciais justificadas e formalmente registradas;

2.1.11. A ativação de novos itinerários, rotas ou atendimentos no curso da execução observará a disciplina contratual aplicável às alterações operacionais, aos limites do objeto, à medição, à matriz contratual de riscos e ao equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, nos termos do Termo de Referência.

2.1.12. A prestação dos serviços acompanhará a jornada escolar e o calendário letivo. Nas hipóteses de reposição de aulas, reforço, recuperação, férias ou recesso escolar, quando formalmente autorizadas pela Contratante, não haverá acréscimo da parcela fixa da remuneração, sendo devida, quando cabível, apenas a parcela variável correspondente à quilometragem extraordinária efetivamente autorizada, executada e apurada, nos termos do Termo de Referência;

2.1.13. O transporte escolar deve ser garantido aos alunos durante a vigência do contrato de 30 (trinta) meses (500 dias letivos estimados), adequando-se as alterações (dias letivos) que possam ocorrer no calendário escolar nos anos subsequentes;

2.1.14. A prestação dos serviços deverá ser feita de forma diária, contínua e mensal, acompanhando o calendário escolar e geralmente de segunda à sexta-feira;

2.1.15. Poderá ser utilizada, em caráter excepcional, margem de até 20% (vinte por cento) de dias letivos durante a vigência contratual, mediante comprovação da necessidade, autorização formal da Contratante e observância da viabilidade orçamentária, para atendimento de programas oficiais da SEDUC, inclusive reforço e recuperação escolar, em situações de imprevisto ou força maior;

2.1.16. Por medida judicial ou por laudo médico, o acompanhante do aluno com deficiência poderá viajar com ele no veículo no trajeto de ida/volta da escola. Ressalta-se, porém, que se trata de hipótese deste acompanhante permanecer na Unidade Escolar durante o período de aula, sendo que o seu retorno se dará na companhia do aluno e para própria residência dele, não sendo de responsabilidade da Contratada o regresso do acompanhante fora do horário previsto;

2.1.17. O assento do acompanhante do aluno autorizado por decisão judicial ou laudo médico será contabilizado;

2.1.18. É vedado à Contratada transportar o acompanhante sozinho, sem a presença do respectivo aluno;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

2.1.19. A Contratada deverá adotar medidas de segurança e boas práticas operacionais, informando à Contratante quaisquer necessidades de adequação, inclusive de roteirização, que possam contribuir para a melhoria da prestação do serviço;

2.1.20. Comunicar ao preposto do Contratante, conforme o caso requeira, sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido do tráfego que impliquem alteração de itinerários e horários;

2.1.21. Selecionar e preparar rigorosamente seus empregados que prestarão os serviços, encaminhando ao Contratante os condutores com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima de 1 (um) ano na função;

2.1.22. Manter em serviço somente profissionais capacitados, portando crachá de identificação individual, no qual deverá constar nome da Contratada, nome do funcionário, número de registro, função e fotografia do empregado portador;

2.1.23. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se com que mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal do Contratante, observando o controle do regimento do trabalho e descanso dos condutores, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;

2.1.24. Não permitir que qualquer condutor e/ou monitor se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;

2.1.25. Comunicar ao Contratante quando da transferência, retirada e/ou substituição de condutores e/ou monitores dos itinerários ou dos serviços, ou de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços ao Contratante.

2.1.26. No caso de substituição ou inclusão, a Contratada deverá enviar ao Gestor do contrato os respectivos currículos e demais documentos especificados, ficando a cargo do Contratante aceitá-los ou não, sendo que, neste caso, fará a recusa justificadamente para que a Contratada efetue nova substituição/inclusão;

2.1.27. Manter controle de frequência e pontualidade de seus empregados;

2.1.28. Fornecer uniformes adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do Contratante, sem ônus para seus empregados;

2.1.29. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não permaneça em serviço;

2.1.30. Atender, de imediato, as solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

2.1.31. Não transportar passageiros em pé, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria;

2.1.32. Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria do Meio Ambiente/SP, destacando-se a Lei Federal nº 8.723/93, a Resolução CONAMA nº 16/93, a Portaria IBAMA nº 85/96, a Lei Estadual nº 997/76, o Decreto Estadual nº 8.468/76 e respectivas alterações;

2.1.33. Observar a legislação trabalhista vigente, inclusive quanto a jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

2.1.34. Proceder, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, as anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo e que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a Contratada;

2.1.35. Cumprir as posturas do município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

2.1.36. Retirar imediatamente de circulação o(s) veículo(s) quando forem constatadas irregularidades em suas condições de funcionamento, sendo substituído por outro com as condições exigidas na contratação, sem que ocorra qualquer interrupção dos serviços e sem qualquer ônus para o Contratante;

**Local e horário da prestação dos serviços**

2.2. Os serviços de transporte escolar serão prestados nos locais e horários fixados pelo Contratante, com utilização de veículo adequado e em perfeito estado de funcionamento, conservação, higiene e segurança, bem como de mão de obra capacitada para a sua regular execução.

2.3. Os serviços deverão ser desenvolvidos de forma segura e confortável, nos itinerários, horários e veículos fixados conforme descrito na Ordem de Execução – Anexo II.

2.4. Os serviços de transporte escolar destinado a alunos da rede pública de ensino e/ou instituições educacionais especializadas credenciadas com esta Pasta poderão ocorrer de 2ª a 6ª feira – horário diurno e eventualmente noturno: para atendimento (ida e volta) de estudantes.

**Rotinas a serem cumpridas**

2.5. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

2.5.1. O condutor e o monitor deverão assumir diariamente o veículo devidamente uniformizados, identificados e em condições compatíveis com a higiene, segurança e regularidade da prestação do serviço;

2.5.2. Em jornadas diuturnas, o condutor e monitor deverão repassar ao seu subsequente todas as orientações recebidas, bem como comunicar eventuais anomalias observadas;

2.5.3. Inspecionar o veículo no término de cada viagem a fim de apurar que todos os alunos foram desembarcados e se não houve objeto esquecido dentro do veículo;

2.5.4. Realizar a limpeza dos veículos periodicamente;

2.5.5. Inspecionar se há avarias no veículo que deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva;

2.5.6. Cumprir a programação dos serviços definida pelo Contratante, prestando atendimento cortês e assegurando a regularidade da execução contratual;

2.5.7. Manter o registro de todas as ocorrências, verificando-as no transcorrer da jornada de trabalho e comunicando-as posteriormente ao Contratante;

2.5.8. Respeitar os locais de embarque e desembarque estabelecidos pelo Contratante de acordo com o itinerário estipulado;

2.5.9. Cumprir as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário no que tange ao transporte escolar, entre outros;

2.5.10. O percurso deverá ser realizado obrigatoriamente com todos os passageiros sentados;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 2.5.11. Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos;
- 2.5.12. O motorista e o monitor serão identificados com crachá contendo foto recente, indicando o nome da empresa, nome completo do motorista/monitor e seus dados funcionais (número de registro funcional e cargo/função);
- 2.5.13. O motorista e o monitor deverão zelar para que os alunos permaneçam sentados e usem corretamente o cinto de segurança;
- 2.5.14. O motorista e o monitor deverão zelar para que os alunos subam e desçam do veículo nos locais indicados no Termo de Referência, no contrato e respectivos anexos, aproximando o veículo da guia da calçada ou acostamento para embarque e desembarque, não sendo permitido a parada no meio de via com circulação;
- 2.5.15. O motorista e o monitor deverão manter a porta do veículo fechada durante o percurso;
- 2.5.16. O motorista e o monitor deverão zelar para que o número de alunos não exceda a capacidade de assentos do veículo;
- 2.5.17. O motorista e o monitor deverão comunicar imediatamente à Unidade Escolar qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de serviços;
- 2.5.18. A documentação relativa ao veículo e ao motorista deverá ser mantida em ordem e em posse do condutor;

### **Uniformes**

- 2.6. Os uniformes fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto a seguir:
- 2.6.1. Deverão ser fornecidos pela Contratada aos seus empregados no mínimo 2 (dois) jogos completos do respectivo uniforme;
- 2.6.2. O uniforme completo deverá ser disponibilizado ao empregado até o início da execução do contrato, devendo ser substituído a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
- 2.6.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade;
- 2.6.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, e deverão ser substituídos sempre que estiverem apertados;
- 2.6.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;
- 2.6.6. Na ausência de padrão institucional específico definido pela Contratante, os uniformes deverão observar padrão sóbrio, funcional, padronizado e compatível com a atividade desempenhada, sujeito à aprovação da Contratante.

### **Características Gerais dos Veículos**

- 2.7. Os veículos de transporte escolar são do tipo convencional e acessível e seguem as especificações a seguir:





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

VEÍCULOS CONVENCIONAIS			
VEÍCULO	DESCRIÇÃO CADTERC	CATEGORIA COTRAN	DESCRIÇÃO COTRAN
V1	Ônibus com capacidade mínima para 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados, com parede divisória interna, com bancos forrados e almofadados.	M3	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que tenha massa superior a 5 (cinco) toneladas.
V2	Micro-ônibus com capacidade mínima para 24 (vinte e quatro) passageiros sentados, com bancos forrados e almofadados.	M3	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que tenha massa superior a 5 (cinco) toneladas.
V3	Veículo tipo van com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros sentados e com porta lateral corrediça.	M2	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas.
V4	Veículo tipo van com capacidade mínima para 11 (onze) passageiros sentados e com porta lateral corrediça.	M2	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas.

VEÍCULOS ACESSÍVEIS			
VEÍCULO	DESCRIÇÃO CADTERC	CATEGORIA COTRAN	DESCRIÇÃO COTRAN
V5	Veículo tipo van ou minivan com capacidade mínima para 2 (dois) passageiros sentados e com pelo menos 1 (um) box para passageiro cadeirante, equipado com plataforma elevatória veicular ou que possibilite o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso.	M1/L4/1A	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha até 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, equipado com plataforma elevatória veicular e área reservada e identificada para a acomodação de 1 (um) box para passageiro cadeirante ou para cão-guia que acompanha a pessoa com deficiência visual.
V6	Veículo tipo van com capacidade mínima para 8 (oito) passageiros sentados, porta lateral e com pelo menos 2 (dois) boxes para passageiros cadeirantes, equipado com plataforma elevatória veicular ou que possibilite o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso.	M2/L4/1A	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas, equipado com plataforma elevatória veicular, com lotação mínima para 8 (oito) passageiros mais o condutor e área reservada e identificada para a acomodação de 2 (dois) boxes para



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

			passageiro cadeirante ou para cão-guia que acompanha a pessoa com deficiência visual.
<b>V7</b>	Veículo tipo van com capacidade mínima para 4 (quatro) passageiros sentados, porta lateral e com pelo menos 3 (três) boxes para passageiros cadeirantes, equipado com plataforma elevatória veicular ou que possibilite o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso.	M2/L4/1A	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas, equipado com plataforma elevatória veicular, com lotação mínima para 4 (quatro) passageiros mais o condutor e área reservada e identificada para a acomodação de 3 (três) boxes para passageiro cadeirante ou para cão guia que acompanha a pessoa com deficiência visual.

2.8. A capacidade mínima de lugares estipulada por veículo inclui alunos e monitor, não estando o assento do motorista incluso no número de lugares solicitado.

2.9. A Contratada deverá substituir, de imediato e de forma automática, os veículos que atingirem a idade máxima admitida para sua utilização na execução contratual, observando-se, para cada tipo de veículo, o limite estabelecido pela legislação municipal de regência, pelo CADTERC – Volume 21 (Transporte Escolar) e por este Termo de Referência, prevalecendo sempre o parâmetro mais restritivo, contados os prazos a partir do respectivo ano de fabricação.

2.9.1. Para fins desta contratação, a Administração adota, como diretriz de segurança, continuidade, atualidade e confiabilidade da prestação do serviço, o rigoroso controle da idade da frota, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar, que registra a pertinência da limitação etária dos veículos e menciona, como reforço de fundamentação, o entendimento externado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no Processo TC 007715.989.25<sup>11</sup>, no sentido de que a fixação de idade máxima da frota, quando tecnicamente motivada, visa assegurar maior confiabilidade mecânica, reduzir riscos operacionais e garantir a regularidade do transporte escolar.

2.9.2. Sem prejuízo da incidência imediata de limite inferior estabelecido por legislação municipal específica, pelo CADTERC vigente, por norma de trânsito, por determinação do órgão competente ou por regra superveniente mais restritiva, a idade máxima de referência da frota observará, para os fins desta contratação, os seguintes parâmetros por categoria veicular, contados do respectivo ano de fabricação:

- I – ônibus: até 25 (vinte e cinco) anos;
- II – micro-ônibus: até 15 (quinze) anos;

<sup>11</sup> Processo TC 007715.989.25: “[...] no que se refere ao parâmetro estabelecido no Edital para a idade máxima da frota, fixada em 10 anos, verificou-se que a exigência encontra respaldo nas diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e visa assegurar maior confiabilidade mecânica dos veículos, reduzir o risco de acidentes e garantir a regularidade da prestação do serviço de transporte escolar aos estudantes da rede pública municipal, sendo certo, ainda, que a jurisprudência do TCE-SP tem caminhado no sentido de não condenar insurgência da espécie quando ausentes elementos concretos de sua inadequação ao segmento do mercado licitado.”



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

III – vans, minivans e demais veículos de menor porte, inclusive veículos acessíveis: até 10 (dez) anos.

2.9.3. A Administração poderá, em futuras contratações, revisar os limites máximos de idade da frota por categoria veicular, inclusive com a adoção de parâmetros específicos e diferenciados por tipo de veículo, à luz da evolução do CADTERC, da jurisprudência dos órgãos de controle, de estudos técnicos atualizados e das necessidades da política pública, sem prejuízo da imediata observância, na presente contratação, dos limites expressamente fixados neste instrumento e das normas supervenientes mais restritivas.

2.9.4. Sobrevindo atualização do CADTERC – Volume 21 (Transporte Escolar), ou alteração da legislação municipal de regência que imponha requisito mais restritivo quanto à idade máxima da frota ou a outras condições técnicas de habilitação, permanência ou circulação dos veículos empregados na execução contratual, a Contratada deverá observar a aplicabilidade imediata da norma superveniente, sem prejuízo da formalização, entre as partes, de programação de adequação e cronograma de substituição da frota, quando a natureza da alteração recomendar transição operacional planejada, de modo a compatibilizar a continuidade do serviço público, a segurança dos estudantes, a observância da norma superveniente e a viabilidade logística da substituição escalonada dos veículos.

2.9.5. O cronograma referido no subitem anterior deverá ser formalizado por escrito, mediante registro no processo administrativo, com indicação expressa, no mínimo:

- a) dos veículos atingidos pela nova exigência;
- b) do fundamento normativo superveniente;
- c) dos prazos individualizados de substituição;
- d) das medidas de contingência necessárias para evitar descontinuidade da prestação;
- e) das consequências contratuais aplicáveis em caso de descumprimento injustificado.

2.9.6. A formalização de cronograma de adequação não afasta a exigibilidade da norma superveniente, nem autoriza a permanência, em operação, de veículo cuja utilização se torne vedada por motivo de segurança, irregularidade documental, vedação legal expressa ou determinação do órgão competente de trânsito, hipótese em que a substituição deverá ocorrer imediatamente, às expensas da Contratada e sem qualquer ônus adicional para a Administração.

2.9.7. Todos os custos decorrentes da substituição ordinária ou extraordinária da frota, inclusive aqueles relacionados à observância de limite etário, atualização regulatória, adequação ao CADTERC, adaptação à legislação municipal, remanejamento logístico e disponibilização de veículos substitutos, constituem encargo ordinário da execução contratual, reputando-se integralmente absorvidos pela proposta comercial da Contratada, não cabendo pleito de pagamento adicional, indenização, reajuste específico, repactuação específica ou reequilíbrio econômico-financeiro em razão dessas despesas, ressalvadas apenas as hipóteses excepcionais expressamente amparadas na legislação aplicável e formalmente reconhecidas pela Administração.

2.10. A Prestação de Serviços de Transporte Escolar Destinado a alunos da rede pública de ensino e/ou instituições educacionais especializadas credenciadas com esta Pasta pode ser feita tanto em estradas pavimentadas quanto não pavimentadas, ou em uma combinação das duas vias. A **figura 01** descreve um quadro sinótico da árvore de decisão das escolhas disponíveis dos veículos utilizados para as contratações do serviço de transporte escolar:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**



2.11. Por não se tratar de preço por aluno a ser transportado, mas de preço por veículo/viagem (fixo mensal) e quilometragem rodada (custo variável), não haverá aumento da parcela fixa da remuneração caso sejam incluídos alunos nos percursos que já se encontram estabelecidos (sem alteração de quilometragem), desde que haja disponibilidade de assento nos veículos em utilização;

2.12. Todos os veículos deverão manter regularidade documental integral, inclusive vistorias, licenças e autorizações exigidas pelo DETRAN, pelo município competente e pelas demais normas aplicáveis.

2.13. Todos os veículos deverão ser equipados com tacógrafos aprovados pelo Inmetro e vistoriados por empresas credenciadas por aquele órgão, de acordo com as normas vigentes.

2.14. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei Federal nº 9.503, o Capítulo XIII e a Portaria Normativa DETRAN-SP nº 11, de 10 de novembro de 2023, exigindo-se, para tanto:

2.14.1. Registro como veículo de passageiros, classificado na categoria aluguel;

2.14.2. Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

2.14.3. Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, padrão Helvética Bold, em preto, com altura de 20 a 30 centímetros, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

2.15. Além da pintura, todos os veículos deverão estar devidamente identificados com as logomarcas atualizadas do Governo do Estado de São Paulo e da Secretaria da Educação.

2.16. Deverá constar em todos os veículos letreiro dianteiro identificando a viagem/rota (destino) de ida e de volta.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

Aplicação Frente, Traseira e nas Laterais:



2.17. As logomarcas deverão ser aplicadas nos veículos em vinil adesivo de recorte.

2.18. Os condutores e monitores deverão atender aos seguintes requisitos:

2.18.1. O condutor deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, seguindo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;

2.18.2. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve obedecer aos seguintes requisitos, conforme Código de Trânsito Brasileiro, Capítulo XIII, e Portaria Normativa DETRAN-SP nº 11, de 10 de novembro de 2023:

- Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- Ser habilitado na categoria "D";
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;
- Ter sido aprovado em curso especializado, nos termos da Resolução CONTRAN Nº 789/2020;
- Realizar exame toxicológico na admissão, demissão e renovação da CNH, conforme Resolução 923/2022 do CONTRAN e da Lei Federal 13.103/2015;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 5 (cinco) anos (Art. 329 da Lei nº 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro);
- Comprovar formação técnica e específica dos condutores dos veículos mediante apresentação de habilitação expedida pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;

2.19. O monitor do transporte escolar, conforme Resolução SE nº 28, de 12/05/2011, deverá:

2.19.1. Ter idade superior a 18 (dezoito) anos;

2.19.2. Apresentar certidão negativa do registro e distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 5 (cinco) anos (Art. 329 da Lei nº 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro);

2.19.3. Apresentar-se devidamente identificado com crachá e colete contendo o dístico "MONITOR".

2.20. A presença do monitor será obrigatória em todos os veículos, pois contribui para a segurança da viagem, permitindo ao condutor prestar total atenção no trânsito.

2.21. Um único monitor por veículo deve apoiar os alunos regulares e com deficiência. Eventualmente, em casos mais extremos, o aluno com deficiência poderá ser acompanhado por um responsável.

2.22. O condutor e o monitor deverão comparecer imediatamente, sempre que convocados, ao local designado pelo Contratante para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados à prestação dos serviços;

2.23. Dispor de meio de comunicação funcional e imediatamente acessível, apto a viabilizar contato célere com a Contratante em caso de dúvida, ocorrência ou anormalidade que possa comprometer a prestação dos serviços;

2.24. Contatar regularmente o gestor/fiscal do Contratante, mantendo-o informado de todos os detalhes da prestação dos serviços, bem como de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado da prestação dos serviços;

2.25. É vedado ao motorista e ao monitor fumar, inclusive dispositivos eletrônicos para fumar, durante o exercício de suas funções;

**Requisitos de Segurança, Regularidade, Manutenção e Monitoramento dos Veículos**

2.26. São parte integrante para a devida execução dos serviços os seguintes requisitos:

2.26.1. Equipamento registrador instantâneo inalterável disposto nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

2.26.2. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;

2.26.3. Cintos de segurança em número igual à lotação;

2.26.4. Extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico, com capacidade de acordo com o veículo, fixado na parte dianteira do compartimento destinado a passageiros;

2.26.5. Limitadores de abertura dos vidros corrediços com no máximo dez centímetros;





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 2.26.6. Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- 2.26.7. Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN/DETRAN-SP, conforme Portaria Normativa DETRAN-SP nº 11, de 10 de novembro de 2023;
- 2.26.8. A autorização para transporte de escolares, emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (Arts. 136 e 137 da Lei Federal nº 9.503, de 02/09/1997);
- 2.26.9. A frota deverá ser composta por veículos exclusivamente destinados para o serviço de transporte escolar, seja por frota própria ou subcontratada;
- 2.26.10. Não é permitida a utilização do veículo para transportar, concomitante ou separadamente, alunos não previstos na contratação (particular/mensalista);
- 2.26.11. A Contratada deverá disponibilizar em até 30 (trinta) dias corridos a partir do início dos serviços um Sistema de Monitoramento de Geoprocessamento Via Satélite (GPS) para fazer gestão e controle da operação do transporte escolar.
- 2.26.12. Durante o período de implantação do sistema, a Contratada deverá apresentar meios alternativos idôneos de rastreabilidade e comprovação da execução, na forma definida pela Contratante, sem prejuízo da obrigatoriedade de implantação integral do sistema no prazo estabelecido.
- 2.26.13. Entende-se por sistema de monitoramento o sistema capaz de fornecer as informações de localização e condições de operação em tempo real (via web, por exemplo) de toda a frota da Contratada. O sistema também deve armazenar os dados históricos da operação diária para análises *offline* do comportamento da frota durante a operação, possibilitando a comparação da efetiva execução dos serviços com o planejado na ordem de serviço (descritivo de percurso e suas atualizações);
- 2.26.14. Cada veículo da frota deverá ter instalado, e em perfeito estado de funcionamento, 01 (um) módulo embarcado do sistema AVL (*Automatic Vehicle Location*) e dispositivo de comunicação digital GPRS/3G/4G/5G, que enviará ao sistema central de monitoramento as informações de posição georreferenciada, data/hora e outras informações necessárias para o controle da operação, no mínimo a cada 1 (um) minuto e a cada evento de entrada e saída dos pontos de controle definidos pelo Contratante.
- 2.27. A contratada deverá realizar regular manutenção nos veículos, conforme segue:
- 2.27.1. Todos os veículos alocados para prestar o serviço deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas;
- 2.27.2. A Contratada deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, com plantão para atendimento e socorro do veículo disponível na referida prestação de serviço;
- 2.27.3. A indisponibilidade de veículo durante a execução da operação deverá ser suprida por veículo reserva, apoio operacional ou solução de contingência equivalente, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da ciência da ocorrência pela Contratada ou da comunicação pela Administração, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento aos estudantes, seja em razão de manutenção corretiva, pane, avaria, acidente, impedimento de circulação ou qualquer outro evento que possa comprometer a continuidade do atendimento. Quando se tratar de substituição definitiva decorrente de notificação formal por má conservação, irregularidade documental, inadequação técnica, falta de higiene, abaloamento, reparo mecânico não emergencial ou outra desconformidade que não comprometa imediatamente a continuidade da rota em curso, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem prejuízo



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

da retirada imediata de circulação do veículo que ofereça risco à segurança, esteja impedido de operar ou não atenda às exigências legais e contratuais.

2.27.4. A Contratada deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos necessários ao devido funcionamento do veículo, sem prejuízo das demais despesas ordinárias previstas no Termo de Referência;

2.28. A Contratada deverá manter as Condições de Habilitação e cumprir as Exigências Legais e Contratuais, conforme segue:

2.28.1. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, em plena compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem à contratação, nos termos da legislação aplicável.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ROTAS E FORMULÁRIOS**

Para visualização do Anexo II do Termo de Referência – Rotas e Formulários [clique aqui](#).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**APÊNDICE I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**Categoria:** Prestação de serviços contínuos de transporte escolar, com disponibilização de veículos, condutores e monitores, em modelagem compatível com a natureza de serviço comum e com a sistemática de execução indireta adotada pela Administração Pública estadual, com dedicação exclusiva de mão de obra<sup>[1]</sup>.

Processo Administrativo nº 015.00255730/2026-15

<b>Autoridade Competente – Diretora DIIE</b>	
Nayla Verissimo Neves	
<b>Requisitante (s)</b>	
Marcos Henrique Benedetti Sachi	Coordenador
<b>Área Técnica</b>	
Coordenadoria de Transporte Escolar - COTRANS	

**1. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar deflagra a fase preparatória e de planejamento da contratação, em observância à Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Estadual nº 68.017/2023. Seu objetivo é estruturar técnica, econômica e logisticamente a centralização da gestão do transporte escolar na Região RMSP Leste, sob condução da Coordenadoria de Transporte Escolar (COTRANS), de forma a assegurar governança, conformidade normativa e máxima vantagem para a Administração Pública na transição do modelo descentralizado para o modelo regionalizado e centralizado.

O presente ETP atua como documento estruturante da decisão administrativa, consolidando o diagnóstico do cenário atual, a identificação da necessidade pública, a análise das alternativas, a definição da solução, os requisitos da contratação, os resultados pretendidos e a avaliação de sua viabilidade.

**2. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) - OBJETIVO**

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da Administração Pública de São Paulo, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, se dá com base no termo de referência ou no projeto básico, nos termos do art. 2º do Decreto 68.017/2023.

Durante o Estudo Técnico Preliminar, diversos aspectos são considerados para que os gestores tenham conhecimento de que existe uma necessidade claramente definida, em relação ao produto em questão, de que existem condições de atendê-la, de que os riscos são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação correspondem a melhor solução para atendimento da política pública, em consonância à fase de elaboração estabelecida pelo art.3º do normativo estadual supracitado.

Ainda sob o aspecto de planejamento e providências preliminares essenciais, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) deve descrever a necessidade da contratação, o interesse público envolvido e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que interferem na contratação, em observância ao artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/21 e do Decreto 68.017/2023.

Com isso, nos termos do art.5º do Decreto 68.017/2023, apresentamos de forma detalhada a descrição do que se pretende contratar, suas características principais, o quantitativo previsto, parcelamento do objeto, levantamento do mercado, resultados pretendidos e a viabilidade da contratação, inclusive quanto aos aspectos ambientais.

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços contínuos de transporte escolar destinados aos estudantes da rede pública estadual, para atendimento da REGIÃO RMSP Leste, nos termos do Plano de Centralização do Transporte Escolar do Estado de São Paulo.

A necessidade administrativa não se limita à simples disponibilização de veículos para deslocamento de alunos, mas compreende a garantia de prestação de serviço essencial, contínuo, seguro, padronizado, mensurável e fiscalizável, apto a assegurar o acesso e a permanência dos estudantes nas unidades escolares, em conformidade com o Programa de Transporte Escolar Paulista (TESP).

O diagnóstico do modelo atualmente vigente evidencia limitações estruturais relevantes. A prestação do serviço ocorre, atualmente, por meio de múltiplos contratos geridos de forma isolada por Unidades Regionais de Ensino (UREs) e convênios municipais, o que resulta em fragmentação administrativa, heterogeneidade de padrões operacionais, assimetria de preços entre regiões, baixa padronização documental e limitações para consolidação de dados e fiscalização sistêmica.

Esse modelo descentralizado impõe elevados custos administrativos indiretos, decorrentes da replicação de esforços de planejamento, instrução, licitação, contratação, gestão e fiscalização em diversas unidades administrativas. Além disso, dificulta a implantação de mecanismos uniformes de controle, indicadores de desempenho e sistemas integrados de rastreamento da operação.

A centralização administrativa da contratação no órgão central da Secretaria, por intermédio da COTRANS, foi definida como a estratégia mais adequada para superar essas limitações, fortalecer a governança da política pública, promover a padronização do serviço, reduzir ineficiências e ampliar a capacidade de controle da Administração.

A solução centralizada e regionalizada permite:

- uniformização dos requisitos técnicos e operacionais;
- racionalização da gestão contratual;
- redução do esforço administrativo disperso;
- otimização logística das rotas;
- rastreabilidade da execução contratual;
- fortalecimento da fiscalização baseada em evidências objetivas.

A ausência, insuficiência ou inadequação do transporte escolar produz efeitos diretos sobre a assiduidade, a pontualidade, o aproveitamento pedagógico e a permanência dos estudantes na escola. Em situações nas quais o aluno depende do deslocamento ofertado pelo poder público para chegar à unidade de ensino, a descontinuidade do serviço ou a sua prestação em condições



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

inadequadas pode ampliar faltas, atrasos, cansaço excessivo no percurso e, em hipóteses mais graves, contribuir para infrequência e evasão escolar.

Por essa razão, a necessidade administrativa aqui identificada deve ser compreendida em dupla dimensão: de um lado, assegurar serviço contínuo, seguro e adequado de transporte escolar aos alunos da rede estadual que dele dependem, inclusive aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, para os quais o transporte acessível constitui condição material de inclusão educacional. De outro, reorganizar estruturalmente a forma de prestação do serviço, substituindo a fragmentação contratual por modelo regionalizado, padronizado, controlável e aderente ao interesse público.

Dessa forma, a contratação pretendida decorre da necessidade de estruturar um modelo operacional compatível com a magnitude do serviço, com maior capacidade de planejamento, controle e eficiência, assegurando a continuidade da política pública de transporte escolar em escala estadual. A seguir, temos o detalhamento desse novo modelo proposto:

### **3.1. Do Atual Cenário da Prestação de Serviço de Transporte Escolar e Seus Aspectos Principais – Introdução e contextualização da política pública**

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) é responsável por garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes da rede estadual de ensino, o que inclui assegurar o direito ao transporte escolar gratuito, seguro, eficiente e de qualidade para os alunos residentes em áreas rurais ou distantes das unidades escolares. O transporte escolar representa um dos pilares fundamentais para o alcance das metas educacionais e para a redução da evasão escolar.

Por definição, normas programáticas são metas constitucionalmente assentadas que devem ser perseguidas pelo Estado, que deverá adotar políticas públicas tendentes à consecução desses fins. Concede-se, portanto, as normas programáticas como aquelas normas constitucionais através das quais o constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente, determinados interesses, limitou-se a traçar os princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos (legislativos, executivos, jurisdicionais e administrativos), como programa das respectivas atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado (J.H Meirelles Teixeira. apud SILVA, 1999, p. 138). Assim, por exemplo, o rol de direitos sociais do art. 6º da Constituição Federal atribui direitos subjetivos a políticas públicas nas áreas de educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Trata-se de normas programáticas, atribuindo direitos subjetivos à população em face do Estado.

#### Constituição Federal

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A educação representa um direito e ao mesmo tempo uma obrigação: direito da população e dever do Estado. Nesse viés, a educação é instrumento indispensável para garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e para construir uma sociedade livre, justa, solidária e fraterna.

#### Constituição Federal





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A lei garante a educação básica estabelecendo a sua efetividade na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Municipal de Educação.

Constituição Federal

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade.

(...)

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Estatuto da criança e adolescente - Lei n. 8.090/90

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, **através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.**

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...)

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de **programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;**

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados;

Devemos mencionar, ainda, os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que é uma agenda global da ONU com 17 objetivos e 169 metas para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir prosperidade até 2030**. Entre os objetivos, está o transporte escolar. Em sua declaração, os compromissos assumidos pelos 193 Estados Membros da ONU, dentre eles o Brasil, são apresentados na forma de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, que abrangem as dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento sustentável e devem ser alcançados até 2030: **ODS 4 – Educação de qualidade, garantindo incentivos para o transporte escolar, inclusão escolar e acessibilidade (CNM, 2021)**. Noutro giro, a **Lei 16.279/2016 estabelece estratégias governamentais sobre o Plano Estadual de Educação**:

Plano Estadual de Educação – Lei 16.279/2016

7.17. Garantir transporte gratuito para todos os estudantes do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória e financiamento compartilhado, com participação da União, proporcional às necessidades do Estado e Municípios, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

(...)

7.21. Ampliar e aprofundar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de suplementação de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

(...)

12.7. Ampliar, gradualmente, as políticas de inclusão e de assistência estudantil, a partir da oferta de moradia, transporte, alimentação, inclusão digital, creche e esporte, de acordo com as demandas específicas de cada região, dirigidas aos estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Diversos são os atos administrativos que fundamentam a essencialidade do serviço e sua prestação de forma continuada. Logo, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) possui o dever institucional de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes em suas unidades escolares. Para a concretização dessa política pública, o transporte escolar constitui, frise-se, elemento essencial de infraestrutura educacional. Este serviço atende diretamente estudantes residentes em áreas rurais, locais de difícil acesso, sujeitos a barreiras físicas de deslocamento, ou alunos com deficiência que demandam veículos acessíveis. Sem o transporte adequado, o direito à educação desses indivíduos restaria esvaziado, com potencial inclinação à evasão escolar dada a situação de vulnerabilidade dos alunos atendidos.

Devemos citar a repercussão desse tipo de serviço para a sociedade. O Ministério Público, dentro das suas funções institucionais de zelar pelos interesses sociais e individuais indisponíveis (Lei Orgânica 8625/1993) lançou a cartilha **“Roteiro Transporte Escolar”**, lançada pelo Ministério



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Público de São Paulo (MPSP) em parceria com o Instituto Alana (através do projeto Prioridade Absoluta), é uma ferramenta técnica de apoio aos promotores de Justiça para a fiscalização do serviço de transporte escolar prestado pelos municípios. Com isso, não basta o oferecimento do serviço, mas de que este seja prestado de forma eficiente, segura e de acesso à educação.

O serviço é disciplinado no âmbito desta SEDUC, pelo Programa de Transporte Escolar Paulista, instituído pela Resolução SEDUC nº 161/2025, que estabelece diretrizes rigorosas para a organização e execução do atendimento, definindo critérios claros de elegibilidade e governança. Para operacionalizar este direito, a Administração precisa estruturar um modelo de contratação que seja simultaneamente seguro, eficiente e economicamente viável.

Digno de nota, dentre tantas outras competências da Coordenadoria de Transporte Escolar (COTRANS) estabelecidas no art.107 da Resolução SEDUC 108/2025 está a promoção de ações de melhoria no Programa de Transporte Escolar. Inúmeras são as ações inovadoras realizadas. Importa registrar, que está em fase de readequação, novo decreto estadual visando a ab-rogação dos Decretos 48.631/2004 e 58.169/2012, para dispor de forma atual e objetiva sobre requisitos essenciais para celebração de convênios com municípios paulistas, com fito de promover a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino. Ainda no âmbito desta gestão, e por meio de renomado Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, vêm sendo realizados estudos relacionados à estruturação e reestruturação do modelo técnico-operacional, aliado ao uso de tecnologias de ponta e a um sistema de governança claro e eficiente, que permitirá não apenas otimizar os recursos públicos, mas também proporcionar condições ideais na prestação do serviço, com eficácia e com a máxima qualidade.

Não menos importante, avanços operacionais e gerenciais em cumprimento às recomendações da Controladoria Geral do Estado. Aqui pauta-se, o princípio da eficiência como sendo aquele que orienta a Administração Pública a tomar suas decisões baseadas no interesse da coletividade, não apenas prestando bom serviço público, mas também adotando medidas progressivas que aumentem ou qualifiquem esse dever. Essa é nossa missão.

Com isso, o aprimoramento do atendimento da política pública, requer atenção reforçada, quer seja em termos técnico-operacionais (aliado aos aspectos econômico-financeiros) quer seja em inovações que aperfeiçoam as atividades precípuas da SEDUC.

### **3.2. Diagnóstico do modelo atual de contratação**

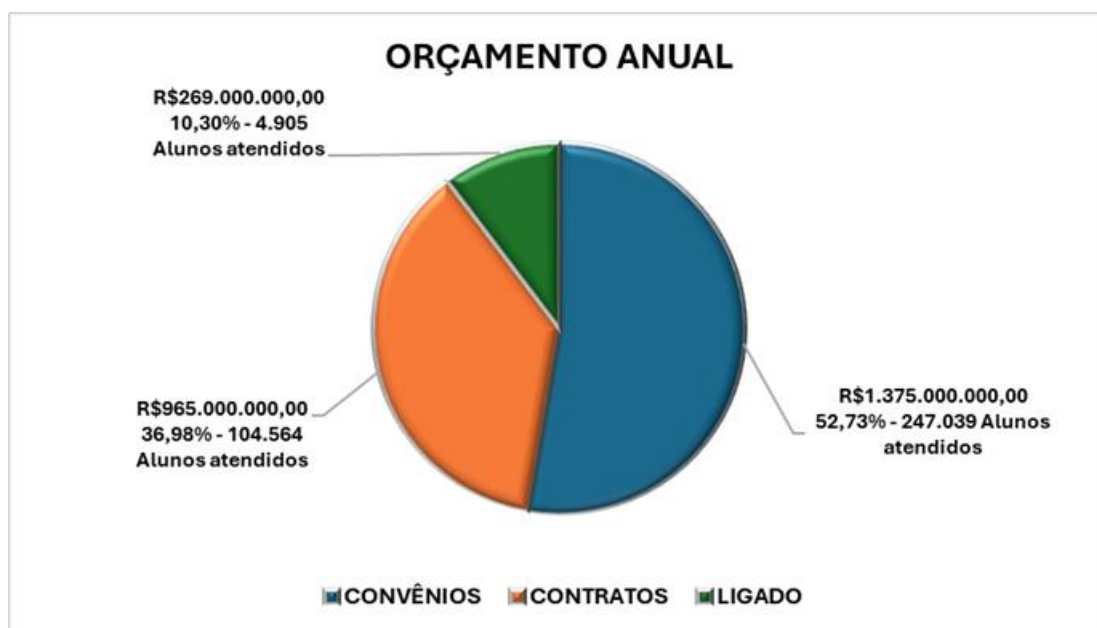
A magnitude do serviço de transporte escolar é evidenciada também pelas dimensões geográficas do Estado de São Paulo, com uma área de 248 219,485 quilômetros quadrados (km²), São Paulo é o décimo segundo maior estado do Brasil em tamanho territorial, ocupando 2,9167% do território nacional. Em termos populacionais, o Estado registra a marca de 44.411.238 pessoas<sup>[2]</sup>, de acordo com o último censo realizado em 2022:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**



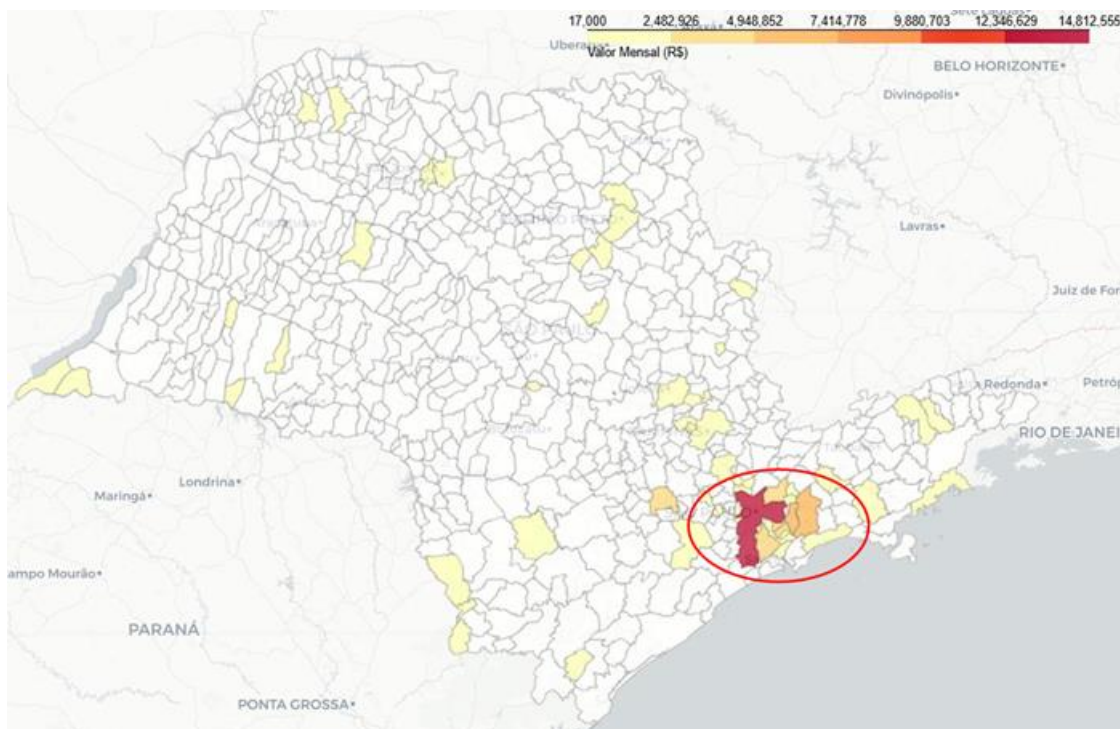
Como era de se esperar, isso gera reflexos e impactos diretos no cronograma de desembolso orçamentário-financeiro para cada tipo de modalidade:



Atualmente, a Secretaria da Educação gerencia a prestação do serviço por meio de um modelo predominantemente descentralizado, no qual as Unidades Regionais de Ensino (URE) conduzem contratações próprias para atendimento de suas demandas locais. Esse formato exige que cada unidade dedique tempo, recursos humanos e financeiros para elaborar editais, conduzir pregões, analisar recursos e fiscalizar as execuções, desviando o foco institucional que deveria ser precipuamente pedagógico. Esse modelo resulta na existência de mais de 160 (cento e sessenta) contratos administrativos ativos de transporte escolar com veículo dedicado, distribuídos entre mais de 57 (cinquenta e sete) unidades regionais de ensino (imagem abaixo).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES



Há casos extremos em que uma única Unidade Regional de Ensino administra dezenas de contratos simultâneos, gerando uma sobrecarga administrativa que inviabiliza o controle minucioso da execução.

A Região Metropolitana de São Paulo, sozinha, concentra atualmente 39 contratos ativos (21% do total). Além disso, como exemplo podemos citar outros 43 (quarenta e três) contratos (26,22% do total) nas UREs Mauá (13 contratos), Mogi das Cruzes (11 contratos), Suzano (10 contratos) e Itaquaquecetuba (9 contratos). A seguir, lista com todas as UREs que possuem mais de 03 (três) contratos vigentes:

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO	QUANTIDADE DE CONTRATOS	QTDE DE ALUNOS TRANSPORTADOS	QTDE DE VEÍCULOS LICITADOS	KM DIÁRIO LICITADOS DA FROTA
MAUÁ	13	8.310	406	9.637,67
MOGI DAS CRUZES	11	5.004	312	8.568,52
SUZANO	10	6.136	308	3.798,69
ITAQUAQUECETUBA	9	3.269	128	1.426,68
CARAGUATATUBA	7	176	17	544,10
JACAREÍ	6	797	68	1.868,52
SANTO ANDRÉ	5	2.079	101	1.821,28
SOROCABA	5	3.785	150	4.868,20



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

SUL 3 (SÃO PAULO)	5	7.582	256	4.036,98
CAIEIRAS	4	508	103	1.719,31
CENTRO-OESTE (SÃO PAULO)	4	1.049	91	1.921,16
DIADEMA	4	309	51	1.430,40
GUARULHOS SUL	4	478	79	1.178,49
NORTE 2 (SÃO PAULO)	4	3.623	249	4.129,43
CENTRO (SÃO PAULO)	4	123	78	879,39
LIMEIRA	4	713	59	3.672,00
SANTOS	4	84	16	714,18
PENÁPOLIS	4	3.781	83	3.792,10
TABOÃO DA SERRA	4	2.794	66	1.961,20
GUARULHOS NORTE	3	3.699	241	2.533,19
LESTE 1 (SÃO PAULO)	3	347	72	1.352,32
SÃO BERNARDO DO CAMPO	3	7.420	305	7.637,30
SÃO ROQUE	3	2.384	118	4.775,80
CENTRO-SUL (SÃO PAULO)	3	150	56	1.089,74
JALES	3	720	23	1.457,60
LESTE 4 (SÃO PAULO)	3	121	34	417,50
LESTE 5 (SÃO PAULO)	3	156	79	1.279,06
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3	1.869	77	3.413,30
MIRANTE DO PARANAPANEMA	3	552	44	2.258,72
<b>TOTAIS</b>	<b>141</b>	<b>68.018</b>	<b>3.670</b>	<b>84.182,82</b>

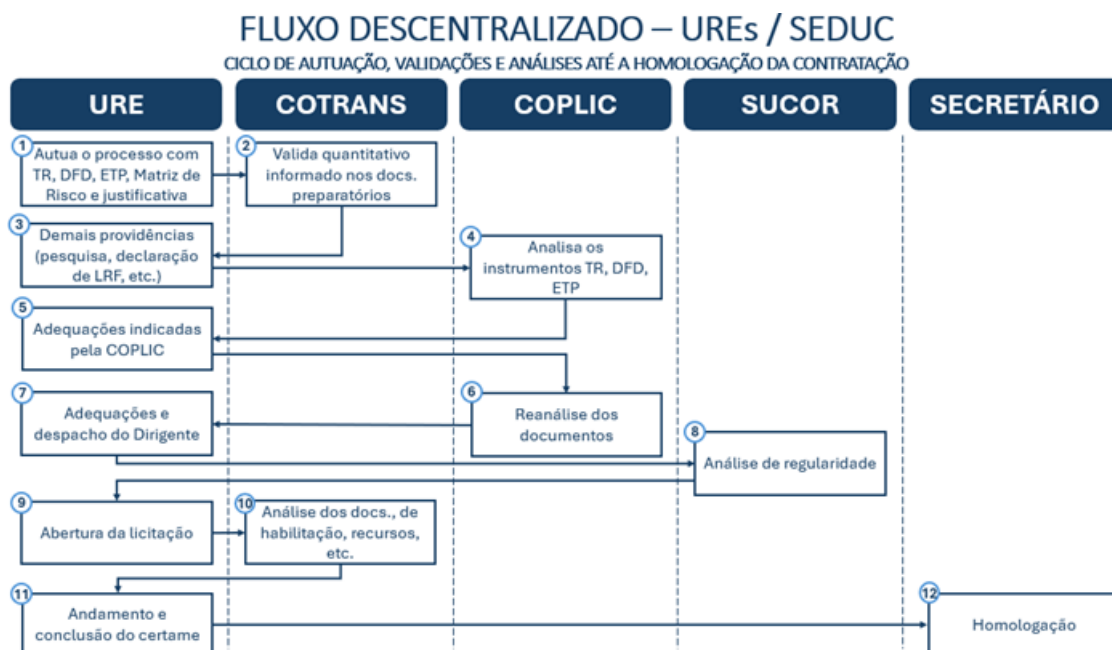
A análise do modelo atualmente utilizado para a contratação do transporte escolar evidencia um cenário caracterizado por elevado grau de fragmentação administrativa e profunda complexidade operacional. Historicamente, a SEDUC adotou uma postura de delegação parcial da fase preparatória, licitatória e de gestão contratual para as suas instâncias regionais, criando um mosaico de procedimentos isolados.

A título de exemplo e para ilustrar um caso em concreto, citamos o processo 015.00824962/2024-64 autuado em 28/01/2025 e somente homologado pelo Sr. Secretário em 27/02/2026, isso porque entre idas e vindas, atualizações documentais, fluxos e andamento processual entre as unidades regionais e da própria SEDUC, houve excessiva demora para a conclusão do certame e a efetiva contratação. Esses entraves impactam diretamente no planejamento do Programa de Transporte Escolar, expondo a risco a sua continuidade ininterrupta. Vejamos, sucintamente, o fluxo processual descentralizado:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES



Essa tramitação excessivamente burocrática gera morosidade nas licitações e, conseqüentemente atraso nas contratações, aumento de custos e prejuízo à eficiência.

A operação possui uma magnitude expressiva, que envolve o atendimento diário de mais de 170 (cento e setenta e três) mil estudantes, divididos entre o transporte regular e o transporte acessível. Para suportar essa demanda, são mobilizados mais de 4.400 (quatro mil e quatrocentos) veículos, que percorrem cerca de 100.000 (cem mil) quilômetros diários em todo o Estado. O dispêndio orçamentário anual se aproxima da marca de R\$860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais), exigindo um modelo de governança contratual robusto, com capacidade de controle, padronização e monitoramento em escala estadual, o que se mostra incompatível com a atual pulverização administrativa. A seguir, trazemos o detalhamento das informações relevantes por Região do plano de centralização:

#	REGIÃO TÉCNICA CENTRALIZADA	VALOR GLOBAL DOS CONTRATOS VIGENTES	QTDE ALUNOS TRANSPORTADOS	QTDE VEÍCULOS LICITADOS	KM DIÁRIO LICITADOS DA FROTA	QTDE MUNICÍPIOS POR REGIÃO	ÁREA TERRITORIAL IBGE (EM KM²)	POPULAÇÃO IBGE	PROP ORÇÃ O ALUNOS ATENDIDOS (%)
1	RMSP CENTRO	R\$ 45.577.370,52	273	134	1.969,13	1	35,10	400.000	0,32%
2	RMSP LESTE	R\$ 484.682.834,58	16.005	1.059	18.055,65	9	2.521,43	5.659.817	18,55%
3	RMSP OESTE	R\$ 108.075.247,94	3.598	276	5.065,61	10	1.055,23	3.529.949	4,17%



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

4	RMSP SUL (ABC)	R\$ 473.912.937,73	25.950	1.241	25.851,12	8	1.398,63	6.259.011	30,08%
5	RMSP NORTE	R\$ 253.375.753,61	8.975	758	10.987,95	9	2.149,68	4.403.805	10,40%
6	RMSP SUDOESTE	R\$ 38.410.455,32	3.223	66	3.028,32	6	1.105,79	820.795	3,74%
7	SOROCABA	R\$ 188.096.042,94	7.594	395	15.163,40	78	45.063,83	3.178.685	8,80%
8	JUNDIAÍ	R\$ 11.177.494,53	364	31	741,13	25	5.824,45	1.664.309	0,42%
9	CAMPINAS	R\$ 143.285.246,39	4.835	300	7.760,60	18	3.414,53	3.162.582	5,61%
10	PIRACICABA	R\$ 15.243.654,00	837	74	3.954,80	44	15.530,04	2.348.777	0,97%
11	RIBEIRÃO PRETO	R\$ 40.658.210,35	1.886	111	6.980,00	64	27.400,61	2.626.237	2,19%
12	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	R\$ 30.006.265,96	5.133	175	8.551,00	100	26.089,30	1.685.482	5,95%
13	BAURU	R\$ 3.472.999,75	300	12	248,44	48	22.168,48	1.422.027	0,35%
14	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	R\$ 58.578.760,76	2.677	196	9.521,22	39	16.177,91	2.593.344	3,10%
15	SANTOS (BAIXADA SANTISTA)	R\$ 5.254.485,64	84	16	714,18	11	3.372,84	1.890.277	0,10%
16	PRESIDENTE PRUDENTE	R\$ 23.992.718,45	715	72	4.486,48	55	24.846,94	898.920	0,83%
17	ARAÇATUBA	R\$ 13.056.592,25	3.781	83	3.792,10	44	18.785,62	798.774	4,38%
18	MARÍLIA	R\$ -	0	0	0,00	54	19.517,37	1.050.026	0,00%
19	ARARAQUARA	R\$ 1.365.670,50	31	3	275,90	26	12.080,61	1.134.799	0,04%



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>TOTAIS</b>	<b>R\$</b> <b>1.938.222.</b> <b>741,23</b>	<b>86.261</b>	<b>5.002</b>	<b>127.1</b> <b>47,02</b>	<b>649</b>	<b>248.538</b> <b>,38</b>	<b>45.527.</b> <b>616</b>	<b>100,00</b> <b>%</b>
---------------	--	---------------	--------------	------------------------------	------------	------------------------------	------------------------------	---------------------------

O controle do processo "fim a fim" (end-to-end), de suma importância nos manuais de gestão de política pública, foca no monitoramento e otimização de todas as etapas de um serviço ou política pública, em privilégio à eficiência, economicidade processual e de recursos públicos, melhor performando em ganhos estratégicos, de gestão e fiscalização.

### **3.3. Limitações estruturais do modelo descentralizado**

A manutenção do modelo descentralizado impõe custos administrativos e operacionais excessivos à Administração Pública, comprometendo a eficiência na aplicação dos recursos estaduais. A experiência prática e os dados levantados pela Coordenadoria de Transporte Escolar (COTRANS) demonstram que a fragmentação inviabiliza a visão sistêmica da rede, gerando desperdícios que poderiam ser sanados por meio de uma gestão unificada.

Em relação à fragmentação contratual, a existência de muitos contratos administrativos dificulta a padronização dos instrumentos e multiplica os procedimentos administrativos de gestão e fiscalização, conforme já demonstrado no tópico anterior. Cada contrato demanda empenhos, liquidações, pagamentos, análises de reajustes e repactuações de forma isolada. O esforço humano necessário para manter a conformidade legal de mais de 160 (cento e sessenta) instrumentos é desproporcional ao benefício gerado, aumentando o risco de falhas formais e atrasos.

No que tange à assimetria de preços, a ausência de parâmetros uniformes de contratação gera variações significativas nos valores praticados entre diferentes regiões. Licitados de forma isolada, lotes menores perdem o poder de negociação e ganho de escala, resultando em valores por aluno desiguais. A Administração acaba remunerando de maneira discrepante os serviços prestados em regiões com características viárias semelhantes, unicamente devido à falta de uma modelagem logística integrada.

Diante disso, no que se refere à definição do valor estimado da contratação, cumpre esclarecer que não será adotado como parâmetro exclusivo o Caderno Técnico de Serviços Terceirizados – CADTERC (Volume 21 – Transporte Escolar).

O referido instrumento estabelece valores referenciais para contratação de serviços de transporte escolar no âmbito da Administração Pública estadual, porém os valores atualmente divulgados possuem data-base de maio de 2023 (publicação em 07/05/2024), o que evidencia a existência de defasagem temporal significativa em relação às condições atuais de mercado.

Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o intervalo entre a data-base do orçamento utilizado pela Administração e a publicação do edital da licitação não deve ultrapassar o prazo de 6 (seis) meses, sob pena de comprometimento da confiabilidade da estimativa de preços e da compatibilidade com os valores efetivamente praticados no mercado.

Em razão disso a Administração Pública deve proceder à avaliação adequada do orçamento da contratação, tomando por base os preços atualmente praticados no mercado, de modo a garantir maior aderência à realidade econômica no momento da licitação.

Dessa forma, o valor estimado da contratação será definido com base em atualização dos valores do CADTERC aplicando-se a eles o indexador IPC-FIPE (vide adiante).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Quanto à heterogeneidade de padrões técnicos, é importante reconhecer que a Administração já conta com um Parecer Referencial da Consultoria Jurídica, documento que estabelece diretrizes jurídicas e balizas técnicas padronizadas. Apesar disso, a gestão fragmentada por múltiplas unidades administrativas, como as Unidades Regionais de Ensino, compromete a uniformidade na aplicação prática desses padrões. Na realidade do modelo descentralizado, a execução contratual acaba apresentando diferenças relevantes em relação aos requisitos operacionais, exigências técnicas e critérios de fiscalização. A centralização é, portanto, o mecanismo necessário para garantir que o rigor técnico, os critérios de fiscalização e as exigências operacionais definidos no referencial jurídico sejam implementados de forma idêntica em todo o Estado. Isso elimina as disparidades na execução dos contratos e garante a isonomia no atendimento aos estudantes, independentemente da região.

A dificuldade de consolidação de dados operacionais é outra falha crítica do modelo descentralizado. A inexistência de um sistema unificado de controle e de tecnologias padronizadas impede a obtenção de informações consolidadas sobre a quilometragem percorrida, as rotas executadas, a utilização efetiva da frota e o desempenho operacional do serviço. A apuração descentralizada dificulta a auditoria sobre o que é faturado, limitando a capacidade da Administração de avaliar com precisão a eficiência da política pública e de coibir eventuais inexecuções contratuais.

Toda a vulnerabilidade aqui exposta corrobora com o agir da SEDUC através da reestruturação de uma nova modelagem a fim de que viabilize a contratação e a execução do serviço com a eficiência esperada. Isso reforça os ganhos estratégicos da gestão organizacional (governança) e orçamentária (melhor aproveitamento dos recursos que são finitos). O planejamento denota capacidade de inteligência e organização das demandas, orientada por dois fatores: o nível de importância estratégica dos serviços (sua relevância na agregação de valor para a organização) e a complexidade da sua execução.

#### **3.4. Da centralização do serviço de transporte escolar como medida de eficiência administrativa**

A necessidade de centralização da gestão de contratos dessa natureza, em decorrência, especialmente, da complexidade e singularidade em torno do objeto e as plúrimas atividades desempenhadas pelas Unidades Regionais de Ensino, é medida de eficiência administrativa a fim de que estas centralizem seus esforços em atividades predominantemente pedagógicas, nos termos do art. 38 do Decreto 69.665/2025 (sem prejuízo, é claro, da atuação em cooperação e integração à SEDUC) e como consequência, busca-se, através da atuação gerencial por esta Secretaria, maior solidez na coordenação e acompanhamento dessa importante política pública.

O modelo de contratação anterior não mais se coaduna com a realidade e necessidade das Unidades Regionais de Ensino (URE), nem com os estudos realizados no âmbito desta Secretaria e o incremento de outras inovações em franca implementação.

Não é forçoso lembrar que a mutabilidade da política pública é inerente à própria mutabilidade da situação fática. Com isso, a atuação da SEDUC vem sendo conduzida de forma coordenada e sistematizada, a fim de se aprimorar e reestruturar essa e outras políticas públicas. Aqui citamos a pesquisa realizada pela SEDUC junto às Unidades Regionais de Ensino (citada no processo sei 015.00567515/2024-01 – centralização da alimentação escolar) para compreender quais atividades administrativas, não vinculadas diretamente ao âmbito pedagógico, mais oneram suas atividades. Ficou evidente que as ocupações que mais oneram as UREs como um todo são vinculadas às contratações de serviços contínuos. Nas respostas, em um universo de 91 UREs, 64 relataram as atividades administrativas vinculadas à infraestrutura e serviços escolares como principais no que diz respeito à demanda e dispêndio de recursos humanos.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Assim, a escuta ativa e os estudos realizados por esta Secretaria, indicam que o modelo de centralização do serviço de transporte escolar (tal qual a centralização da alimentação escolar, limpeza, cuidador, etc.) é o mais adequado e eficiente quando consideradas as especificidades da rede pública de ensino.

Aqui, é oportuno rememorar o conceito de serviço adequado previsto no art. 6º da Lei 8.987/95, que, como se verá avançando neste ETP, respalda a decisão administrativa de centralização dos serviços de transporte escolar. Vejamos:

Lei 8.987/1995

Art. 6º (...)

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de **regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade**, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. (grifos nossos)

- **SEGURANÇA** - Os riscos da descontinuidade do Programa de Transporte Escolar em função do excessivo trâmite entre unidades gestoras ou qualquer outro fato impeditivo na conclusão do procedimento licitatório, importa em prejuízos aos alunos atendidos de difícil reparação;
- **EFICIÊNCIA** - A complexidade das URE's de gerir 160 (cento e sessenta) contratos administrativos ativos, distribuídos entre mais de 57 (cinquenta e sete) unidades regionais de ensino;
- **CONTINUIDADE** – gestão unificada pela SEDUC e a capacidade técnico-operacional de implementação de novas metodologias;
- **REGULARIDADE** – garantia de resultados universalizados na execução do serviço de transporte escolar para a rede de ensino.

**Cumpre destacar a exitosa migração do modelo de prestação de serviços de limpeza em ambiente escolar (015.00098915/2023-73 e 015.00451990/2023-77), execução centralizada já em execução, com ênfase nos processos de gestão e fiscalização dos serviços e exponencial ganho de eficiência operacional e economia de recursos financeiros. Outros contratos já foram centralizados, como vigilância escolar, profissional de apoio escolar – atividades de vida diária (015.00352519/2023-05 e 01500834547/2024-19) e a aquisição de hortifrutigranjeiros para as unidades escolares, e encontra-se em fase licitatória a centralização dos serviços de alimentação escolar (015.0567515/2024-01). Logo, a centralização está totalmente estabelecida na estratégia de sucesso da Secretaria da Educação.**

Quando a Constituição atribui uma atividade a um determinado órgão, deve-se entender que conferiu, implicitamente, todos os meios e poderes para a consecução desta atividade ou atribuição, é o que se denomina a teoria dos poderes implícitos. (...) *A outorga de competência expressa a determinado órgão estatal importa em deferimento implícito, a esse mesmo órgão, dos meios necessários à integral realização dos fins que lhe foram atribuídos* (MS 26.547 MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, j.23.05.2007, DJ de 29.05.2007). Assim procedeu a SEDUC, utilizando-se de estudos técnicos especializados e dos meios legais, identificou a necessidade e dimensionou a solução adequada, deduzida a eficiência e eficácia de centralização de processos e contratações públicas.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Mostra-se conveniente a compreensão das inúmeras matizes da gestão da política pública sob a tríade de resultados para a sociedade e governo, capacidade institucional e processos internos identificados pelos procedimentos críticos para criar e entregar valor à sociedade e ao governo.

Neste sentido, reflete o Mapa Estratégico da SEDUC (disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/mapa-estrategico-2023/>) disposto e normatizado pela Resolução SEDUC 37/2023, alinhado à Meta 4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil da Organização das Nações Unidas – ONU; à Lei nº 16.279, de 08 de julho de 2016 que aprovou o Plano Estadual de Educação; à Lei nº 17.262, de 9 de abril de 2020 que instituiu o Plano Plurianual; à Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998 em que constam os princípios da administração pública.

Resolução SEDUC 37/2023

Artigo 1º - Esta Resolução dispõe sobre o Mapa Estratégico da Secretaria da Educação, que visa nortear os projetos e ações do Órgão Central, das Diretorias de Ensino e das unidades escolares da rede de ensino estadual para os anos de 2023 a 2026.

(...)

Artigo 5º - O desenvolvimento organizacional da Secretaria da Educação, na perspectiva dos processos internos, da gestão da mudança e do conhecimento será obtido por meio da implementação de estratégias de suporte, são:

(...)

III. Eficiência na Operação

(...)

**b. Otimizar fluxos e processos, visando a melhoria dos serviços escolares e de suporte;** (grifos nossos)

Como visto, a centralização é medida administrativa de crescente formalização, justamente por estar alinhada aos anseios das próprias Unidades Regionais de Ensino e escolas, ao mapa estratégico estabelecido pela Resolução SEDUC 37/2023 e aos critérios de eficiência, economicidade e controle gerencial.

Quanto aos critérios de eficiência e controle gerencial, fica claro através dos exemplos trazidos pelos contratos de limpeza e profissionais de apoio, o ganho substancial da Administração Pública no trato diário das condições contratuais e operacionais.

A centralização da contratação constitui a medida corretiva essencial destinada a superar as limitações estruturais do modelo descentralizado, realinhando a gestão do transporte escolar com as melhores práticas de governança pública. A transição da responsabilidade administrativa das Unidades Regionais de Ensino para a Coordenadoria de Transporte Escolar representa um salto qualitativo na gestão do erário.

Essa modelagem encontra fundamento direto nos princípios constitucionais e legais da eficiência administrativa, da economicidade e do planejamento da contratação pública, previstos no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021. A eficiência é alcançada ao se substituir centenas de procedimentos repetitivos por processos licitatórios robustos e unificados. A economicidade materializa-se no ganho de escala e na eliminação de redundâncias logísticas. O planejamento evidencia-se na organização prévia de toda a malha viária estudantil do Estado.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

A centralização permitirá concentrar na Coordenadoria de Transporte Escolar (COTRANS) da Secretaria da Educação as atividades de inteligência logística, planejamento da contratação, condução do processo licitatório, gestão contratual financeira e monitoramento macro da execução. Ao absorver a carga burocrática e processual, o órgão central garante a uniformidade das decisões administrativas e a padronização na aplicação de sanções, reajustes e repactuações.

Com a desoneração dessa incumbência, as Unidades Regionais de Ensino poderão focar sua atuação naquilo que constitui sua verdadeira vocação institucional: o acompanhamento das atividades pedagógicas, a fiscalização local da pontualidade e qualidade do serviço na porta da escola, e o relacionamento direto com a comunidade escolar e os estudantes, especialmente a indicação e homologação dos alunos no transporte escolar.

### **3.5. Padronização técnica e melhoria da governança**

A mudança para a contratação centralizada não é apenas uma alteração de quem assina o contrato, mas uma reformulação completa na qualidade do serviço exigido. A centralização permitirá estabelecer um padrão único e rigoroso de exigências técnicas para todo o Estado, eliminando o tratamento desigual entre as regiões e elevando a segurança dos alunos.

Este novo patamar inclui a exigência e fiscalização uniformes dos requisitos técnicos constantes do CADTERC – Volume 21 (Transporte Escolar), em especial no que diz respeito a idade máxima da frota, impedindo a circulação de veículos obsoletos que colocam em risco a integridade física dos passageiros, abrangendo também os requisitos de segurança veicular, a obrigatoriedade de qualificação específica e exames periódicos dos motoristas e monitores, além da padronização visual dos veículos com a identidade do Estado, facilitando a identificação e o controle social.

### **3.6. Economia da Medida**

A mudança de paradigma para a centralização e regionalização da contratação apresenta vantagens econômicas indiscutíveis, devidamente projetadas e documentadas na fase de planejamento. O novo modelo estanca o desperdício de recursos e otimiza o valor do investimento público em educação.




O primeiro grande benefício é o ganho de escala operacional. A reorganização das rotas sob o prisma das regiões logísticas do IBGE (vide Item 9, adiante) permite eliminar as sobreposições de trajetos, integrando alunos de municípios vizinhos em veículos comuns quando viável. Isso melhora a taxa de ocupação dos veículos e reduz a quilometragem ociosa. A licitação de lotes com maior volume atrai propostas comerciais mais agressivas, reduzindo o valor do custo logístico.

Há, ainda, relevante ganho de economicidade e vantajosidade sob a perspectiva operacional e administrativa, decorrente da racionalização do esforço institucional necessário à condução dos processos licitatórios e à gestão contratual.

No modelo atualmente vigente, descentralizado, cada Unidade Regional de Ensino é responsável pela instrução integral de seus processos licitatórios, o que envolve a mobilização reiterada de equipes técnicas e administrativas qualificadas para a elaboração de documentos preparatórios (DFD, ETP, Termo de Referência, pesquisa de preços, matriz de riscos), condução do certame, análise de impugnações e recursos, além da gestão e fiscalização contratual. Esse arranjo resulta na replicação de estruturas, esforços e rotinas administrativas em dezenas de unidades, gerando elevado custo indireto de pessoal, tempo e coordenação. Vejamos:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

INDICADOR	MODELO ATUAL (DESCENTRALIZADO)	MODELO PROPOSTO (CENTRALIZADO)	VARIAÇÃO OU GANHO
 <b>1. Nº de processos licitatórios</b>	~160 processos independentes (distribuídos entre UREs)	~15 a 25 processos estruturados (por regiões)	▽ Redução superior a 80%
 <b>2. Tempo médio de contratação (ciclo completo)</b>	6 a 12 meses (com alta variabilidade e retrabalho)	3 a 6 meses (com padronização e menor retrabalho)	▽ Redução de até 50% no prazo médio
 <b>3. Custo administrativo indireto</b> ( <i>publicações, mobilização de equipes, retrabalho, análise jurídica repetitiva, gestão pulverizada</i> )	Elevado e pulverizado (custos replicados por processo, baixa economia de escala)	Reduzido e concentrado (economia de escala + padronização)	▽ Redução significativa (não linear, mas estrutural)

A condução de um único processo licitatório dessa natureza demanda a atuação coordenada de múltiplos perfis profissionais – técnicos demandantes, áreas de planejamento, setores de compras, comissões de contratação, assessorias jurídicas e fiscais de contrato – ao longo de um ciclo que, não raramente, se estende por meses, especialmente em razão de retrabalhos decorrentes de inconsistências documentais, devoluções sucessivas entre unidades e necessidade de readequações.

Nesse cenário, a pulverização de mais de uma centena de processos implica não apenas aumento exponencial do custo administrativo, mas também na perda significativa de eficiência sistêmica, com impacto direto na tempestividade das contratações e no risco de descontinuidade do serviço público.

Com a adoção do modelo centralizado, há a substituição dessa lógica fragmentada por um arranjo estruturado de governança, no qual os processos passam a ser conduzidos de forma padronizada, por equipes especializadas, com ganho de escala e maior maturidade técnica na elaboração dos artefatos licitatórios.

A redução do número de certames de mais de uma centena para um conjunto limitado de contratos estruturados permite a otimização do uso de recursos humanos qualificados, evitando a dispersão de esforços em atividades repetitivas e de baixo valor agregado. Além desse, há ganho pela redução significativa do tempo médio de instrução e conclusão dos processos licitatórios, em razão da padronização documental e da diminuição de ciclos de retrabalho, bem como a diminuição dos custos administrativos indiretos, incluindo publicações, atos processuais, mobilização de comissões e atuação descentralizada de equipes técnicas.

Como consequência, há aumento da qualidade técnica dos instrumentos convocatórios, com reflexos diretos na redução de impugnações, recursos e questionamentos por órgãos de controle, além da melhoria da capacidade de planejamento e previsibilidade da contratação, com impactos positivos na continuidade do serviço.

Sob o prisma da vantajosidade, a centralização não se limita à obtenção de melhores preços por ganho de escala, mas se traduz, sobretudo, na elevação da eficiência administrativa como um todo, ao permitir que a Administração Pública contrate o mesmo volume de serviços e atenda as



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

demandas necessárias com menor dispêndio de recursos humanos, menor tempo de processamento e maior segurança jurídica.

Adicionalmente, a desoneração das Unidades Regionais de Ensino das atividades intensivas de natureza licitatória e contratual permite a realocação de sua força de trabalho para atividades finalísticas, especialmente aquelas relacionadas ao acompanhamento pedagógico e à fiscalização local da execução do serviço, ampliando a efetividade da política pública.

Dessa forma, a centralização promove não apenas economia mensurável em termos financeiros, mas também ganhos estruturais de eficiência, governança e capacidade institucional, os quais, embora de difícil mensuração imediata, representam fator determinante para a adequada prestação do serviço público e para a mitigação de riscos operacionais e jurídicos associados à contratação.

#### **4. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A demanda objeto deste Estudo Técnico Preliminar encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria da Educação, em estrita conformidade com o Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, e alinha-se ao planejamento estratégico desta Pasta para a modernização e otimização da infraestrutura escolar.

A contratação está devidamente registrada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assegurando a transparência e a publicidade exigidas pela legislação.

De rigor frisar que a centralização do serviço e da gestão contratual contribui diretamente para o cumprimento dos objetivos institucionais da Secretaria, garantindo o deslocamento seguro e regular dos estudantes, promovendo a eficiência logística e assegurando a rastreabilidade da execução contratual por meio de monitoramento tecnológico.

O alinhamento com o planejamento institucional verifica-se na definição dos quantitativos operacionais e na programação da execução ao longo da vigência contratual plurianual, em consonância com as metas operacionais e orçamentárias estabelecidas pela Administração.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos da contratação foram definidos de forma a garantir a prestação de um serviço de excelência, alinhando as diretrizes da Resolução SEDUC nº 161/2025 (TESP) com as especificações técnicas, econômicas e operacionais consolidadas no Volume 21 do CADTERC. A contratada deverá fornecer serviços contínuos de transporte escolar, com disponibilização de veículos, condutores e monitores.

##### **5.1. Serviço Executado de Forma Contínua**

Consoante o acima indicado, a Lei Federal nº 14.133/2021 conceitua serviços e fornecimentos contínuos como aqueles que, por sua natureza, se relacionam com uma necessidade permanente e renovada. Veja-se:

Lei Federal nº 14.133/2021

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

(...)

XV - serviços e fornecimentos contínuos: **serviços contratados** e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de **necessidades permanentes** ou prolongadas; (grifos nossos)

Nas palavras de Joel de Menezes Niebuhr: “*Serviços e fornecimentos contínuos, como o próprio nome revela, são aqueles que visam a atender à necessidade permanente da Administração, portanto, prestados sem interrupção, sem solução de continuidade*”.

Portanto, a pretendida contratação se relaciona diretamente ao serviço de transporte escolar, que por sua perenidade, deve ser oferecido sem solução de continuidade.

Vale reforçar que durante todo este estudo restou claro a necessidade de modernização do acompanhamento e fiscalização do transporte escolar deste estado, sendo que, implementado o modelo ora discutido, este não poderá ser interrompido, de forma que prejudicará a aferição qualitativa e quantitativa da prestação de serviço que ocorre durante todo o ano, considerando que trata-se de um serviço (transporte escolar) que não pode ser interrompido, pois neste caso os educandos seriam afetados pela falta de acesso à rede estadual de ensino.

A execução do objeto desta contratação será realizada de forma contínua, para aproximadamente 500 (quinhentos) dias letivos, de acordo com o calendário escolar do ano letivo 2026/2027, com data inicial prevista para 19/06/2026. Desta feita, a vigência contratual será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogada até 10 (dez) anos, na forma como dispõe o art. 107 da Lei nº 14.133/2021:

Lei Federal nº 14.133/2021

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**5.1.1. Da regularidade da contratação em ano eleitoral e da preservação da continuidade do serviço público essencial**

A presente contratação, embora processada em ano eleitoral, não se enquadra, por sua natureza, finalidade e motivação, em hipótese de vedação eleitoral à atuação administrativa. A legislação eleitoral não estabelece proibição geral à instauração, processamento, adjudicação, homologação ou celebração de contratos administrativos em ano eleitoral, mas disciplina condutas específicas vedadas aos agentes públicos quando aptas a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos no pleito eleitoral.

No caso concreto, a contratação possui natureza ordinária, técnica, contínua e essencial, voltada à preservação do acesso e da permanência dos estudantes da rede pública estadual nas unidades escolares, mediante a prestação regular do serviço de transporte escolar. Trata-se de medida administrativa vinculada à continuidade do serviço público educacional, à execução do Programa de Transporte Escolar Paulista (TESP), à necessidade de atendimento de alunos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

elegíveis ao serviço, à absorção de demanda reprimida tecnicamente identificada e à reorganização/substituição de contratações atualmente vigentes ou próximas de seu vencimento.

A contratação não tem por finalidade instituir benefício novo, casuístico, extraordinário ou dissociado de política pública preexistente, tampouco criar vantagem administrativa, política ou eleitoral a agente público, candidato, partido, federação partidária ou coligação. Seu fundamento é exclusivamente técnico-operacional, decorrente do planejamento da Secretaria da Educação, da necessidade de preservação da continuidade do calendário escolar, da mitigação do risco de interrupção do serviço e do aprimoramento da governança contratual.

A realização do procedimento licitatório em ano eleitoral, portanto, não descaracteriza a regularidade da contratação, desde que observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, isonomia, competitividade e continuidade do serviço público, bem como vedado qualquer uso promocional, personalização política, publicidade institucional indevida ou exploração eleitoral da contratação, da futura execução contratual ou da política pública atendida.

As comunicações relativas ao procedimento licitatório, à celebração contratual, ao início da operação ou à prestação dos serviços deverão limitar-se ao conteúdo estritamente necessário à publicidade legal dos atos administrativos, à transparência da contratação, à orientação operacional dos usuários, à fiscalização e à continuidade do serviço público, sem utilização de slogans, marcas de gestão, imagens, nomes, símbolos, expressões ou elementos que possam caracterizar promoção pessoal ou aproveitamento eleitoral.

Dessa forma, a contratação mostra-se juridicamente regular e administrativamente necessária, por se tratar de providência planejada, impessoal, motivada e indispensável à continuidade de serviço público essencial, não configurando, por si só, conduta vedada pela legislação eleitoral, desde que sua instrução, divulgação e execução permaneçam restritas à finalidade pública educacional que justifica a demanda.

## **5.2. Modalidade Licitatória, Critério de Julgamento e Modo de Disputa**

Analisando a contratação pretendida, verifica-se que se trata de um serviço comum, pois possui especificações usuais de mercado e padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidas em edital.

Neste sentido, recorrendo à Lei Federal nº 14.133/2021, tem-se que o pregão é uma modalidade licitatória obrigatória para serviços comuns, conforme artigo 6º, inciso XLI, que define serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais de mercado (artigo 6º, inciso XIII do mesmo diploma legal):

### Lei Federal nº 14.133/2021

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Consoante à modalidade licitatória pregão, verifica-se que essa só admite a utilização de critérios de julgamento de menor preço e de maior desconto (inciso XLI, art. 6º da Lei de Licitações), pois nele só poderão ser empregados o modo de disputa aberto, ou este combinado com o fechado.

Com efeito, nos termos do art. 56, da Lei Federal nº 14.133/2021, serão admitidos na fase de seleção do fornecedor, os modos de disputa aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, ou fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação, os quais podem ser adotados de forma isolada ou conjunta.

Lei Federal nº 14.133/2021

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

Lado outro, no modo de disputa aberto/fechado, deverá ocorrer uma fase eliminatória inicial, por meio de lances abertos e sucessivos, com finalização posterior em uma fase fechada, entre os melhores classificados na fase aberta.

Contudo, não se pode deixar de mencionar que, nos termos do §1º do art. 56 da Lei Federal n. 14.133/2021, “a utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto”.

Sendo assim, estando-se diante da modalidade licitatória “pregão”, que só admite a utilização dos critérios de julgamento de menor preço e de maior desconto, conforme disposto no inciso XLI, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os únicos modos de disputa possíveis são “aberto” ou “aberto-fechado”.

Ato contínuo, nas precisas lições de Victor Aguiar Jardim de Amorim, temos: [...] *o melhor modo de disputa possível não é aquele que simplesmente tenha o condão de esgotar ao máximo as possibilidades de lances (como uma leitura fácil e opaca poderia sugerir ser o caso do modo “aberto”), mas sim aquela forma de disputa que venha a materializar uma concepção adequada da eficiência do processo licitatório sem descuidar das necessidades primárias e secundárias da Administração. Com efeito, o melhor modo de disputa seria aquele que correspondesse a um “mecanismo de concorrência” que conjugasse, em equilíbrio, a “maximização das ofertas” e a “razoável duração do processo licitatório”. (A fase de lances na Nova Lei de Licitações sob a perspectiva da “teoria dos leilões”: Contributos para a futura regulamentação dos modos de disputa).*

Considerando que o objeto possui especificações usuais de mercado, ampla oferta potencial de fornecedores e reduzida variabilidade técnica entre as propostas, entende-se que o modo de disputa aberto é suficiente para assegurar competitividade, economicidade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa.

No presente caso, considerando a natureza comum do serviço e a possibilidade de definição objetiva das especificações técnicas, dos requisitos operacionais, dos padrões de desempenho, dos critérios de medição e das condições de fiscalização pretendidas pela Administração,





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

verifica-se que o critério de julgamento de menor preço mostra-se o mais adequado para a seleção da proposta mais vantajosa, assegurando competitividade, economicidade e observância ao interesse público.

Assim, a adoção do pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço e modo de disputa aberto, revela-se compatível com a natureza do objeto, com os princípios da eficiência, competitividade, isonomia, planejamento e seleção da proposta apta a gerar o menor dispêndio para a Administração, sem prejuízo da manutenção integral dos requisitos técnicos e operacionais definidos no Termo de Referência e em seus anexos.

#### **5.2-A. Diretrizes estruturantes da modelagem da contratação**

A futura contratação deverá contemplar, como requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, a prestação contínua de serviços comuns de transporte escolar, nas modalidades regular e acessível, destinados aos estudantes da rede estadual de ensino, assegurando-se padrões mínimos de continuidade, regularidade, segurança, pontualidade, acessibilidade, conforto, higiene, fiscalização e desempenho, em compatibilidade com a natureza essencial do serviço e com a necessidade de garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

Em consonância com a modelagem da centralização, a contratação deverá observar a segregação entre transporte regular e transporte acessível, de modo a permitir acompanhamento operacional, econômico-financeiro e fiscalizatório autônomo de cada modalidade.

Deverá, ainda, ser previsto escalonamento de demanda para fins de roteirização e entrada gradativa da volumetria de alunos, compatibilizando-se a transição contratual com o encerramento dos contratos atualmente vigentes e com as janelas do calendário escolar.

#### **5.2-B. Parcelamento da solução e organização da demanda**

A presente contratação adota distinção técnica entre a organização geográfica da demanda e o parcelamento do objeto para fins licitatórios.

A organização da demanda em Região RMSP Leste constitui critério de planejamento logístico, administrativo e operacional, voltado à racionalização da política pública de transporte escolar, à padronização da prestação do serviço, à redução da fragmentação contratual, ao ganho de escala, à melhoria da governança e à ampliação da capacidade de fiscalização sistêmica da Administração.

Já o parcelamento do objeto, para fins do artigo 47 da Lei Federal nº 14.133/2021, ocorrerá mediante divisão da contratação em dois grupos técnicos autônomos:

- Grupo 01 – Transporte Regular, destinado ao atendimento dos estudantes que demandam transporte escolar convencional, observadas as rotas, veículos, horários, pontos de embarque e desembarque e demais parâmetros operacionais definidos pela Administração;
- Grupo 02 – Transporte Acessível, destinado ao atendimento dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida que demandam veículos adaptados, recursos de acessibilidade, tripulação operacional compatível e cuidados específicos de embarque, deslocamento e desembarque.

A separação entre transporte regular e transporte acessível decorre da distinção técnica, operacional e econômica entre as modalidades. O transporte acessível demanda veículos adaptados, maior especialização operacional, observância de requisitos específicos de acessibilidade, eventuais adequações de rota, maior sensibilidade na alocação de estudantes e maior rigor na fiscalização das condições de segurança e atendimento. O transporte regular, por



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

sua vez, possui características operacionais próprias, com maior capacidade veicular média, organização por rotas convencionais e lógica distinta de dimensionamento.

O parcelamento em dois grupos técnicos amplia a competitividade, pois permite que empresas com especialização, estrutura e capacidade operacional compatíveis com cada modalidade participem do certame de forma adequada, sem impor a todos os licitantes a obrigatoriedade de executar simultaneamente modalidades com requisitos técnicos substancialmente distintos.

Ao mesmo tempo, a organização regional da demanda preserva o ganho de escala, a racionalidade logística e a eficiência administrativa, evitando tanto a contratação única em escala excessivamente ampla quanto a pulverização fragmentada em múltiplos contratos isolados. O modelo, portanto, atende ao dever de parcelamento sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sem prejuízo da padronização, da governança e da continuidade do serviço público.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento adotado é tecnicamente adequado, proporcional, competitivo e compatível com a natureza do objeto, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a execução segura, contínua e fiscalizável do transporte escolar na Região RMSP Leste.

### **5.3. Da Garantia da Contratação**

De forma a garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo futuro contratado perante este Poder Público, como também multas, prejuízos e indenizações que decorram de inadimplemento, será exigida a garantia da contratação de que trata os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sendo que o procedimento e demais condições serão descritos no Termo de Referência e nas cláusulas do futuro contrato.

Vale destacar que a garantia disposta na Lei nº. 14.133/2021 é uma importante ferramenta que tem por objetivo evitar a participação de empresas aventureiras, que ganham os certames, contudo depois não cumprem com o compromisso da prestação dos serviços necessários ao atendimento do interesse da Administração Pública, ocasionando em prejuízo ao atendimento de políticas públicas em diversas áreas sensíveis da atuação estatal.

Desta feita, para o presente caso será estipulado percentual em Garantia de 3% (três por cento) do valor total da contratação, em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º e 3º da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações. O percentual de 3% é o comumente praticado nos editais desta Secretaria e em análise à editais similares, o percentual revela-se razoável frente à demanda aqui tratada.

### **5.4. Especificações da Frota e Segurança Veicular**

Os veículos disponibilizados deverão se enquadrar nas categorias especificadas no levantamento de rotas. Para a região RMSP Leste, poderão ser exigidos veículos das seguintes categorias:

#### **· Veículos Convencionais:**

<b>VEÍCULO</b>	<b>DESCRIÇÃO CADTERC</b>	<b>CATEGORIA COTRAN</b>	<b>DESCRIÇÃO COTRAN</b>
----------------	--------------------------	-------------------------	-------------------------



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>V1</b>	Ônibus com capacidade mínima para 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados, com parede divisória interna, com bancos forrados e almofadados.	M3	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que tenha massa superior a 5 (cinco) toneladas.
<b>V2</b>	Micro-ônibus com capacidade mínima para 24 (vinte e quatro) passageiros sentados, com bancos forrados e almofadados.	M3	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que tenha massa superior a 5 (cinco) toneladas.
<b>V3</b>	Veículo tipo van com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros sentados e com porta lateral corrediça.	M2	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas.
<b>V4</b>	Veículo tipo van com capacidade mínima para 11 (onze) passageiros sentados e com porta lateral corrediça.	M2	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas.

· **Veículos Acessíveis:**

<b>VEÍCULO</b>	<b>DESCRIÇÃO CADTERC</b>	<b>CATEGORIA COTRAN</b>	<b>DESCRIÇÃO COTRAN</b>
<b>V5</b>	Veículo tipo van ou minivan com capacidade mínima para 2 (dois) passageiros sentados e com pelo menos 1 (um) box para passageiro cadeirante, equipado com plataforma elevatória veicular ou que possibilite o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso.	M1/L4/1A	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha até 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, equipado com plataforma elevatória veicular e área reservada e identificada para a acomodação de 1 (um) box para passageiro cadeirante ou para cão-guia que acompanha a pessoa com deficiência visual.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>V6</b>	Veículo tipo van com capacidade mínima para 8 (oito) passageiros sentados, porta lateral e com pelo menos 2 (dois) boxes para passageiros cadeirantes, equipado com plataforma elevatória veicular ou que possibilite o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso.	M2/L4/1A	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas, equipado com plataforma elevatória veicular, com lotação mínima para 8 (oito) passageiros mais o condutor e área reservada e identificada para a acomodação de 2 (dois) boxes para passageiro cadeirante ou para cão-guia que acompanha a pessoa com deficiência visual.
<b>V7</b>	Veículo tipo van com capacidade mínima para 4 (quatro) passageiros sentados, porta lateral e com pelo menos 3 (três) boxes para passageiros cadeirantes, equipado com plataforma elevatória veicular ou que possibilite o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso.	M2/L4/1A	Veículo projetado e construído para o transporte de passageiros que tenha mais que 8 (oito) assentos, além do assento do motorista, e que contenha uma massa não superior a 5 (cinco) toneladas, equipado com plataforma elevatória veicular, com lotação mínima para 4 (quatro) passageiros mais o condutor e área reservada e identificada para a acomodação de 3 (três) boxes para passageiro cadeirante ou para cão-guia que acompanha a pessoa com deficiência visual.

Registre-se que o quadro acima apresenta o portfólio técnico de categorias veiculares previsto no referencial CADTERC/CONTRAN aplicável ao transporte escolar convencional e acessível, servindo como parâmetro de enquadramento técnico dos veículos admitidos na contratação. Para fins de dimensionamento efetivo da presente contratação da Região RMSP Leste, entretanto, prevalecem os quantitativos definidos na matriz de demanda (vide item 5.8.1), na roteirização e nas planilhas de composição de custos, nas quais foram apurados, para esta etapa, os tipos veiculares V1, V2, V3 e V6. Logo, a menção aos veículos V4, V5 e V7 não implica exigência automática de sua disponibilização, contratação ou mobilização, salvo se vierem a ser expressamente demandados em razão de ajuste técnico-superveniente da roteirização, alteração da demanda homologada ou necessidade operacional devidamente formalizada pela Administração, observados o Termo de Referência, seus anexos e os limites contratuais aplicáveis.

A idade máxima da frota será rigorosamente controlada para impedir a circulação de veículos obsoletos. Todos os veículos devem possuir autorização vigente expedida pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) para a condução de escolares, apresentar identidade visual padronizada, cintos de segurança em perfeitas condições para todos os ocupantes e equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo).

#### **5.5. Pessoal Alocado e Operação**

A contratada deverá disponibilizar motoristas e monitores em quantitativo compatível com a operação contratada, observadas a natureza contínua do serviço, a complexidade logística das rotas e as exigências de segurança e acessibilidade aplicáveis.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Importante destacar que existe nexo real entre os requisitos e os riscos do futuro contrato, haja vista o transporte de alunos e a proteção integral à criança e adolescente. Digno de nota, o ETP deixou de ser peça acessória e passou a ser elemento estruturante da legalidade da contratação. Neste sentido, o nexo da exigência está em consonância, partindo de uma interpretação teleológica e sistemática, ao Acórdão TCU 733/2026, considerando a demonstração objetiva da necessidade e proporcionalidade da exigência de capacitação, explicitado, inclusive, o nexo técnico entre o critério temporal adotado e os riscos operacionais concretos do objeto (segurança, monitoramento e transporte de alunos). As exigências decorrem diretamente da natureza do objeto, o que impõe elevado grau de responsabilidade operacional.

Os motoristas deverão ter 21 (vinte e um) anos de idade ou mais e atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos técnicos, legais e documentais:

a) **Habilitação e Regularidade:**

- Carteira Nacional de Habilitação (CNH válida), na categoria compatível com o veículo, observado, no mínimo, categoria D;
- Ausência de suspensão, cassação ou impedimento judicial do direito de dirigir;
- Regularidade do prontuário da CNH.

b) **Capacitação Obrigatória:** aprovação em curso especializado para condutores de transporte escolar, conforme regulamentação do CONTRAN (Resolução nº 789, de 18 de junho de 2020), com carga horária mínima de 50 horas-aula, com conteúdo programático que abrange, no mínimo:

- Legislação de trânsito;
- Direção defensiva;
- Primeiros socorros;

c) **Capacitação Obrigatória:** a contratada deverá manter, para cada motorista, documentação comprobatória válida e atualizada, incluindo, no mínimo:

- CNH válida (categoria mínima D);
- Comprovante de conclusão do curso especializado para transporte escolar;
- Certidão de prontuário da CNH (histórico do condutor);
- Certidão negativa de distribuição criminal para verificação de existência de crimes de trânsito;
- Declaração de inexistência de impedimentos legais ao exercício da atividade;
- Exame toxicológico válido, quando exigido para a categoria de habilitação;
- Documentos de identificação pessoal (RG/CPF);
- Comprovação de vínculo com a contratada (empregatício ou equivalente legal).

Os monitores deverão atuar como apoio operacional e de segurança, sendo certo que sua presença constitui requisito operacional da contratação, estabelecido com base em critérios de segurança, organização e atendimento adequado aos estudantes, especialmente em situações envolvendo crianças, adolescentes e estudantes com necessidades específicas.

O monitor exerce função de apoio operacional ao transporte escolar, não se confundindo com:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- função pedagógica;
- função de cuidador especializado;
- função de servidor da unidade escolar.

As atribuições dos monitores compreendem, no mínimo:

a) Durante o embarque:

- Organizar o embarque dos estudantes;
- Auxiliar na entrada segura no veículo;
- Conferir, quando aplicável, a presença dos alunos conforme listagem fornecida;
- Apoiar estudantes com mobilidade reduzida ou necessidades específicas.

b) Durante o trajeto:

- Zelar pela segurança e integridade dos estudantes;
- Orientar quanto ao comportamento adequado no interior do veículo;
- Verificar a utilização de dispositivos de segurança (ex.: cinto de segurança);
- Apoiar situações emergenciais de baixa complexidade.

c) Durante o desembarque:

- Auxiliar na saída segura do veículo;
- Garantir que o estudante desembarque no ponto correto;
- Atuar para evitar situações de risco imediato.

No caso das unidades escolares, deverá assegurar, sempre que exigido pela modelagem operacional ou pelas características do público atendido, que o aluno seja recebido por profissional da escola, servidor designado ou outro agente indicado pela Administração, vedada a simples liberação do estudante em situação de desassistência ou risco.

A responsabilidade do transportador/monitor limita-se ao apoio operacional e à entrega segura do aluno no ponto definido pela contratação, não abrangendo, salvo previsão expressa, condução até sala de aula ou cuidado individual especializado fora do contexto do transporte.

Para fins de contratação e início da execução, a Administração poderá exigir que a contratada apresente, previamente à assinatura do contrato ou à emissão da ordem de serviço, a documentação individual de todos os motoristas efetivamente alocados à operação, bem como a documentação regulatória dos veículos e das autorizações exigidas para o transporte escolar, inclusive aquelas decorrentes de legislação local.

## **5.6. Monitoramento e Controle Tecnológico**

Constitui requisito essencial da contratação a disponibilização, operação e manutenção, pela contratada, de Sistema de Monitoramento de Geoprocessamento Via Satélite (GPS) para a totalidade da frota alocada ao contrato.

O sistema de monitoramento integra o próprio objeto contratado e não se configura como obrigação acessória, devendo possibilitar:





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- rastreamento em tempo real dos veículos;
- registro georreferenciado das rotas executadas;
- armazenamento de dados de posição, data e hora;
- validação da quilometragem percorrida;
- suporte à medição da execução contratual;
- auditoria da operação pela Administração.

A transmissão de dados deverá ocorrer em tempo real ou em periodicidade compatível com a necessidade de controle da SEDUC-SP, em integração com os sistemas definidos pela Administração.

Esse requisito é indispensável para a adequada liquidação da despesa, especialmente em razão do modelo de remuneração híbrida da contratação, composto por parcela fixa e parcela variável vinculada ao desempenho operacional do serviço.

#### **5.7. Governança da execução, segregação de funções e proteção de dados**

A atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e dos fiscais deverá observar o Decreto Estadual nº 68.220/2023, especialmente quanto à segregação de funções, às atribuições dos agentes públicos e à necessidade de acompanhamento técnico, administrativo e setorial da execução contratual.

No que se refere à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, a contratada deverá assegurar que todo tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da execução contratual observe integralmente a Lei nº 13.709/2018, adotando medidas técnicas, administrativas e organizacionais adequadas à natureza dos dados tratados, às características do tratamento e às finalidades contratuais.

Deverá garantir a proteção dos dados pessoais de alunos, responsáveis, servidores e demais envolvidos contra acessos não autorizados e contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, em consonância com os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

O acesso aos dados deverá ficar restrito às pessoas que necessitem conhecê-los para o estrito cumprimento das finalidades contratuais, assegurando-se compromisso de confidencialidade, controles internos de sigilo, fluxo de resposta a incidentes e mecanismos permanentes de governança em segurança da informação durante toda a vigência contratual.

#### **5.8. Habilitação e Qualificação**

A empresa a ser contratada deverá comprovar qualificação técnico-operacional compatível com a natureza e a dimensão do serviço, mediante

apresentação de atestados de capacidade técnica relativos à execução de serviços similares.

Os requisitos de qualificação técnico-operacional são indispensáveis à garantia da execução satisfatória do objeto, nos termos do art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021, e guardam proporção e pertinência direta com a complexidade do escopo. Neste sentido, citamos TC 6.051/2025 (TCM):



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

“o atestado é medida proporcional para aferição da capacidade dos licitantes e garantia da adequada execução contratual, nos termos do art.67, da Lei 14.133/2021.

Os órgãos de controle têm sido firmes, onde a habilitação malconduzida gera nulidade do certame e erros nessa fase prejudicam todo o processo. A habilitação correta não atrasa a contratação, ela evita problemas, protege o interesse público e resguarda quem decide – proteção do contrato e do gestor.

A contratação visa reestruturar a logística de transporte de mais de 4.000 (quatro mil) alunos em 07 (sete) municípios, com um orçamento anual superior a R\$ 68.734.842,00 (sessenta e oito milhões e setecentos e trinta e quatro mil e oitocentos e quarenta e dois reais). O risco de insucesso na execução não representa apenas um prejuízo financeiro, mas o potencial comprometimento da eficácia de uma política pública essencial de acesso à educação.

A Administração não pode assumir o risco de contratar uma pessoa jurídica que não demonstre experiência prévia mínima em objetos de complexidade equivalente.

#### **5.8.1. Qualificação Técnica**

A exigência de comprovação de qualificação técnico-operacional correspondente a 30% (trinta por cento) do volume estimado da prestação dos serviços do respectivo lote técnico representa patamar mínimo de razoabilidade e proporcionalidade para aferir a experiência prévia da licitante em operação compatível com a complexidade do objeto, sem restringir indevidamente a competitividade. Trata-se de medida de prudência administrativa diante da magnitude, da criticidade, da capilaridade territorial e dos riscos operacionais inerentes à contratação de serviços contínuos de transporte escolar.

Esse percentual é comumente praticado no âmbito desta Secretaria, considerando os aspectos técnicos que envolvem esse tipo de prestação de serviços. Em análise a outros casos de contratação de serviços de transporte, o percentual revela-se razoável. A título exemplificativo, menciona-se o Termo de Solicitação de Contratação nº 1/2024, relativo à prestação de serviço de transporte rodoviário de carga postal dos Correios e Telégrafos, no qual se exigiu a comprovação, para o(s) lote(s) da contratação, de transporte de carga, em âmbito estadual ou interestadual, correspondente a pelo menos 30% (trinta por cento) do volume ou do peso anual previsto para cada lote, mediante apresentação de documentos comprobatórios da efetiva prestação dos serviços informados.

A definição desse percentual encontra respaldo no regime jurídico instituído pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no disposto em seus artigos 5º e 11, que consagram os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa, da competitividade, da razoabilidade, da proporcionalidade, do julgamento objetivo e da vedação a exigências que restrinjam indevidamente o caráter competitivo do certame. A legislação vigente reforça a necessidade de que os requisitos de habilitação guardem estrita correlação com o objeto e sejam limitados ao mínimo necessário para assegurar a adequada execução contratual.

Nesse contexto, a exigência de percentual inferior ao patamar máximo tradicionalmente admitido pelos órgãos de controle revela-se medida alinhada às diretrizes contemporâneas de governança pública, privilegiando a ampliação da concorrência sem prejuízo da segurança da contratação. A experiência administrativa demonstra que a execução de parcela relevante do objeto, ainda que inferior à metade da contratação pretendida, pode ser suficiente para evidenciar a capacidade técnica do operador econômico, sobretudo quando associada a outros mecanismos de mitigação de risco previstos no edital, no Termo de Referência e nos anexos contratuais, tais como exigências de regularidade operacional, documentação de veículos e profissionais, controles de execução, matriz de avaliação mensal, mecanismos de fiscalização e critérios objetivos de medição e pagamento.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Cumpre destacar que o entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, consubstanciado na Súmula nº 24, admite a exigência de quantitativos mínimos de execução de serviços similares, desde que razoáveis e devidamente justificados, não impondo percentual fixo obrigatório:

Súmula 24 do TCE-SP

“Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro **percentual que venha devida e tecnicamente justificado**.” (grifos nossos)

Verifica-se, portanto, que é possível a exigência de quantitativos de até 50% a 60% da execução pretendida, desde que observadas a razoabilidade e a justificativa técnica. Tal referência, contudo, não constitui percentual obrigatório, mas parâmetro máximo ou referencial, cabendo à Administração definir, de forma motivada, o percentual mais adequado ao caso concreto.

Nessa linha, a adoção do percentual de 30% revela-se mais aderente aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da competitividade, evitando a imposição de barreiras artificiais à participação de empresas aptas à execução do objeto, sem afastar a necessidade de comprovação objetiva de experiência prévia compatível com a complexidade da contratação.

Para efeito de comprovação da capacidade técnica, serão aceitas certidões ou atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) a execução anterior de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado.

Também deve ser observado o entendimento constante da Súmula nº 30 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, segundo a qual, em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica, podem ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, sendo vedado o estabelecimento de prova de experiência anterior em atividade excessivamente específica. Assim, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, serão admitidos atestados ou certidões relativas a serviços compatíveis ou similares ao objeto da contratação, e não apenas a experiências estritamente idênticas de transporte escolar.

Serão considerados similares ao objeto licitado os serviços de transporte coletivo de pessoas, incluindo transporte escolar, transporte fretado, transporte institucional, transporte de empregados, transporte de pacientes ou usuários de saúde, transporte adaptado ou acessível e outras modalidades de transporte destinadas a coletividades sadias ou enfermas, desde que possuam complexidade operacional compatível com a presente contratação.

Considerando a escala, a criticidade e a necessidade de verificação objetiva da capacidade real de atendimento da demanda, a exigência editalícia deverá observar o patamar mínimo de 30% (trinta por cento) das estimativas operacionais do respectivo grupo/lote, aferido a partir de critérios concretos de execução: quantidade de viagens mensais, quilometragem diária e quantidade de veículos.

A exigência de comprovação por viagens mensais, quilometragem diária e quantidade de veículos justifica-se porque tais elementos refletem dimensões complementares da execução contratual. A quantidade de viagens demonstra a capacidade de organização e atendimento



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

simultâneo da operação; a quilometragem diária evidencia a aptidão logística para suportar deslocamentos compatíveis com a demanda; e a quantidade de veículos comprova a capacidade mínima de mobilização, gestão, manutenção e disponibilidade de frota. A combinação desses critérios reduz o risco de comprovações meramente formais ou insuficientes e amplia a segurança da Administração quanto à real aptidão da futura contratada.

Para a aferição da capacidade técnica, deverá a licitante comprovar, em um único contrato ou em diversos contratos executados de forma concomitante durante o período de um mesmo mês, a execução anterior de transporte em quantitativos correspondentes a pelo menos 30% (trinta por cento) das estimativas operacionais do respectivo grupo/lote, conforme quadro abaixo:

GRUPO 01 - TRANSPORTE REGULAR						
Veículos			Qtde. Escolas	Qtde. Rotas	Qtde. Km/dia	Total Alunos/dia
V1	v2	V3				
46	14	26	22	149	5.953,89	3.394
TOTAIS - TRANSPORTE REGULAR						
Valores Base		30%		Estimativa viagens/dia	de	30%
Veículos	86	26		75		22
Rotas	149	45		Estimativa viagens/mês	de	30%
Km/dia	5.953,89	1.786		1.490		447
Alunos/dia	3.394	1.018				
GRUPO 02 - TRANSPORTE ACESSÍVEL						
Veículos			Qtde. Escolas	Qtde. Rotas	Qtde. Km/dia	Total Alunos/dia
V6						
164			185	441	3.194,86	693
TOTAIS - TRANSPORTE ACESSÍVEL						
Valores Base		30%		Estimativa viagens/dia	de	30%
Veículos	164	50		221		66
Rotas	441	132		Estimativa viagens/mês	de	30%



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>Km/dia</b>	3.194,86	<b>958</b>		4.410		<b>1323</b>
<b>Alunos/dia</b>	693	<b>208</b>				

A comprovação poderá ser realizada por meio de um único atestado ou certidão, ou mediante o somatório de diferentes atestados ou certidões, desde que os serviços tenham sido executados de forma concomitante durante o período de um mesmo mês, de modo a demonstrar que a licitante possui capacidade gerencial, logística, operacional e administrativa para suportar simultaneamente os volumes mínimos exigidos.

Os atestados ou certidões deverão indicar, sempre que possível, os tipos de serviços realizados, as quantidades de viagens executadas, a quilometragem, a quantidade de veículos empregados, o prazo contratual, as datas de início e término e a região de prestação dos serviços. Caso os documentos apresentados não contenham expressamente todos os dados necessários à aferição dos quantitativos mínimos exigidos, a Administração poderá admitir documentação complementar idônea, desde que emitida ou validada pelo contratante originário, apta a comprovar o período de execução concomitante e os volumes efetivamente executados.

A contratação envolve atendimento diário de demanda relevante de estudantes, com elevado grau de capilaridade territorial, múltiplas rotas, diferentes tipos veiculares, atendimento regular e acessível, exigência de monitores, controle de frota, cumprimento de horários, rastreabilidade por GPS/telemetria, critérios objetivos de medição e necessidade de continuidade do serviço público. Diante desse cenário, a exigência de comprovação de experiência anterior, ainda que em percentual inferior a 50%, é suficiente para aferir a capacidade operacional das empresas participantes da licitação, especialmente porque a execução contratual será acompanhada por mecanismos robustos de gestão, fiscalização, controle, avaliação de desempenho, glosas de natureza não sancionatória e eventual apuração sancionatória quando cabível.

Ressalta-se, ainda, que a comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de atestados de capacidade técnica não poderá ser substituída pela mera demonstração de propriedade, posse, disponibilidade, locação ou promessa de disponibilização de veículos. A aquisição, detenção ou disponibilidade de frota, embora possa ser exigida em momento próprio para fins de mobilização e execução contratual, não elide a necessidade de comprovação de experiência prévia na execução de serviços similares, apta a demonstrar capacidade gerencial, logística, operacional e administrativa compatível com a complexidade, a escala e os riscos da presente contratação.

Dessa forma, a exigência editalícia, tal como estruturada, equilibra adequadamente os objetivos de segurança da contratação e ampliação da competitividade, assegurando à Administração Pública a continuidade da política pública de transporte escolar, sem comprometer o acesso ao certame por potenciais interessados aptos à execução do objeto.

## **5.9. Capacidade Financeira**

Para fins de habilitação econômico-financeira, a futura contratação deverá exigir comprovação de capacidade financeira compatível com a natureza contínua, essencial e operacionalmente sensível do serviço de transporte escolar, observada a necessidade de preservar a continuidade da execução, a segurança dos estudantes e a adequada mobilização de frota, motoristas, monitores, seguros, manutenção e demais insumos indispensáveis à prestação regular do serviço.

Considerando a relevância do objeto, o volume operacional envolvido, a necessidade de mobilização contínua de recursos materiais e humanos e a essencialidade do transporte escolar



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

para assegurar o acesso e a permanência dos estudantes na rede pública estadual, será exigida a comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses.

A exigência observa a Súmula nº 37 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, segundo a qual, em procedimento licitatório para contratação de serviços de caráter continuado, os percentuais referentes à garantia para participar e ao capital social ou patrimônio líquido devem ser calculados sobre o valor estimado correspondente ao período de 12 (doze) meses.

A adoção do período de 12 (doze) meses, e não do valor global de 30 (trinta) meses da contratação, preserva a proporcionalidade da exigência, evita restrição indevida à competitividade e compatibiliza a segurança econômico-financeira da futura execução com a orientação consolidada do órgão de controle.

O patrimônio líquido mínimo constitui parâmetro objetivo de solidez patrimonial da licitante, permitindo aferir sua capacidade de suportar os encargos iniciais e ordinários da execução contratual, especialmente aqueles relacionados à disponibilização e manutenção da frota, regularidade de motoristas e monitores, seguros, custos trabalhistas, previdenciários, fiscais, operacionais e demais obrigações necessárias à continuidade do serviço.

Dessa forma, a exigência mostra-se adequada, proporcional e tecnicamente justificada, pois contribui para reduzir riscos de inadimplemento, descontinuidade operacional, incapacidade de mobilização e comprometimento da prestação de serviço público essencial, sem impor exigência superior àquela admitida pelo entendimento sumulado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atendendo aos princípios da razoabilidade e competitividade, contribuindo para a ampla participação dos licitantes e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assim como prevê a Lei 14.133/21.

#### **5.10. Requisito de Subcontratação**

A futura contratação admitirá subcontratação parcial da frota até o limite de 50% (cinquenta por cento). Este percentual foi tecnicamente definido para viabilizar a inclusão de pequenos empreendedores locais da RMSPLeste na cadeia produtiva, garantindo o desenvolvimento sustentável, sem que a Contratada principal perca o controle logístico, a responsabilização direta (conforme art. 122 da Lei 14.133/21) e a governança da operação.

A possibilidade de subcontratação parcial mostra-se compatível com a natureza do serviço e com a realidade do mercado de transporte escolar, especialmente porque a operação pode demandar apoio de operadores locais, veículos vinculados a terceiros e capacidades complementares de execução. Contudo, a subcontratação não poderá descaracterizar a responsabilidade unitária da contratada perante a Administração, tampouco prejudicar a fiscalização, a medição, a rastreabilidade da frota, a regularidade documental, a segurança dos estudantes ou a aplicação de sanções.

A contratada principal permanecerá como interlocutora única da Administração e responderá integralmente pela execução do objeto, inclusive por falhas, omissões, inadimplementos, irregularidades documentais, acidentes, descumprimento de rotas, indisponibilidade de veículos, falhas de monitoramento, obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e demais encargos relacionados à parcela eventualmente subcontratada.

Dessa forma, a subcontratação parcial, quando autorizada, deve ser compreendida como instrumento de viabilização operacional da execução, e não como mecanismo de transferência de responsabilidade contratual ou de fragmentação da gestão pública do serviço.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

#### **5.11. Sustentabilidade e participação em consórcio**

Quanto à sustentabilidade, a contratação deverá incorporar critérios e práticas compatíveis com o ciclo de vida do objeto e com os impactos ambientais previsíveis da operação de transporte escolar. Nesse sentido, a solução deverá contemplar adequada manutenção da frota para redução de consumo ineficiente de combustível e mitigação de emissões, racionalização de rotas para evitar deslocamentos ociosos, uso responsável de água e insumos nas rotinas de lavagem e conservação dos veículos e destinação ambientalmente adequada dos resíduos decorrentes da manutenção, inclusive pneus, baterias, filtros, peças substituídas e óleo lubrificante usado ou contaminado, com logística reversa sempre que aplicável e observância da regulamentação ambiental pertinente.

NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas seguintes razões:

Apesar da participação do Consórcio ser permitida nas licitações conforme art. 15 da Lei Federal 14.133/2021, a sua autorização e previsão no edital é uma escolha discricionária da Administração Pública, precedida de uma avaliação da realidade do mercado e a ponderação dos riscos frente a atuação de uma pluralidade de associados para execução do objeto.

Neste sentido, a jurisprudência do TCU já firmou entendimento sobre o caráter discricionário da admissão de Consórcio nas licitações públicas:

“(…) a jurisprudência dessa Corte aponta para o caráter discricionário no que concerne à decisão acerca da participação de consórcios nos diversos eventos licitatórios, a teor do art. 33 da Lei de Licitações.” (Acórdão 1165/2012, rel. Min. Raimundo Carreiro)

No âmbito da presente contratação, A vedação mostra-se técnica e administrativamente adequada diante da natureza do objeto, da modelagem adotada e da necessidade de preservação de interlocução contratual única, responsabilização direta e gestão operacional integrada. Embora o objeto envolva relevante coordenação logística e operacional, os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos no Termo de Referência, no CADTERC – Volume 21, nos anexos operacionais e nas normas de trânsito aplicáveis. Além disso, a modelagem da contratação considerou levantamento de mercado e histórico de execuções similares, evidenciando a existência de operadores econômicos com capacidade individual de atendimento aos grupos licitados, sem necessidade de conjugação extraordinária de capacidades técnicas ou econômico-financeiras por meio de consórcio.

A contratação foi estruturada de forma regionalizada e parcelada em grupos técnicos distintos (transporte regular e transporte acessível) justamente para compatibilizar escala operacional, competitividade, especialização do mercado e viabilidade de execução. Assim, a competitividade não depende da formação de consórcios, pois o próprio parcelamento técnico da solução permite a participação de empresas com capacidade operacional compatível com cada modalidade.

A admissão de consórcios, no caso concreto, poderia ampliar significativamente a complexidade da gestão contratual, dificultar a fiscalização contínua da execução, fragmentar responsabilidades operacionais e criar riscos adicionais de coordenação entre consorciadas. Tais fatores possuem especial relevância em razão da natureza sensível do serviço de transporte escolar, diretamente relacionado à segurança e à integridade física dos estudantes transportados, o que exige cadeia decisória unificada, pronta resposta operacional e responsabilização contratual imediata.

A atuação consorciada poderia comprometer a rastreabilidade da execução e a pronta identificação do responsável por eventuais falhas operacionais, especialmente em situações



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

relacionadas à substituição emergencial de veículos, regularidade documental da frota e dos condutores, cumprimento de rotas, monitoramento por GPS, medição mensal dos serviços, aplicação de glosas e eventual responsabilização sancionatória.

Além disso, a contratação admite, nos limites definidos no Termo de Referência e no contrato, subcontratação parcial da frota, preservando-se integralmente na contratada principal a direção operacional, a coordenação da execução, a interlocução institucional e a responsabilidade contratual perante a Administração.

Tal mecanismo permite acomodar capacidades complementares de execução e a participação indireta de operadores locais, sem afastar a lógica de comando único, fiscalização centralizada, rastreabilidade operacional e responsabilização direta, cenário substancialmente distinto da atuação horizontal característica dos consórcios.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios é medida proporcional, motivada e compatível com o objeto, pois preserva a eficiência da gestão contratual, a segurança operacional, a clareza de responsabilidades, a rastreabilidade da execução e a adequada fiscalização pela Administração, sem prejuízo da competitividade do certame.

Dessa forma, considerando as características do objeto, a modelagem da contratação, a estruturação regionalizada da disputa, a suficiência do mercado fornecedor e os riscos operacionais associados à fragmentação da execução, conclui-se que a vedação à participação de empresas em consórcio constitui medida tecnicamente motivada, proporcional e compatível com o interesse público, preservando a eficiência da gestão contratual, a segurança operacional, a adequada fiscalização da execução e a clara definição de responsabilidades perante a Administração.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A definição das quantidades para a Região RMSP Leste baseia-se em um levantamento georreferenciado (roteirização) atualizado, considerando o agrupamento dos municípios de Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim, Salesópolis, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano, Ferraz de Vasconcelos e a região Leste do município de São Paulo. A consolidação da demanda resultou em uma redução significativa de veículos ociosos e no aumento expressivo da ocupação média.

Os dados exatos extraídos da análise logística de roteirização para o novo modelo centralizado apresentam a seguinte configuração quantitativa:

GRUPO 01 - TRANSPORTE REGULAR	
Quantidade total de alunos homologados:	3.394
Tipo de Veículo	Qtde. Veículos
V1 (Ônibus 44 - Diurno)	46
V2 (Micro-ônibus 24 - Diurno)	14
V3 (Van 15 - Diurno)	24
V3 (Van 15 - Noturno)	2
<b>TOTAL (Veículos modalidade regular)</b>	<b>86</b>



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>KM DIÁRIA TOTAL ESTIMADA</b>	<b>5.953,89</b>
<b>KM TOTAL ANUAL ESTIMADA / ALUNO</b>	<b>350,85</b>

<b>GRUPO 02 - TRANSPORTE ACESSÍVEL</b>	
<b>Quantidade total de alunos homologados:</b>	<b>693</b>
<b>Tipo de Veículo</b>	<b>Qtde. Veículos</b>
V6 (Van Acessível - Diurno)	153
V6 (Van Acessível - Noturno)	11
<b>TOTAL (Veículos modalidade acessível)</b>	<b>164</b>
<b>KM DIÁRIA TOTAL ESTIMADA</b>	<b>3.194,86</b>
<b>KM TOTAL ANUAL ESTIMADA / ALUNO</b>	<b>934,18</b>

· **Totalização da Região RMSP Leste:**

A contratação demandará a operação diária estimada de 250 veículos, sendo 86 veículos no Grupo 01 – Transporte Regular e 164 veículos no Grupo 02 – Transporte Acessível, para atendimento de 4.087 alunos/dia, sendo 3.394 alunos/dia no transporte regular e 693 alunos/dia no transporte acessível, com quilometragem diária total estimada de 9.148,75 km, composta por 5.953,89 km/dia no Grupo 01 e 3.194,86 km/dia no Grupo 02. As memórias de cálculo detalhadas, contendo a origem, destino, tipo de via, rotas, quantitativos e planilhas financeiras unitárias, deverão permanecer juntadas ao respectivo processo administrativo, de modo a validar a estimativa e permitir a rastreabilidade da formação dos quantitativos. A projeção temporal considerou uma vigência de 30 meses, o que engloba um mínimo estimado de 500 dias de efetivo trabalho letivo.

A demanda considera os estudantes elegíveis ao Programa de Transporte Escolar Paulista (TESP), inclusive:

- estudantes residentes a partir da distância mínima estabelecida pela regulamentação;
- estudantes residentes em zonas rurais;
- estudantes sujeitos a barreiras físicas no trajeto;
- estudantes com deficiência de mobilidade ou necessidades específicas de transporte.

A metodologia de cálculo exclui beneficiários que não se enquadrem nos critérios legais de elegibilidade, inclusive situações já atendidas por outras modalidades de transporte não incluídas no escopo desta contratação.

A estimativa também considera:

- roteirização otimizada dos trajetos de ida e volta;
- tipologia de vias;
- tipologia e capacidade dos veículos;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- calendário escolar estadual;
- parâmetros de ocupação, segurança e eficiência operacional.

As memórias de cálculo detalhadas, contendo a relação estimada de rotas, trechos, quantitativos de alunos e tipologia de veículos, comporão anexo específico do Termo de Referência, de modo a preservar a confiabilidade técnica da estimativa e a higidez da futura formação de preços.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

A medição e o pagamento dos serviços observarão metodologia baseada na aferição objetiva da execução contratual, vedada a utilização de índice autônomo de medição por resultado como critério central de remuneração. A apuração da execução ocorrerá com base nos elementos efetivamente comprovados no período, considerados o Termo de Referência, seus anexos, os formulários de fiscalização, o Relatório Mensal de Medição apresentado pela Contratada, os registros operacionais, os dados de telemetria/GPS, os relatórios da fiscalização técnica e administrativa e as demais evidências produzidas no curso da execução contratual.

### **7.1. Aferição da execução para fins de medição e pagamento**

A aferição da prestação dos serviços para fins de medição, recebimento e pagamento observará critérios objetivos, verificáveis e auditáveis, considerados, de forma integrada:

- os formulários operacionais e de avaliação aplicáveis ao transporte escolar;
- os registros e atestados preenchidos pelas unidades escolares e pela Unidade Regional de Ensino;
- o Relatório Mensal de Medição apresentado pela Contratada;
- os relatórios operacionais mensais e os registros de manutenção, ocorrências e substituições;
- os dados do sistema de monitoramento via satélite (GPS), quando aplicável;
- os relatórios da fiscalização técnica e administrativa e os demais documentos exigidos no contrato.

A utilização desses mecanismos não afasta a possibilidade de adoção de outros meios idôneos de verificação, inspeção, conferência ou auditoria pela Administração, sempre que necessários à adequada apuração da execução contratual.

Serão considerados, para fins de medição e pagamento, somente os serviços efetivamente autorizados, realizados, comprovados e apurados pela fiscalização.

### **7.2. Estrutura remuneratória e apuração dos valores devidos**

O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, observada a estrutura remuneratória do contrato, composta por:

- parcela fixa, vinculada à efetiva disponibilização e manutenção da estrutura operacional contratada, nos termos do contrato e da medição do período; e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- parcela variável, vinculada aos serviços efetivamente autorizados, realizados, comprovados e apurados pela fiscalização.

A parcela fixa será paga conforme a efetiva disponibilização e manutenção da estrutura operacional contratada, admitindo-se glosa proporcional quando constatada indisponibilidade, inexecução ou desconformidade que a afete.

A parcela variável será paga conforme apuração, em medição, dos serviços efetivamente autorizados, realizados e comprovados, admitindo-se glosa quando houver quilometragem não executada, execução parcial, divergência não justificada, supressão de rota, atrasos ou qualquer outra hipótese de inexecução aferível.

A glosa da parcela fixa observará, quando cabível, critério *pro rata die*, em conformidade com a extensão temporal ou material da indisponibilidade ou da inexecução apurada.

A glosa da parcela variável corresponderá à parcela da quilometragem, viagem, trecho ou atendimento não executado, executado parcialmente ou executado em desconformidade, conforme apurado pelos instrumentos de fiscalização e pelos elementos objetivos de comprovação da execução.

### **7.3. Glosas, retenções e ajustes no pagamento**

Será indicada glosa, retenção da parcela controvertida ou ajuste no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando se constatar que a Contratada:

- não executou, total ou parcialmente, os serviços efetivamente autorizados;
- executou os serviços em desacordo com as rotas, itinerários, quantitativos, condições técnicas, requisitos operacionais ou padrões mínimos de qualidade exigidos;
- deixou de disponibilizar veículos, motoristas, monitores, documentos, seguros, licenças, equipamentos, sistemas ou demais recursos exigidos para a adequada execução do serviço; ou
- apresentou informações incompletas, inconsistentes, divergentes ou não comprovadas no Relatório Mensal de Medição ou nos documentos de suporte à execução contratual.

As glosas terão natureza de ajuste ressarcitório da contraprestação, incidindo exclusivamente sobre a parcela da remuneração afetada pela inexecução, execução parcial ou execução em desconformidade, e não se confundem com penalidades administrativas, que poderão ser aplicadas cumulativamente, em procedimento próprio, quando caracterizado inadimplemento contratual.

A retenção de valores poderá recair sobre a parcela controvertida da medição quando houver pendência de comprovação documental, inconsistência relevante entre os dados apresentados pela Contratada e aqueles apurados pela fiscalização, necessidade de diligência complementar ou controvérsia fundada quanto à efetiva execução do objeto, observado o tratamento da parcela incontroversa, quando cabível.

### **7.4. Recebimento provisório e definitivo**

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento da comunicação de cobrança apresentada pela Contratada, acompanhada da comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do futuro Termo de Referência e da proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, bem como os demais documentos julgados necessários, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e da quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, esta poderá ser objeto de liquidação e pagamento autônomos.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade pela perfeita execução contratual.

## **7.5. Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, contado de seu recebimento pela Administração, prorrogável por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais, inclusive quanto à conferência do Relatório Mensal de Medição e da documentação comprobatória exigida para veículos, motoristas e monitores.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- prazo de validade, quando aplicável;
- data da emissão;
- dados do contrato e do órgão contratante;
- período respectivo de execução do contrato;
- valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

· correspondência entre os valores faturados, o Relatório Mensal de Medição e a documentação de suporte exigida para a comprovação da regular execução contratual, inclusive aquela relativa a veículos, motoristas e monitores.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, inconsistência entre o faturamento e a medição, ausência ou insuficiência de documentação comprobatória exigida na contratação, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação legalmente exigida, bem como da documentação exigida para fins de medição e liquidação, inclusive aquela relativa aos veículos, motoristas e monitores efetivamente alocados na execução contratual.

A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou contratação com o Poder Público; e
- confrontar, quando cabível, a regularidade cadastral e fiscal da Contratada com os demais elementos documentais exigidos para liquidação e pagamento, inclusive os vinculados à medição e à comprovação da regular execução contratual.

Constatando-se, junto ao SicaF ou no exame da documentação de medição e suporte contratual, situação de irregularidade da Contratada, ausência de documento obrigatório, vencimento, inconsistência ou desconformidade documental relevante, esta será notificada, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente defesa, admitida prorrogação uma única vez, por igual período, a critério do Contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes, sem prejuízo das medidas cabíveis quanto à medição, à retenção da parcela controvertida, à glosa e às demais providências contratuais.

Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual, assegurada à Contratada a ampla defesa, sem prejuízo da apuração das demais consequências contratuais.

Havendo a efetiva execução do objeto e estando incontroversa a parcela correspondente, os pagamentos poderão ser realizados na extensão da parcela regularmente comprovada, até que se decida pela extinção do contrato ou pela adoção de outra medida cabível.

#### **7.6. Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, na forma da legislação estadual aplicável.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, com incidência de juros moratórios à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **7.7. Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, sem prejuízo da possibilidade de comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos da legislação aplicável.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em períodos anteriores.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

As retenções tributárias incidentes sobre os pagamentos observarão exclusivamente a legislação vigente, conforme a natureza do serviço, o regime tributário efetivamente aplicável à contratada e as orientações da área competente, sem criação, neste instrumento, de regra específica de tratamento favorecido ou diferenciado.

### **8. ANÁLISE COMPARATIVA DE MODELOS DE CONTRATAÇÃO E LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Nos termos do art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º, inciso III, do Decreto Estadual nº 68.017/2023, o levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis de solução aptas a atender à necessidade administrativa identificada, acompanhada da justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Essa etapa não se confunde com mera pesquisa de preços, pois envolve a identificação das soluções disponíveis, o exame das condições usuais de execução do objeto, a comparação entre custos e benefícios e a avaliação de riscos, gargalos e problemas adicionais que cada alternativa pode gerar para a Administração ao longo do tempo.

A avaliação comparativa dos modelos teve como premissas:

- aderência ao interesse público primário;
- capacidade de execução em larga escala;
- viabilidade operacional;
- impacto orçamentário e financeiro;
- governança e controle da execução;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- grau de exposição a riscos sistêmicos.

Considerando as premissas acima, a análise específica das alternativas foi estruturada com base em critérios técnicos e objetivos aptos a permitir comparação racional, mensurável e aderente à realidade da contratação, em consonância com a necessidade de afastar avaliações abstratas e de fundamentar a escolha administrativa em parâmetros verificáveis. Para tanto, foram adotados os seguintes critérios de avaliação:

**(i) escala operacional:** entendida como a capacidade do modelo de contratação de absorver e organizar a prestação em volume suficiente para permitir racionalização logística, diluição de custos fixos e atendimento da demanda em larga escala;

**(ii) capacidade de fiscalização:** compreendida como a aptidão institucional, tecnológica e procedimental para monitorar, rastrear, verificar e controlar a execução contratual de forma padronizada, contínua e auditável;

**(iii) tempo estimado de implementação:** correspondente ao lapso necessário para estruturação, mobilização e entrada em operação da solução sem comprometer a continuidade do serviço;

**(iv) adequação à demanda estadual:** relacionada à capacidade da alternativa de responder, de forma compatível, à heterogeneidade territorial, operacional e social da rede estadual, inclusive quanto às especificidades do transporte regular e do transporte acessível; e

**(v) eficiência no uso de recursos públicos:** aferida pela aptidão do modelo para conciliar economicidade, competitividade, racionalização da malha logística, redução de custos indiretos e melhor alocação da despesa pública.

Para cada um desses critérios, a avaliação foi desenvolvida em quatro dimensões complementares:

- a)** a definição clara do critério, com explicitação do seu conteúdo e alcance;
- b)** a justificativa fundamentada, demonstrando sua pertinência para o caso concreto e sua vinculação ao interesse público;
- c)** os indicadores mensuráveis, voltados à objetivação da análise por meio de variáveis observáveis e comparáveis; e
- d)** os exemplos práticos ou evidências, extraídos do diagnóstico, das premissas operacionais, das informações de mercado e dos dados já consolidados pela área técnica.

Nesse quadro, de forma mais detalhada, temos o seguinte:

### **8.1. Critérios de Avaliação – Estrutura Técnica Objetiva**

#### **(i) Escala operacional**

a) Definição clara: capacidade do modelo de contratação de aglutinar a demanda em volume suficiente para permitir tratamento logístico integrado, diluição de custos fixos, otimização de rotas e atração de operadores com robustez técnica e financeira, sem gerar concentração excessiva.

b) Justificativa fundamentada: a fragmentação atual da operação compromete o tratamento sistêmico da malha e favorece sobreposição de rotas, contratos pulverizados e baixa eficiência.

c) Indicadores mensuráveis:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- número de contratos/instrumentos geridos simultaneamente;
- volume de alunos atendidos por região;
- quantidade de veículos mobilizados;
- quilometragem diária consolidada;
- taxa média de ocupação dos veículos.

d) Exemplos práticos / evidências: o modelo atual opera com mais de 160 contratos distribuídos em 57 UREs, atendendo mais de 70 mil alunos/dia, com mais de 4.400 veículos. No recorte da 1ª onda, a centralização absorve 53 contratos/processos, atendendo cerca de 28 mil alunos, evidenciando capacidade de reorganização em escala.

### **(ii) Capacidade de fiscalização**

a) Definição clara: aptidão do modelo para permitir monitoramento, rastreabilidade, verificação de conformidade e reação tempestiva às falhas de execução, com padronização de critérios, rotinas e evidências.

b) Justificativa fundamentada: a governança contratual e a fiscalização efetiva dependem de padronização, centralização da inteligência operacional e mecanismos tecnológicos de rastreamento. Modelos pulverizados ou excessivamente descentralizados reduzem a visibilidade da Administração e dificultam o controle uniforme.

c) Indicadores mensuráveis:

- percentual da frota rastreada continuamente por GPS/AVL;
- tempo de resposta para substituição de veículos inoperantes;
- percentual de rotas monitoradas;
- número de ocorrências formalmente registradas e tratadas;
- grau de aderência entre rota planejada e rota executada.

d) Exemplos práticos / evidências: a imposição contratual para que todos os veículos possuam tacógrafos aferidos pelo INMETRO e módulos de geolocalização (AVL/GPS).

### **(iii) Tempo estimado de implementação**

a) Definição clara: lapso necessário para que a solução contratual seja implantada com segurança, abrangendo fase licitatória, mobilização da frota, comprovação documental, preparação tecnológica e entrada em operação, sem comprometer a continuidade do serviço.

b) Justificativa fundamentada: o transporte escolar é serviço essencial e não admite descontinuidade. Por isso, a solução escolhida deve ser compatível com os vencimentos contratuais e com as janelas do calendário letivo. Modelos que exigem estruturação estatal própria ou grande reorganização institucional tendem a ser mais lentos.

c) Indicadores mensuráveis:

- dias para mobilização inicial da contratada;
- prazo de comprovação da frota e dos documentos;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- compatibilidade com os vencimentos dos contratos vigentes;
- tempo para entrada em operação da nova modelagem.

d) Exemplos práticos / evidências: a 1ª onda foi calibrada para absorver contratos com vencimento entre junho de 2026 e fevereiro de 2027, com início operacional projetado para julho/2026.

**(iv) Adequação à demanda estadual**

a) Definição clara: capacidade da solução de responder à heterogeneidade territorial, logística e social da rede estadual, inclusive às demandas de transporte regular e acessível, diferentes tipos de via, perfis de veículos e necessidades específicas de estudantes.

b) Justificativa fundamentada: a demanda estadual não é homogênea. Há grande variedade de municípios, rotas, tipos de via e necessidades de acessibilidade. Por isso, a modelagem precisa acomodar a escala estadual sem apagar as especificidades locais e sem comprometer a inclusão dos alunos com deficiência.

c) Indicadores mensuráveis:

- proporção entre transporte regular e acessível;
- quantidade e perfil dos veículos por modalidade;
- quantidade de motoristas/monitores com formação adequada;
- aderência do portfólio veicular ao perfil das rotas e dos usuários;
- cobertura territorial por processo/lote.

d) Exemplos práticos / evidências: exigência de portfólio veicular que varia conforme a demanda local específica (ônibus de 44 lugares e vans de 11 a 15 lugares para áreas densas ou vias restritas, e vans totalmente adaptadas com elevador/plataforma e boxes para cadeirantes) para o universo de mais de 6 mil alunos do transporte acessível estadual.

**(v) Eficiência no uso de recursos públicos**

a) Definição clara: capacidade do modelo de produzir o melhor arranjo entre custo, resultado, governança e continuidade, maximizando economicidade, reduzindo desperdícios, incentivando competição útil e racionalizando a despesa pública.

b) Justificativa fundamentada: todo parâmetro decisório em processos licitatórios deve ser suportado por estimativas de custos e benefícios formalizados através de memórias de cálculo. O modelo atualmente utilizado possui custos de coordenação desproporcionais e não promove economias de escala reais. Modelos alternativos de tabelamento fixo de preços (credenciamento) não induzem competição. A adoção do pregão eletrônico integrado maximiza a vantagem econômica pela livre disputa por menor preço, racionalizando a execução e os cofres públicos.

c) Indicadores mensuráveis:

- custo anual/global do modelo;
- potencial ou expectativa de economia nominal;
- redução de contratos e custos administrativos indiretos;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- melhor aproveitamento da frota;
- disputa efetiva por menor preço.

d) Exemplos práticos / evidências: o cenário atual tem orçamento estimado em R\$ 859.698.988,50/ano. Diante disso, com a adoção de um modelo mais eficiente, há potencial para redução desse valor em percentuais entre 10% e 35% e, no recorte da 1ª onda, projeta-se economia anual de cerca de R\$ 24.217.447,00.

Assim, partir dessa metodologia, torna-se possível examinar cada alternativa não apenas sob a ótica de sua admissibilidade abstrata, mas, sobretudo, em função de sua capacidade real de atender, com governança, eficiência, continuidade e segurança, à necessidade administrativa identificada.

### **8.1. Primeira Alternativa: Aquisição de Frota Própria pelo Estado**

A primeira alternativa analisada consiste na internalização integral do serviço, mediante aquisição de frota própria pelo Estado e contratação direta de motoristas e monitores.

Esta solução consistiria na compra direta de veículos pelo Governo do Estado e na contratação de servidores públicos (motoristas e monitores) para operar o transporte. Esta alternativa foi descartada sumariamente. A manutenção de uma frota própria de mais de 4.400 veículos no estado exigiria uma complexa e onerosa estrutura de manutenção. Além disso, a contratação de milhares de servidores fugiria do foco central da Secretaria da Educação, que é a atividade pedagógica, violando os princípios da eficiência e da racionalidade administrativa.

Considerando a metodologia de análise / avaliação adotada, quanto a esta alternativa, temos o seguinte:

**(i) escala operacional:** a execução direta por frota própria não se mostra adequada, porque exigiria que o Estado estruturasse e mantivesse, com recursos próprios, toda a infraestrutura necessária à operação do transporte escolar, incluindo frota, manutenção, garagens, oficinas, logística de apoio, seguros e gestão contínua dos ativos.

**(ii) capacidade de fiscalização:** embora o controle direto da operação pudesse parecer vantajoso em tese, essa vantagem seria compensada pela elevação da complexidade gerencial e pela necessidade de criação de aparato administrativo próprio para supervisionar a totalidade da malha operacional.

**(iii) tempo estimado de implementação:** trata-se de alternativa desfavorável, pois demandaria aquisição de veículos, contratação ou alocação de pessoal, preparação de estrutura física e institucional e consolidação de modelo operacional próprio, em prazo incompatível com a necessidade de continuidade do serviço.

**(iv) adequação à demanda estadual:** a solução tampouco se revela satisfatória, diante da amplitude territorial da política, da diversidade de rotas, da necessidade de veículos convencionais e acessíveis e da heterogeneidade da rede.

**(v) eficiência no uso de recursos públicos:** a alternativa é desvantajosa, pois implicaria alto custo estrutural, recorrência de despesas de manutenção e gestão e desvio do foco institucional da SEDUC, cuja vocação principal é educacional, e não a operação direta de grande frota de transporte.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Diante disso, tal modelo revela-se tecnicamente inadequado e economicamente desvantajoso. Além disso, a internalização amplia significativamente os riscos de ineficiência operacional, obsolescência da frota e aumento do passivo administrativo.

Conclusão: alternativa descartada por violar os princípios da eficiência, economicidade e especialização administrativa.

## **8.2. Segunda Alternativa: Manutenção do Atual Modelo Descentralizado**

A segunda alternativa corresponde à manutenção do modelo atualmente adotado, caracterizado pela descentralização das contratações nas Diretorias de Ensino (UREs) e, em parte, por convênios com municípios.

Para fins da presente análise comparativa, os dados aqui utilizados correspondem ao recorte econômico-operacional específico da contratação da Região RMSP Leste nesta etapa de centralização, conforme matriz de demanda, contratos vigentes, roteirização e planilhas de composição de custos juntadas aos autos. Esse recorte não se confunde com a tabela de diagnóstico macro apresentada na Seção 3.2, a qual possui finalidade panorâmica e demonstra a dimensão geral do Plano de Centralização do Transporte Escolar. Assim, os números a seguir refletem a base efetivamente considerada para a contratação em exame, e não a totalidade potencial ou agregada da região no diagnóstico estadual.

No recorte específico da presente contratação, o modelo atual transfere a responsabilidade da contratação para as Diretorias de Ensino. O diagnóstico da base considerada para a RMSP Leste nesta etapa comprova a ineficiência do modelo descentralizado. Atualmente, existem 17 instrumentos contratuais vigentes apenas para atender a demanda abrangida por esta contratação, pulverizados em diversas modalidades. Esse cenário atual atende cerca de 4.195 alunos utilizando 379 veículos, resultando em uma taxa de ocupação reduzida de 11,07 alunos por veículo. O custo anual do modelo fragmentado, nesse recorte, atinge o valor de R\$ 68.734.842,13, evidenciando dispêndio elevado e de maior complexidade de controle.

Nesse modelo, a contratação é realizada de forma pulverizada pelas diversas Unidades Regionais de Ensino (UREs) e por meio de convênios municipais. Embora este arranjo aproxime a gestão contratual da realidade local, ele impõe severas limitações à governança do Estado. A existência de centenas de contratos independentes gera uma duplicação irracional de esforços administrativos para a elaboração de editais, julgamento de licitações e gestão de aditivos.

Observa-se uma marcante heterogeneidade nos padrões operacionais e assimetria considerável nos preços pagos por quilômetro rodado em diferentes regiões. Além disso, a descentralização dilui a capacidade de fiscalização da SEDUC-SP, inviabilizando a adoção de tecnologias de monitoramento sistêmico e enfraquecendo o controle sobre a efetiva execução das rotas e a qualidade dos veículos.

A análise do cenário atual da RMSP Leste evidencia limitações estruturais relevantes:

- existência de 17 instrumentos contratuais distintos para a mesma região;
- atendimento de 4.195 alunos com 379 veículos, resultando em taxa média de 11,07 alunos por veículo;
- custo anual aproximado de R\$ 68.734.842,13, com baixa eficiência operacional.

Do ponto de vista da governança, o modelo apresenta fragilidades significativas:

- pulverização contratual, com duplicidade de esforços administrativos;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- heterogeneidade de critérios operacionais e preços praticados;
- dificuldade de padronização e controle da execução;
- limitação na implementação de soluções tecnológicas integradas (ex.: monitoramento por GPS);
- enfraquecimento da capacidade fiscalizatória central da SEDUC-SP.

A manutenção deste modelo implica:

- perpetuação de ineficiências estruturais;
- aumento do custo administrativo indireto;
- redução da capacidade de controle e auditoria;
- maior exposição a riscos operacionais e contratuais.

Considerando a metodologia de análise / avaliação adotada, quanto a esta alternativa, temos o seguinte:

**(i) escala operacional:** a manutenção do modelo descentralizado não se mostra adequada, porque preserva a pulverização da demanda em múltiplos contratos e processos isolados, reduzindo a possibilidade de tratamento logístico integrado, racionalização de rotas e captura de ganhos de escala.

**(ii) capacidade de fiscalização:** a alternativa é desfavorável, pois a dispersão contratual entre diversas unidades administrativas dificulta a padronização dos instrumentos, enfraquece a rastreabilidade da execução e reduz a capacidade de fiscalização sistêmica, auditoria e controle centralizado pela SEDUC.

**(iii) tempo estimado de implementação:** embora represente a alternativa de continuidade imediata, por já corresponder ao arranjo atualmente existente, essa aparente vantagem é apenas conjuntural e não supera os problemas estruturais de governança, morosidade, assimetria e fragmentação já diagnosticados.

**(iv) adequação à demanda estadual:** a solução apresenta apenas aderência parcial, pois preserva certa proximidade com a realidade local, mas não se mostra compatível com a escala estadual da política pública, nem com a necessidade de padronização, integração e controle uniforme da execução.

**(v) eficiência no uso de recursos públicos:** a alternativa é desvantajosa, pois perpetua duplicidade de esforços administrativos, baixa padronização, assimetria de preços, dificuldade de otimização logística e maiores custos indiretos de gestão contratual.

Conclusão: alternativa rejeitada por ausência de vantajosidade e incapacidade de atender aos requisitos de eficiência, controle e racionalização do gasto público.

### **8.3. Terceira Alternativa: Credenciamento de prestadores**

Também foi analisada a possibilidade de adoção de credenciamento de prestadores ou de arranjos excessivamente pulverizados por rotas, trechos ou unidades territoriais reduzidas. Embora juridicamente admissível em determinados contextos, tal alternativa não se mostra adequada ao presente caso, pois pressupõe a formação de rede ampla de prestadores,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

usualmente remunerados com base em preço previamente definido, reduzindo ou eliminando a disputa efetiva por menor preço, própria do pregão eletrônico.

Além disso, a pulverização da execução entre múltiplos credenciados tende a dificultar a gestão e a fiscalização do serviço, especialmente em contratação de larga escala, na qual se exige controle rigoroso de qualidade, segurança, horários, rotas e atendimento aos estudantes. Soma-se a isso maior fragilidade operacional, uma vez que desistências, substituições frequentes e dificuldades de mobilização podem comprometer a continuidade e a estabilidade da prestação.

Considerando a metodologia de análise / avaliação adotada, quanto a esta alternativa, temos o seguinte:

**(i) escala operacional:** a alternativa não se mostra adequada, porque a pulverização excessiva por rotas, trechos ou unidades territoriais muito reduzidas compromete a consolidação da demanda, limita a otimização logística e enfraquece a formação de escala operacional minimamente eficiente.

**(ii) capacidade de fiscalização:** a solução é desfavorável, pois a dispersão entre múltiplos prestadores tende a dificultar a gestão centralizada, o monitoramento padronizado, a verificação do cumprimento de rotas e horários e o controle uniforme da qualidade da execução.

**(iii) tempo estimado de implementação:** embora possa parecer formalmente viável em abstrato, a alternativa traz maior fragilidade operacional, especialmente em razão de desistências, substituições frequentes e baixa estabilidade da rede de executores, o que reduz sua aderência a um serviço contínuo e essencial.

**(iv) adequação à demanda estadual:** a solução tampouco se revela satisfatória, diante da necessidade de operação em larga escala, da exigência de segregação entre transporte regular e acessível, da heterogeneidade territorial da rede e da necessidade de forte padronização da execução.

**(v) eficiência no uso de recursos públicos:** a alternativa é desvantajosa, pois tende a reduzir ou eliminar a disputa efetiva por menor preço, dificultando a obtenção da proposta mais vantajosa e enfraquecendo a racionalização do gasto público.

Conclusão: alternativa descartada por não se mostrar a mais adequada à escala da demanda, à necessidade de padronização da execução e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### **8.4. Quarta Alternativa: Convênios e acordos de cooperação com municípios como eixo principal da prestação**

Foi igualmente examinada a possibilidade de adoção de convênios ou acordos de cooperação com municípios como solução principal para atendimento da necessidade identificada. Embora tais instrumentos possam coexistir em determinados arranjos colaborativos, não se revelam a solução mais adequada para o presente caso, pois reduzem o controle direto da Secretaria sobre a operação, tornando a prestação dependente da logística, da frota, da capacidade de manutenção e da gestão do ente conveniado.

Esse arranjo tende a produzir heterogeneidade de padrões, variações na qualidade do serviço e dificuldades de alinhamento entre prioridades locais e a política estadual de transporte escolar. Também expõe a continuidade do serviço a mudanças de gestão, prioridades políticas e capacidades fiscais municipais, ampliando a instabilidade da prestação e reduzindo a previsibilidade administrativa.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Considerando a metodologia de análise / avaliação adotada, quanto a esta alternativa, temos o seguinte:

**(i) escala operacional:** a alternativa apresenta desempenho apenas intermediário, porque pode aproveitar estruturas locais já existentes, mas não assegura tratamento da demanda em escala estadual sob governança direta e uniforme da SEDUC.

**(ii) capacidade de fiscalização:** a solução é menos favorável, pois reduz o controle direto da SEDUC sobre a execução, tornando a prestação mais dependente da logística, da frota, da manutenção e da capacidade gerencial dos entes conveniados.

**(iii) tempo estimado de implementação:** a alternativa pode ser viável em determinados contextos, mas sua execução depende de articulação institucional, estabilidade administrativa e capacidade operacional dos municípios, o que reduz previsibilidade e uniformidade.

**(iv) adequação à demanda estadual:** a solução apresenta aderência apenas parcial, porque pode funcionar em situações específicas, mas não se mostra adequada como eixo principal de uma política pública estadual de grande escala, marcada por forte diversidade territorial e operacional.

**(v) eficiência no uso de recursos públicos:** a alternativa é inferior, pois a heterogeneidade de padrões, a dependência da capacidade municipal e a redução do controle direto da Administração comprometem a economicidade sistêmica, a rastreabilidade e a previsibilidade do gasto público.

Conclusão: alternativa descartada como solução principal, por não oferecer o mesmo nível de governança, padronização, rastreabilidade e controle que o modelo regionalizado e centralizado por prego eletrônico.

#### **8.5. Quinta Alternativa: Contratação Centralizada em Lote Único Estadual**

A terceira alternativa analisada consiste na centralização integral da contratação em um único lote estadual.

Embora essa solução maximize ganhos de escala em tese, sua adoção implicaria:

- restrição significativa à competitividade do certame;
- limitação da participação a número extremamente reduzido de empresas;
- risco de formação de dependência estrutural em relação a único fornecedor;
- aumento do risco sistêmico de colapso operacional em caso de falha contratual.

Sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, tal modelagem pode caracterizar restrição indevida à competitividade, contrariando o dever de parcelamento do objeto quando tecnicamente viável.

Considerando a metodologia de análise / avaliação adotada, quanto a esta alternativa, temos o seguinte:

**(i) escala operacional:** a alternativa apresenta o maior ganho de escala em tese, porque concentra integralmente a demanda estadual em um único contrato, maximizando a agregação de volume sob o ponto de vista quantitativo.

**(ii) capacidade de fiscalização:** embora a centralização possa simplificar parte do acompanhamento formal, essa vantagem seria compensada pelo aumento do risco, já que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

eventual falha operacional ou contratual do único fornecedor impactaria diretamente toda a política pública.

**(iii) tempo estimado de implementação:** trata-se de solução teoricamente implementável, mas que exigiria operador com capacidade excepcional de mobilização e absorção da demanda, além de tornar a transição mais crítica e mais sensível a falhas.

**(iv) adequação à demanda estadual:** a solução apresenta aderência apenas intermediária, pois, embora abarque toda a demanda, o faz com excessiva concentração, menor flexibilidade operacional e menor pluralidade de fornecedores.

**(v) eficiência no uso de recursos públicos:** a alternativa não se mostra a mais vantajosa, porque o eventual ganho de escala é neutralizado pela severa restrição à competitividade, pela barreira de entrada ao mercado, pela dependência estrutural de único fornecedor e pelo elevado risco concorrencial e operacional.

Conclusão: alternativa descartada por risco concorrencial, concentração excessiva e incompatibilidade com a lógica de parcelamento do objeto.

#### **8.6. Sexta Alternativa: Contratação Centralizada com Divisão em Polos Regionais.**

Essa solução técnica consiste na centralização administrativa da licitação na COTRANS, combinada com o parcelamento do objeto em regiões operacionais.

A adoção desta modelagem fundamenta-se em precedentes de sucesso na própria SEDUC-SP, notadamente a reestruturação do modelo de prestação de serviços de limpeza em ambiente escolar (015.00098915/2023-73 e 015.00451990/2023-77), execução centralizada já em execução, com ênfase nos processos de gestão e fiscalização dos serviços e exponencial ganho de eficiência operacional e economia de recursos financeiros.

Outros contratos já foram centralizados, como vigilância escolar, profissional de apoio escolar – atividades de vida diária (015.00352519/2023-05 e 01500834547/2024-19) e a aquisição de hortifrutigranjeiros para as unidades escolares, e encontra-se em fase licitatória a centralização dos serviços de alimentação escolar (015.0567515/2024-01), cujos pilares de racionalização são idênticos e encontram total amparo no artigo 47, inciso II e parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Logo, a centralização está totalmente estabelecida na estratégia de sucesso da Secretaria da Educação.

A aplicação desta estratégia na RMSP Leste agrupa as demandas dispersas e otimiza as rotas. A roteirização consolidada permite reduzir o número de contratos de 17 para apenas 2. O número de veículos cai de 379 para 184 (redução de 195 veículos ociosos), elevando a ocupação média para 22,16 alunos por veículo (um aumento de eficiência de 100,23%).

Resta claro que a estruturação do objeto em lotes regionais constitui um modelo intermediário e equilibrado que preserva a competitividade do certame e assegura a eficiência na execução do serviço. O parcelamento regionalizado evita a fragmentação excessiva que compromete o controle, ao mesmo tempo em que afasta o risco de monopólio. A regionalização permite que empresas de médio e grande porte, com conhecimento das dinâmicas logísticas locais, apresentem propostas viáveis, mantendo a pluralidade de fornecedores prestando serviço para o Estado.

A análise técnica demonstra que este modelo promove ganhos incontestes de escala. A centralização permite a padronização dos instrumentos de medição, a adoção obrigatória de GPS para pagamento exclusivo da quilometragem real, e a redução drástica dos custos administrativos associados à burocracia de manter centenas de licitações dispersas e, como dito anteriormente, o mercado fornecedor tem capacidade comprovada para atuar em lotes de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

dimensões regionais, garantindo a competição sadia durante o pregão eletrônico e resultando na obtenção de propostas mais vantajosas.

Considerando a metodologia de análise / avaliação adotada, quanto a esta alternativa, temos o seguinte:

**(i) escala operacional:** a alternativa se mostra adequada, porque recompõe a escala necessária para racionalização logística, otimização de rotas e diluição de custos fixos, sem reproduzir nem a pulverização do modelo descentralizado nem a concentração excessiva do lote único estadual.

**(ii) capacidade de fiscalização:** a solução é favorável, pois fortalece a governança central da SEDUC, amplia a padronização documental e contratual e permite monitoramento sistêmico da execução, com apoio de mecanismos tecnológicos como GPS, telemetria e medição baseada em dados objetivos.

**(iii) tempo estimado de implementação:** trata-se de alternativa compatível com a necessidade de continuidade do serviço, porque permite implantação estruturada, transição planejada e mobilização operacional em bases progressivas, sem exigir a criação de aparato estatal próprio e sem depender de rede pulverizada de prestadores.

**(iv) adequação à demanda estadual:** a solução se revela a mais satisfatória, porque combina regionalização logística, segregação entre transporte regular e transporte acessível, tipologia veicular compatível com a demanda e maior aderência à heterogeneidade territorial, social e operacional da rede estadual.

**(v) eficiência no uso de recursos públicos:** a alternativa é a mais vantajosa, pois promove ganhos de escala, fortalecimento da governança, racionalização administrativa, maior competição entre fornecedores, melhor controle da execução e pagamento mais aderente ao serviço efetivamente prestado.

Conclusão: alternativa selecionada por apresentar a melhor relação entre eficiência, economicidade, governança e mitigação de riscos.

Diante do acima exposto, segue o quadro comparativo executivo, com atribuição de notas conforme escala qualitativa de 1 a 5, em que: 1 = muito desfavorável; 2 = desfavorável; 3 = intermediário; 4 = favorável; 5 = muito favorável. Considerando isso, temos o seguinte quadro resumo, referente às alternativas de atendimento da demanda apresentadas:

Alternativa	Escala Operacional	Capacidade de Fiscalização	Tempo Estimado de Implementação	Adequação à Demanda Estadual	Eficiência no Uso de Recursos Públicos	Síntese Avaliativa
<b>1. Execução direta por frota própria estadual</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	Embora permita controle direto da operação, a solução exige aquisição de frota, estruturação de parque operacional próprio, contratação massiva de pessoal e gestão permanente de manutenção, seguros e ativos. Mostra-se incompatível com o foco institucional da Pasta e com o horizonte





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

						temporal exigido para implantação da solução.
<b>2. Manutenção do modelo descentralizado atual</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	A alternativa possui a vantagem de já se encontrar em funcionamento, o que favorece sua continuidade imediata. Contudo, perpetua a fragmentação contratual, a duplicidade de esforços administrativos, a assimetria de preços, a baixa padronização e a limitação do controle sistêmico da execução, não se revelando adequada à escala e à governança exigidas para a política estadual.
<b>3. Credenciamento de prestadores / arranjos excessivamente pulverizados</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	Embora juridicamente admissível em certos contextos, essa alternativa reduz a disputa efetiva por menor preço, dificulta a gestão centralizada, fragiliza a fiscalização e amplia os riscos de descontinuidade operacional decorrentes de desistências, substituições frequentes e baixa capacidade de mobilização. Não se mostra adequada para demanda estadual de grande escala.
<b>4. Convênios ou acordos de cooperação com municípios como eixo principal</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	A solução pode aproveitar estruturas locais e permitir alguma capilaridade territorial. Todavia, reduz o controle direto da Secretaria sobre a execução, aumenta a heterogeneidade de padrões, expõe a continuidade do serviço às capacidades fiscais e administrativas municipais e diminui a previsibilidade do arranjo. Não se mostra adequada como solução principal para a política estadual.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

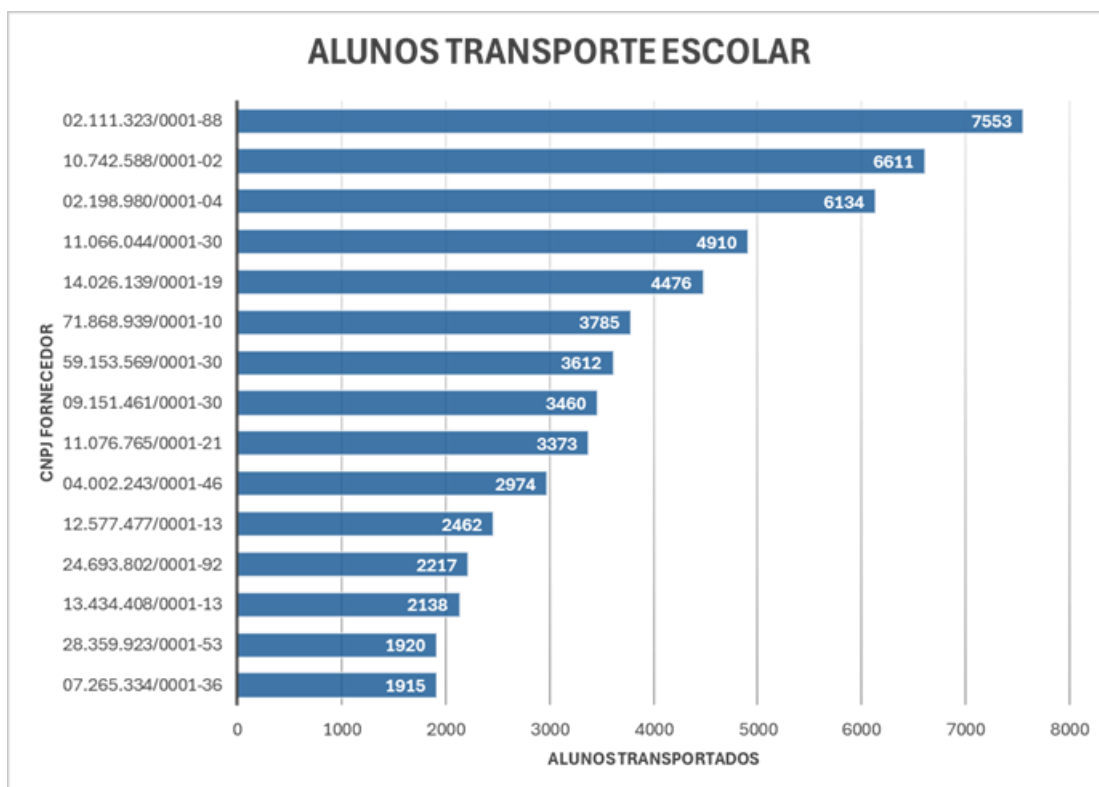
<b>5. Centralização em lote único estadual</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	É a alternativa de maior escala em tese e potencial de simplificação administrativa. Contudo, impõe forte restrição à competitividade, concentra excessivamente a execução em único fornecedor, amplia o risco sistêmico de colapso operacional e se afasta da lógica de parcelamento do objeto quando tecnicamente viável. Por isso, não se mostra a solução mais equilibrada.
<b>6. Centralização com divisão em polos/lotes regionais</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	Trata-se da alternativa que melhor concilia escala, competição, governança, controle, especialização operacional e aderência à heterogeneidade da demanda estadual. Permite padronização contratual, otimização de rotas, fortalecimento da fiscalização, uso de tecnologia embarcada, segregação entre transporte regular e acessível e maior racionalização dos recursos públicos, revelando-se a solução mais vantajosa para a Administração.

À vista da análise comparativa acima, conclui-se que a centralização da contratação com divisão em regiões representa a alternativa mais adequada sob os critérios de escala operacional, capacidade de fiscalização, tempo estimado de implementação, aderência à demanda estadual e eficiência no uso de recursos públicos. Trata-se da modelagem que melhor concilia ganhos de escala, preservação da competitividade, fortalecimento da governança contratual, melhoria do controle da execução e racionalização da despesa pública, revelando-se, por isso, a solução mais vantajosa para a Administração.

A elaboração do diagnóstico da situação atual e a identificação das necessidades observadas, nos indicaram que a nova modelagem de centralização é mais vantajosa à Administração Pública, pelos motivos já expostos. Contudo, é nossa preocupação propiciar um ambiente competitivo a fim de atender ao binômio perquirido em toda contratação pública: economicidade e eficiência. Pensando nisso, a seguir temos alguns dos fornecedores que já atuam em contratações para fornecimento de serviços de transporte escolar à SEDUC-SP cuja capacidade técnica seria suficiente para atendimento da demanda nos moldes da alternativa 06) Contratação Centralizada com Divisão em Polos Regionais:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES



CNPJ FORNECEDOR	ALUNOS TRANSPORTE ESCOLAR	VALOR ANUAL CONTRATADO
02.111.323/0001-88	7.553	R\$ 74.346.694,70
10.742.588/0001-02	6.611	R\$ 89.745.964,71
02.198.980/0001-04	6.134	R\$ 23.153.892,74
11.066.044/0001-30	4.910	R\$ 23.115.536,22
14.026.139/0001-19	4.476	R\$ 36.482.887,87
71.868.939/0001-10	3.785	R\$ 49.386.154,10
59.153.569/0001-30	3.612	R\$ 15.348.352,14
09.151.461/0001-30	3.460	R\$ 39.823.206,23
11.076.765/0001-21	3.373	R\$ 11.218.472,10
04.002.243/0001-46	2.974	R\$ 16.544.023,61
12.577.477/0001-13	2.462	R\$ 38.061.798,43
24.693.802/0001-92	2.217	R\$ 27.829.691,36
13.434.408/0001-13	2.138	R\$ 22.224.571,82



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

28.359.923/0001-53	1.920	R\$ 26.008.921,04
07.265.334/0001-36	1.915	R\$ 62.089.569,27

#### **8.5. Compatibilidade com o mercado fornecedor**

A estruturação da contratação em lotes regionais e a adoção de exigências técnicas rigorosas foram concebidas com especial cuidado para não configurar restrição indevida à competitividade. O planejamento assegura o cumprimento do artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, que veda exigências que frustrem o caráter competitivo do certame.

O setor de transporte de passageiros é consolidado e possui diversas empresas com atuação regional, preparadas para assumir operações logísticas de média e grande escala. A definição dos lotes geográficos baseada nas regiões do IBGE adequa o tamanho do contrato à realidade das empresas de transporte logístico e fretamento que já operam nessas mesmas malhas viárias.

A divisão em múltiplas regiões, somada à segregação entre transporte regular e acessível, permite a participação de diferentes operadores, desde aqueles focados em veículos de grande porte até os especializados adaptados. Essa distribuição equilibrada do objeto democratiza o acesso ao certame e afasta o risco de monopólio.

Além disso, o edital permitirá a subcontratação de parte da frota (até o limite de 50% – cinquenta por cento), o que viabiliza que as empresas vencedoras integrem à sua operação pequenos transportadores locais. Esta previsão fomenta a economia regional, insere os pequenos empreendedores na cadeia produtiva do Estado de forma legal e segura, e atende ao preceito de desenvolvimento nacional sustentável, sem que o Estado perca o controle e a garantia jurídica que recaem sobre a empresa contratada principal.

#### **9. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA E DIMENSIONAMENTO DOS GRUPOS**

A organização da demanda de transporte escolar em regiões operacionais e o dimensionamento dos grupos licitáveis foram estruturados a partir de critérios técnicos, territoriais, logísticos e estatísticos, com o objetivo de assegurar coerência espacial, viabilidade operacional, escala economicamente sustentável e aderência da modelagem contratual à realidade concreta dos deslocamentos realizados no território paulista.

A solução adotada parte da premissa de que a regionalização da contratação não pode se limitar à mera agregação administrativa de municípios ou à reprodução automática dos limites burocráticos das unidades descentralizadas, devendo refletir, de forma racional e verificável, os fluxos reais de circulação, a hierarquia urbana, a continuidade territorial e as condições efetivas de articulação regional.

Nesse sentido, a modelagem regional adotada tomou por base o referencial metodológico da **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, instituída pelo IBGE em 2017**<sup>[3]</sup>, justamente porque esse recorte foi concebido para subsidiar planejamento e tomada de decisão em escalas territoriais mais aderentes à realidade socioespacial contemporânea.

Considerando isso, conforme a documentação do IBGE, as Regiões Geográficas Imediatas têm como principal elemento de referência a rede urbana e são estruturadas a partir de centros urbanos próximos, voltados à satisfação de necessidades imediatas da população, como trabalho, educação, saúde, comércio e serviços públicos.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Já as Regiões Geográficas Intermediárias operam em escala superior, articulando as regiões imediatas por meio de polos de hierarquia mais elevada, definidos a partir dos fluxos de gestão pública e privada e da presença de funções urbanas de maior complexidade. Essa metodologia foi construída exatamente para produzir unidades territoriais com maior coerência interna e maior capacidade de subsidiar o planejamento público.

A adoção desse referencial metodológico mostra-se tecnicamente apropriada para a estruturação da demanda do transporte escolar, pois o serviço depende, de forma direta, da compreensão da organização funcional do território, dos vínculos entre centros urbanos e municípios do entorno, da infraestrutura que interliga essas áreas e dos fluxos cotidianos de deslocamento.

O próprio IBGE destaca que o novo recorte regional foi operacionalizado com base em elementos concretos, como a rede urbana, a classificação hierárquica dos centros urbanos, a identificação dos fluxos de gestão e os deslocamentos para trabalho e estudo, permitindo distinguir espaços regionais em escalas adequadas ao planejamento.

Assim, para a delimitação das regiões geográficas, o Instituto utilizou, entre outras referências, os estudos sobre regiões de influência das cidades, divisão urbano-regional, gestão do território, logística dos transportes e arranjos populacionais, estes últimos definidos como agrupamentos de municípios com forte integração populacional decorrente de deslocamentos cotidianos ou contiguidade urbana.

Esse conjunto metodológico possui relação direta com a lógica do transporte escolar. Isso porque a prestação do serviço depende da articulação entre polos de demanda, redes viárias, deslocamentos cotidianos e áreas de influência urbana, sendo inadequado modelar a contratação com base apenas em fronteiras administrativas rígidas, sem consideração dos fluxos reais de mobilidade.

A regionalização da demanda, portanto, foi estruturada para refletir unidades territoriais funcionalmente coerentes, aptas a concentrar municípios com proximidade geográfica, continuidade espacial e integração logística suficiente para viabilizar uma operação unificada e racional. Trata-se de abordagem compatível com o entendimento do IBGE de que a regionalização eficiente deve conjugar a leitura da continuidade territorial com a leitura dos fluxos que atravessam o território, superando visões exclusivamente baseadas em zoneamento geográficos ou exclusivamente administrativas.

Na aplicação prática desse referencial à política pública em questão, o Plano de Centralização organizou a demanda estadual em 19 regiões técnicas centralizadas, abrangendo, no conjunto, 649 municípios, 86.261 alunos transportados, 5.002 veículos licitados, 127.147,02 km diários licitados de frota, área territorial agregada de 248.538,37 km<sup>2</sup> e população total de 45.527.616 habitantes, o que evidencia a dimensão sistêmica da operação e reforça a necessidade de uma modelagem regional que combine escala, coerência territorial e capacidade gerencial.

A justificativa técnica da organização regional reside, assim, no fato de que a segmentação territorial foi concebida para reduzir deslocamentos improdutivos, eliminar sobreposições logísticas, favorecer a integração de rotas fisicamente compatíveis e permitir que cada região apresente volume de demanda suficiente para sustentar a estrutura operacional da futura contratada.

Do detalhamento da estratégia de centralização exposto no início desse ETP, já se registra que o modelo anterior permitia situações em que veículos vinculados a contratos distintos trafegassem por eixos semelhantes ou coincidentes, por vezes com baixa ocupação, em razão da fragmentação contratual e da ausência de uma inteligência logística integrada. A organização regional corrige essa distorção ao reunir, em um mesmo espaço operacional, municípios que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

guardam relação de proximidade e articulação territorial, viabilizando o redesenho racional das rotas e o aproveitamento mais eficiente da frota.

O dimensionamento das regiões também observa fundamento análogo ao adotado pelo IBGE para a conformação das Regiões Geográficas Imediatas, que buscou conciliar coerência territorial com parâmetros mínimos de estrutura, como quantidade de municípios, população e existência de centralidade articuladora.

O IBGE estabeleceu, para as regiões imediatas, balizamentos de número mínimo e máximo de municípios, além de contingente populacional mínimo e presença de centro urbano com capacidade de articulação local, justamente para evitar unidades excessivamente diminutas, sem densidade funcional, ou excessivamente amplas, sem homogeneidade territorial.

Embora tais parâmetros não sejam transpostos mecanicamente para a contratação pública, sua racionalidade metodológica foi observada: no presente caso, a conformação das regiões buscou evitar tanto o subdimensionamento, que geraria lotes incapazes de sustentar economicamente a operação e pouco atrativos ao mercado, quanto o superdimensionamento, que poderia comprometer a governabilidade logística, reduzir a competitividade ou concentrar excessivamente a execução.

Essa preocupação com homogeneidade e proporcionalidade territorial é expressamente compatível com o critério utilizado pelo IBGE, segundo o qual regiões com a mesma hierarquia podem possuir extensões e quantitativos diversos, desde que preservem coerência interna e funcionalidade. No âmbito do transporte escolar, isso significa que o desenho regional não precisa reproduzir simetria matemática rígida, mas deve buscar equilíbrio técnico entre extensão territorial, volume de alunos, quilometragem estimada, malha viária disponível, centralidades de apoio e viabilidade de implantação de estrutura operacional. O dimensionamento regional foi, portanto, calibrado para que nenhum agrupamento resultasse inexequível do ponto de vista logístico, nem irrisório do ponto de vista econômico.

Outro elemento importante para justificar a divisão das regiões conforme proposta diz respeito à preservação da continuidade territorial. A documentação do IBGE ressalta que a regionalização deve considerar a coesão espacial e os vínculos concretos entre municípios, inclusive tratando certos arranjos populacionais como unidades indivisíveis para fins de planejamento e leitura territorial. Em chave análoga, a modelagem do transporte escolar evitou a formação de regiões fragmentadas, descontínuas ou compostas por áreas sem conexão logística direta, pois tal desenho dificultaria a implantação de garagens, bases de apoio, frotas reserva, oficinas de manutenção e coordenação operacional unificada. A continuidade territorial, nesse contexto, não é mero atributo cartográfico: ela constitui requisito operacional para redução de quilometragem ociosa, rapidez na resposta a ocorrências e viabilidade da gestão diária da frota.

Também foi considerada, de modo relevante, a hierarquia urbana e a existência de polos articuladores, em consonância com a metodologia do IBGE, que atribui centralidade a centros urbanos com diferentes níveis de comando regional. Para fins de transporte escolar, esse dado é importante porque a presença de polos regionais ou sub-regionais tende a coincidir com maior disponibilidade de infraestrutura de serviços, capacidade de apoio logístico, oferta de mão de obra, conectividade viária e maior potencial de organização da operação. Assim, a organização da demanda em regiões levou em conta não apenas a posição geográfica dos municípios, mas também sua inserção em redes de influência, sua vinculação a centros de referência e a possibilidade de utilização desses polos como bases naturais de coordenação, contingência e suporte operacional.

No que se refere especificamente ao dimensionamento dos grupos, a modelagem também observou critério técnico-funcional compatível com o art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, ao organizar o objeto em Grupo 01 – Transporte Regular e Grupo 02 – Transporte Acessível. Essa





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

divisão foi estruturada a partir de diferenças materiais relevantes entre as duas modalidades, e não como fracionamento artificial do objeto.

O transporte acessível demanda veículos com adaptações específicas, maior custo de aquisição e manutenção, tripulação treinada e protocolos operacionais diferenciados, de modo que sua segregação em grupo próprio melhora a precisão do dimensionamento, evita subsídio cruzado indevido entre operações distintas e amplia a aderência do certame ao mercado especializado.

Já o grupo de transporte regular concentra a demanda convencional, permitindo precificação, planejamento de frota e modelagem operacional compatíveis com sua dinâmica própria. A segmentação em grupos, portanto, se soma à regionalização para compor unidades lícitas técnicas e economicamente consistentes.

Sob a ótica estatística e operacional, o dimensionamento dos grupos dentro de cada região foi concebido para possibilitar escala suficiente à instalação de infraestrutura gerencial única pela futura contratada, com reflexos diretos sobre eficiência e continuidade. Regiões robustas permitem a implantação de garagens estrategicamente posicionadas, frota reserva centralizada, equipes de manutenção e supervisão mais bem dimensionadas e sistemas tecnológicos de controle com custo diluído por maior volume operacional.

Em contrapartida, a pulverização excessiva da demanda em contratos pequenos ou territorialmente desarticulados tenderia a elevar custos indiretos, reduzir a capacidade de contingência e dificultar a substituição imediata de veículos em caso de falhas mecânicas ou ocorrências emergenciais. A organização regional e o dimensionamento dos grupos foram, assim, definidos para assegurar sustentabilidade econômica do contrato e resiliência operacional do serviço.

Do ponto de vista do planejamento público, a opção por regiões estruturadas segundo lógica territorial e funcional apresenta, ainda, vantagem metodológica adicional: permite a aplicação de instrumentos modernos de monitoramento, auditoria e mensuração de desempenho em bases espacialmente coerentes.

Como indicado ao longo desse ETP, o modelo regionalizado favorece controle “fim a fim”, auditoria de rotas e pagamento vinculado à prestação efetiva do serviço. Isso somente se torna factível em alto grau quando a demanda é organizada em unidades territoriais inteligíveis, com coesão interna e parâmetros operacionais passíveis de acompanhamento comparável. A regionalização, portanto, não atende apenas à fase da contratação, mas também à futura fase de gestão contratual, fiscalização e avaliação de resultados.

Em síntese, a organização da demanda em regiões e o dimensionamento dos grupos encontram respaldo técnico em metodologia territorial consolidada pelo IBGE, baseada em rede urbana, hierarquia de centros, fluxos de gestão, deslocamentos cotidianos, arranjos populacionais, infraestrutura de transportes e necessidade de coerência espacial para fins de planejamento.

Aplicados ao transporte escolar, esses referenciais justificam a adoção de recortes regionais que privilegiem proximidade geográfica, continuidade territorial, centralidades operacionais e escala adequada, bem como a separação do objeto em grupos tecnicamente distintos. A solução adotada mostra-se, assim, metodologicamente consistente, operacionalmente racional e compatível com a necessidade de estruturar contratos viáveis, auditáveis e aptos a assegurar continuidade, eficiência e adequada governança da política pública de transporte escolar.

Nessa senda, a divisão da demanda em 02 (dois) grupos também facilita a mobilização de frotas reserva para atendimento de ocorrências emergenciais ou quebras mecânicas, garantindo a continuidade do serviço público essencial.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

## **10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em sua missão de garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola com qualidade e equidade, reconhece o transporte escolar como um serviço essencial para a efetivação do direito à educação. Nesse contexto, torna-se imprescindível a adoção de estratégias modernas, eficientes e sustentáveis para a gestão desse serviço, de forma a assegurar a regularidade, a segurança e a eficiência no deslocamento dos alunos da rede estadual.

A solução a ser contratada consiste na delegação da operação logística de transporte escolar à iniciativa privada, por meio de prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, estruturada em lotes regionais. A contratada será responsável pelo fornecimento integral da frota de veículos automotores (ônibus, micro-ônibus, vans e veículos acessíveis), que deverão obedecer rigorosamente aos padrões de idade máxima, conservação, segurança e identidade visual estipulados pelo Termo de Referência (e seus anexos), CADTERC e pelos órgãos de trânsito.

Esse modelo de execução fundamenta-se na previsibilidade e na rastreabilidade. A gestão contratual adotará um regime de faturamento misto (híbrido). Haverá uma remuneração de valor fixo mensal, desenhada para cobrir os custos de disponibilidade da frota, impostos incidentes sobre a propriedade do veículo e a folha de pagamento dos colaboradores, garantindo a sustentabilidade da empresa. Complementarmente, haverá a remuneração de valor variável, atrelada exclusivamente ao transporte realizado nos estritos moldes contratados, que será apurado e validado diariamente pelo sistema de rastreamento via GPS exigido no contrato.

Qualquer execução discrepante da rota previamente aprovada pela SEDUC-SP, ou sem a devida transmissão dos dados de telemetria, não será objeto de pagamento, extinguindo a possibilidade de faturamento por estimativa e garantindo total proteção ao erário estadual.

O serviço engloba, ainda, o fornecimento de equipe profissional qualificada, composta por motoristas devidamente habilitados e monitores responsáveis pela segurança dos alunos, além de prepostos regionais para a gestão operacional do contrato. A contratada deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos da operação, incluindo, sem prejuízo de quaisquer outros que por força de lei lhe sejam atribuíveis, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros de responsabilidade civil e acidentes pessoais de passageiros, tributos e encargos trabalhistas.

A solução é divisível apenas em determinados planos, não sendo tecnicamente adequado o parcelamento funcional do serviço em contratações autônomas de veículos, motoristas, monitores, monitoramento, manutenção ou demais componentes operacionais essenciais. O transporte escolar constitui prestação integrada, em que frota, pessoal, manutenção, seguros, monitoramento e gestão operacional atuam conjuntamente para assegurar o deslocamento regular e seguro dos estudantes. A cisão vertical desses elementos ampliaria riscos de descontinuidade, diluiria responsabilidades, dificultaria a fiscalização e multiplicaria conflitos de execução.

Por outro lado, mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso o parcelamento horizontal da solução, mediante organização regional e segregação entre transporte regular e transporte acessível, preservada a unidade funcional de cada grupo ou lote. Essa modelagem não representa perda de economia de escala, pois mantém agregação suficiente para viabilizar competição, diluição de custos fixos, padronização da execução e racionalização da fiscalização, ao mesmo tempo em que evita tanto a pulverização excessiva quanto a concentração absoluta em lote único estadual.

## **11. ESTIMATIVA DO CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

A apuração da expectativa de preço para instrução do processo licitatório obedece rigorosamente aos preceitos do Decreto Estadual nº 67.888/2023. Em virtude da constatação de que os valores publicados no CADTERC (Volume 21 - Transporte Escolar) possuem data-base defasada (maio de 2023), a Administração aplicou o método de atualização financeira como balizador confiável e objetivo para compor o orçamento preliminar, preservando a higidez técnica das planilhas de composição de custos originais do Estado.

O racional financeiro utilizado adotou os preços tabelados do CADTERC como alicerce, corrigindo-os pelo índice oficial recomendado para contratos de serviços do Estado de São Paulo, o IPC-FIPE. Utilizando a ferramenta oficial da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil, aplicou-se a correção do período correspondente (maio de 2023 a maio de 2026), apurando-se um fator de reajuste de 12,142670%, conforme quadro e tabelas abaixo<sup>[4]</sup>:

**Resultado da Correção pelo IPC-SP (FIPE)**

Dados básicos da correção pelo IPC-SP (FIPE)	
Dados informados	
Data inicial	05/2023
Data final	05/2026
Valor nominal	R\$ 0,00 ( REAL )
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,12142670
Valor percentual correspondente	12,142670 %
Valor corrigido na data final	R\$ 0,00 ( REAL )

\*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

Gostou desse serviço? Dê sua opinião.

<b>Veículos de 2ª a 6ª feira – Diurno</b>											
<b>Reajuste IPC-FIPE 12,142670%</b>											
<b>Veículo</b>	<b>Valor Fixo</b>	<b>Valor Variável</b>									



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

Tipo						Estrada Pavimentada				Estrada Não Pavimentada			
		SIA FISCO	A) R\$/Mês	B) IPC-FIPE	C) A + B	SIA FISCO	A) R\$/Mês	B) IPC-FIPE	C) A + B	SIA FISCO	A) R\$/Mês	B) IPC-FIPE	C) A + B
V1	ONIBUS CONVENÇIONAL - 44 PASSAGEIROS	270024	R\$ 12.105,87	R\$ 1.469,98	R\$ 13.575,85	270032	R\$ 4,97	R\$ 0,60	R\$ 5,57	270040	R\$ 8,40	R\$ 1,02	R\$ 9,42
V2	MICRO-ONIBUS CONVENÇIONAL - 24 PASSAGEIROS	270059	R\$ 9.702,63	R\$ 1.178,16	R\$ 10.880,79	270067	R\$ 2,75	R\$ 0,33	R\$ 3,08	270075	R\$ 4,65	R\$ 0,56	R\$ 5,21
V3	VEÍCULO CONVENÇIONAL TIPO VAN - 15 PASSAGEIROS	270083	R\$ 9.073,42	R\$ 1.101,76	R\$ 10.175,18	270091	R\$ 1,83	R\$ 0,22	R\$ 2,05	270105	R\$ 3,30	R\$ 0,40	R\$ 3,70
V4	VEÍCULO CONVENÇIONAL TIPO VAN - 11 PASSAGEIROS	270113	R\$ 8.961,70	R\$ 1.088,19	R\$ 10.049,89	270121	R\$ 1,47	R\$ 0,18	R\$ 1,65	270130	R\$ 2,42	R\$ 0,29	R\$ 2,71
V5	VEÍCULO ACESSÍVEL	270148	R\$ 8.790,68	R\$ 1.067,42	R\$ 9.858,10	270156	R\$ 1,14	R\$ 0,14	R\$ 1,28	270164	R\$ 1,76	R\$ 0,21	R\$ 1,97



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

	TIPO MINIVAN OU VAN - 1 BOX PARA CADEIRANTE												
<b>V 6</b>	VEÍCULO LO ACESSÍVEL TIPO VAN - 8 PASSAGEIROS E 2 BOXES	2701 72	R\$ 9.111 ,91	R\$ 1.10 6,43	R\$ 10.21 8,34	2701 80	R\$ 1,53	R\$ 0,19	R\$ 1,7 2	2701 99	R\$ 2,58	R\$ 0,31	R\$ 2,8 9
<b>V 7</b>	VEÍCULO LO ACESSÍVEL TIPO VAN - 4 PASSAGEIROS E 3 BOXES	2702 02	R\$ 9.129 ,50	R\$ 1.10 8,57	R\$ 10.23 8,07	2702 10	R\$ 1,55	R\$ 0,19	R\$ 1,7 4	2702 29	R\$ 2,59	R\$ 0,31	R\$ 2,9 0
<b>Veículos de 2ª a 6ª feira – Noturno</b>													
<b>Reajuste IPC-FIPE 12,142670%</b>													
<b>Ti p o</b>	<b>Veículo</b>	<b>Valor Fixo</b>				<b>Valor Variável</b>							
						<b>Estrada Pavimentada</b>				<b>Estrada Não Pavimentada</b>			
		<b>SIA FISI CO</b>	<b>A) R\$/M ês</b>	<b>B) IPC- FIPE</b>	<b>C) A + B</b>	<b>SIA FISI CO</b>	<b>A) R\$/ Mês</b>	<b>B) IPC- FIPE</b>	<b>C) A + B</b>	<b>SIA FISI CO</b>	<b>A) R\$/ Mês</b>	<b>B) IPC- FIPE</b>	<b>C) A + B</b>
<b>V 1</b>	ONIBUS CONVE NCION AL - 44	2702 37	R\$ 12.27 9,40	R\$ 1.49 1,05	R\$ 13.77 0,45	2702 45	R\$ 4,97	R\$ 0,60	R\$ 5,5 7	2702 53	R\$ 8,40	R\$ 1,02	R\$ 9,4 2



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

	PASSA GEIRO S												
V 2	MICRO - ONIBU S CONVE NCION AL - 24 PASSA GEIRO S	2702 61	R\$ 9.861 ,08	R\$ 1.19 7,40	R\$ 11.05 8,48	2702 70	R\$ 2,75	R\$ 0,33	R\$ 3,0 8	2702 88	R\$ 4,65	R\$ 0,56	R\$ 5,2 1
V 3	VEÍCU LO CONVE NCION AL TIPO VAN - 15 PASSA GEIRO S	2702 96	R\$ 9.231 ,87	R\$ 1.12 1,00	R\$ 10.35 2,87	2703 00	R\$ 1,83	R\$ 0,22	R\$ 2,0 5	2703 18	R\$ 3,30	R\$ 0,40	R\$ 3,7 0
V 4	VEÍCU LO CONVE NCION AL TIPO VAN - 11 PASSA GEIRO S	2703 26	R\$ 9.120 ,15	R\$ 1.10 7,43	R\$ 10.22 7,58	2703 69	R\$ 1,47	R\$ 0,18	R\$ 1,6 5	2704 07	R\$ 2,42	R\$ 0,29	R\$ 2,7 1
V 5	VEÍCU LO ACESS ÍVEL TIPO MINIVA N OU VAN - 1 BOX PARA CADEI RANTE	2703 34	R\$ 8.949 ,13	R\$ 1.08 6,66	R\$ 10.03 5,79	2703 77	R\$ 1,14	R\$ 0,14	R\$ 1,2 8	2704 15	R\$ 1,76	R\$ 0,21	R\$ 1,9 7





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>V 6</b>	VEÍCULO LO ACESSÍVEL TIPO VAN - 8 PASSAGEIROS E 2 BOXES	2703 42	R\$ 9.270 ,36	R\$ 1.12 5,67	R\$ 10.39 6,03	2703 85	R\$ 1,53	R\$ 0,19	R\$ 1,7 2	2704 23	R\$ 2,58	R\$ 0,31	R\$ 2,8 9
<b>V 7</b>	VEÍCULO LO ACESSÍVEL TIPO VAN - 4 PASSAGEIROS E 3 BOXES	2703 50	R\$ 9.287 ,95	R\$ 1.12 7,81	R\$ 10.41 5,76	2703 93	R\$ 1,55	R\$ 0,19	R\$ 1,7 4	2704 31	R\$ 2,59	R\$ 0,31	R\$ 2,9 0

A aplicação desta metodologia de precificação sobre a nova malha roteirizada da RMSP Leste, projetada para uma vigência de 30 meses de execução contratual (abrangendo 500 dias letivos), culminou nos seguintes valores globais:

· **Custo Estimado do Transporte Regular:**

Tip o de Veí cul o	Tipo da Rota	Turn o	Valor Mensa l por Veícul o	Val or por Km Rod ado	Quant idade de Veícul os	Quilome tragem Diária	Valor Fixo Mensal Total	Valor Fixo Total 30 Meses	Valor Variável Total 500 dias letivos	Valor Total 30 Meses
V1	PAVIMENTADA	DIURNO	R\$ 13.575 ,85	R\$ 5,57	46	2.675,46	R\$ 624.488, 91	R\$ 18.734.6 67,27	R\$ 7.455.82 5,71	R\$ 26.190.4 92,98
V2	PAVIMENTADA	DIURNO	R\$ 10.880 ,79	R\$ 3,08	14	1.255,62	R\$ 152.331, 04	R\$ 4.569.93 1,10	R\$ 1.936.11 7,97	R\$ 6.506.04 9,07
V3	PAVIMENTADA	DIURNO	R\$ 10.175 ,18	R\$ 2,05	24	1.924,75	R\$ 244.204, 21	R\$ 7.326.12 6,32	R\$ 1.974.99 6,43	R\$ 9.301.12 2,75
V3	PAVIMENTADA	NOTURNO	R\$ 10.352 ,87	R\$ 2,05	2	98,06	R\$ 20.705,7 3	R\$ 621.171, 93	R\$ 100.619, 90	R\$ 721.791, 83



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>5.953,89</b>	<b>R\$ 1.041.729,89</b>	<b>R\$ 31.251.896,62</b>	<b>R\$ 11.467.560,01</b>	<b>R\$ 42.719.456,63</b>
--------------	-----------	-----------------	-------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

O custo projetado para os 86 veículos, considerando a somatória dos valores fixos mensais e o valor variável da quilometragem diária atualizada, atinge o montante de R\$ 42.719.456,63 (quarenta e dois milhões e setecentos e dezenove mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos) para os 30 meses.

· **Custo Estimado do Transporte Acessível:**

Tip o de Veí cul o	Tipo da Rota	Turn o	Valor Mens al por Veícul o	Val or por Km Ro dad o	Quan tidad e de Veícu los	Quilom etragem Diária	Valor Fixo Mensal Total	Valor Fixo Total 30 Meses	Valor Variável Total 500 dias letivos	Valor Total 30 Meses
V6	PAVIM ENTAD A	DIUR NO	R\$ 10.218,34	R\$ 1,72	153	3.113,20	R\$ 1.563.405,89	R\$ 46.902.176,75	R\$ 2.670.787,59	R\$ 49.572.964,34
V6	PAVIM ENTAD A	NOT URN O	R\$ 10.396,03	R\$ 1,72	11	81,66	R\$ 114.356,32	R\$ 3.430.689,64	R\$ 70.055,41	R\$ 3.500.745,05
<b>TOTAL</b>					<b>164</b>	<b>3.194,86</b>	<b>R\$ 1.677.762,21</b>	<b>R\$ 50.332.866,39</b>	<b>R\$ 2.740.843,00</b>	<b>R\$ 53.073.709,39</b>

O custo projetado para os 164 veículos acessíveis, dadas as suas especificidades estruturais e o volume de rodagem diário, resulta em um montante de R\$ 53.073.709,39 (cinquenta e três milhões e setenta e três mil e setecentos e nove reais e trinta e nove centavos) para os 30 meses.

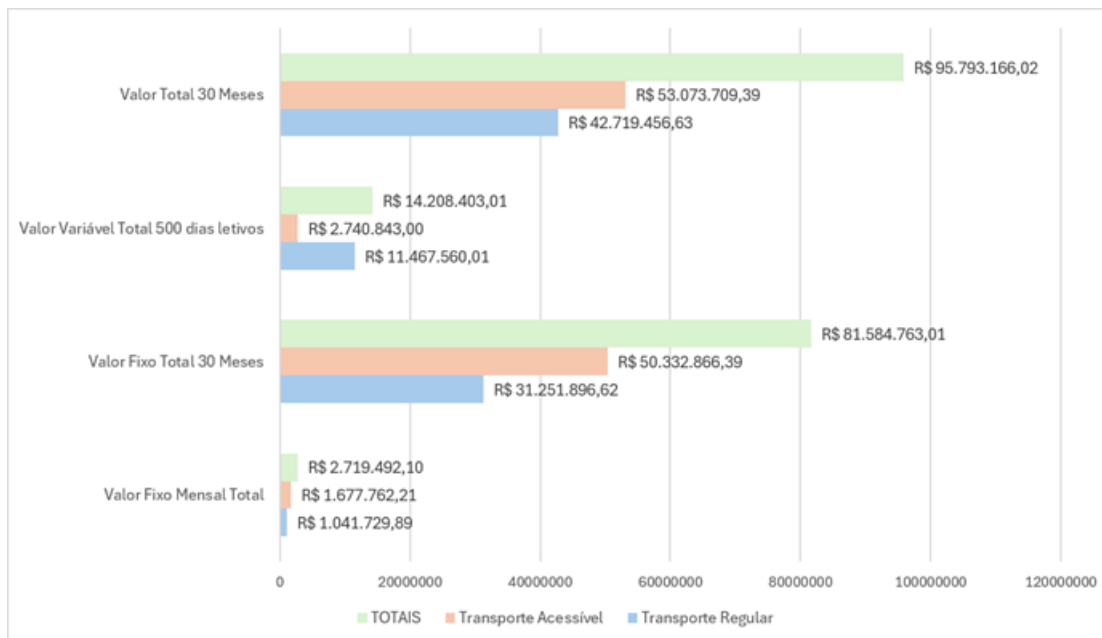
· **TOTAIS (Transporte Regular + Transporte Acessível):**

Modalidade de Transporte	Quantidade de Veículos	KM Diário	Valor Fixo Mensal Total	Valor Fixo Total 30 Meses	Valor Variável Total 500 dias letivos	Valor Total 30 Meses
Transporte Regular	86	5.953,89	R\$ 1.041.729,89	R\$ 31.251.896,62	R\$ 11.467.560,01	R\$ 42.719.456,63
Transporte Acessível	164	3.194,86	R\$ 1.677.762,21	R\$ 50.332.866,39	R\$ 2.740.843,00	R\$ 53.073.709,39



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

TOTAIS	250	9.148,75	R\$ 2.719.492,10	R\$ 81.584.763,01	R\$ 14.208.403,01	R\$ 95.793.166,02
--------	-----	----------	------------------	-------------------	-------------------	-------------------



Conforme se depreende do gráfico acima, o valor da expectativa para a totalidade da presente contratação alcança a expressiva cifra de R\$ 95.793.166,02<sup>[5]</sup> (noventa e cinco milhões e setecentos e noventa e três mil e cento e sessenta e seis reais e dois centavos). Toda a memória de cálculo minuciosa, discriminando valor fixo por veículo e valor variável por tipo de piso (pavimentado e não pavimentado), compõe a planilha estrutural anexa aos autos, garantindo integral transparência à formação do preço. Oportuno lembrar que o TCE SP através do processo 008222.989.25-3 destaca que: “não há necessariamente a obrigatoriedade de coincidência da estimativa da contratação do ETP e Termo de Referência. Isso porque o ETP baseia-se, em regra, em informações preliminares já que se trata de documento constitutivo da primeira etapa do planejamento”.

A planilha de composição de custos anexa ao Termo de Referência é documento apto a demonstrar o raciocínio da formação de preços, a fim de proteger a Administração Pública com uma referência técnica do mercado. Referida planilha está em consonância à determinação do TCE SP exarada no processo 007715.989.25, 007740.989.25, onde em apertada síntese, destaca: “O Instrumento avaliado está desacompanhado dos “preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, comprometendo os direitos subjetivos dos potenciais licitantes, dificultando a análise da exequibilidade das propostas e prejudicando o interesse público. O serviço de transporte escolar envolve variáveis que influenciam diretamente o custo final, tais como número de veículos, quilometragem, salários de motoristas, consumo de combustível e despesas administrativas, cujo detalhamento é cogente para não fragilizar mecanismos de controle”. Portanto, a planilha de composição de custos tal como detalhada no **Anexo I**, vem corroborar com o compromisso da SEDUC no aprimoramento de seus processos, na segurança jurídica de suas contratações e acatamento das recomendações e determinações desse importante órgão de controle.

## 12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

A concretização desta modelagem centralizada almeja resultados diretos substanciais, devidamente demonstrados pelos dados da roteirização e planejamento logístico.

Sob a ótica da economicidade, a eliminação das ineficiências do modelo anterior resulta em uma economia financeira brutal para os cofres estaduais. Enquanto o modelo descentralizado projeta um custo anual superior a R\$ 68 milhões para a região, o modelo otimizado estabelece um custo anualizado na ordem de aproximadamente R\$ 38 milhões. O **VPA** (Custo Anual por Aluno Transportado) sofre uma drástica redução de cerca de 42%, confirmando que a centralização acompanhada de inteligência de dados gera a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, combinando qualidade técnica superior com redução sustentável de despesas. No espectro de eficiência logística, a roteirização inteligente reduziu o quantitativo de veículos necessários para a operação em mais da metade (de 379 para 250), extinguindo as sobreposições de rotas e aumentando a taxa de ocupação em aproximadamente 47%

Conforme tabelas que seguem, em termos de eficiência administrativa, o novo modelo promoverá a imediata extinção de 15 contratos fragmentados apenas nesta região (redução de 17 contratos atuais para apenas 2 instrumentos robustos e padronizados), aliviando a carga burocrática das UREs, que redirecionarão seus esforços para atividades finalísticas educacionais:

**CONTRATOS DESCENTRALIZADOS**

TP TRANSPORTE	CONTRATOS	ALUNOS	VEÍCULOS	OCUPAÇÃO	R\$ ANUAL	VPA	KM ANUAL	KM ANUAL POR ALUNO
REGULAR	4	3.341	141	23,70	R\$ 31.824.271,08	R\$ 9.525,37	1.086.000,00	325,05
ACESSÍVEL	12	735	203	3,62	R\$ 28.911.635,90	R\$ 39.335,56	520.208,00	707,77
UNIFICADO	1	119	35	3,40	R\$ 7.998.935,15	R\$ 67.217,94	89.796,00	754,59
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>4.195</b>	<b>379</b>	<b>11,07</b>	<b>R\$ 68.734.842,13</b>	<b>R\$ 16.384,94</b>	<b>1.696.004,00</b>	<b>404,29</b>

**CONTRATOS CENTRALIZADOS**

TP TRANSPORTE	CONTRATOS	ALUNOS	VEÍCULOS	OCUPAÇÃO	R\$ ANUAL	VPA	KM ANUAL	KM ANUAL POR ALUNO
REGULAR	1	3.394	86	39,47	R\$ 17.087.782,65	R\$ 5.034,70	1.190.778,00	350,85



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

ACESSÍVEL	1	693	164	4,23	R\$ 21.229.483,76	R\$ 30.634,18	638.972,00	922,04
TOTAL	2	4.087	250	16,35	R\$ 38.317.266,41	R\$ 9.375,40	1.829.750,00	447,70

ECONOMICIDADE	15	108	129	47,70%	R\$ 30.417.575,72	-42,78%	7,89%	10,74%
---------------	----	-----	-----	--------	----------------------	---------	-------	--------

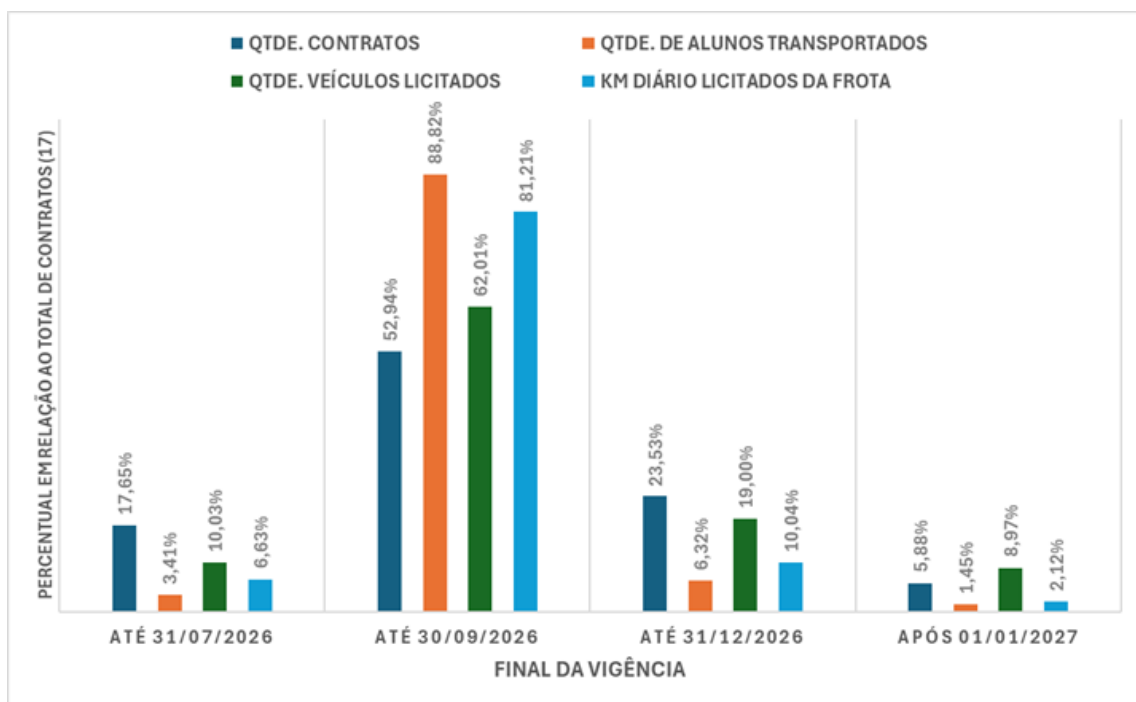
### 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A materialização da mudança de modelo exige planejamento prévio rigoroso para evitar prejuízos aos alunos. Para tanto, a Administração iniciou a implementação um plano de transição. A COTRANS mapeou o vencimento de todos os 17 contratos atualmente vigentes nas diretorias de ensino abrangidas pela RMSP Leste, conforme segue:

FIM DA VIGÊNCIA	ATÉ 31/07/2026	ATÉ 30/09/2026	ATÉ 31/12/2026	APÓS 01/01/2027	TOTAIS
QTDE. CONTRATOS	17,65%	52,94%	23,53%	5,88%	100,00%
QTDE. DE ALUNOS TRANSPORTADOS	3,41%	88,82%	6,32%	1,45%	100,00%
QTDE. VEÍCULOS LICITADOS	10,03%	62,01%	19,00%	8,97%	100,00%
KM DIÁRIO LICITADOS DA FROTA	6,63%	81,21%	10,04%	2,12%	100,00%



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES



O início da execução do novo contrato ocorrerá por meio de ordens de serviço escalonadas (transição em ondas), considerando a data exata do término de cada contrato, substituindo os serviços pulverizados exatamente na ocasião de seus termos legais, vejamos:

#	Nº SEI	FIM VIGÊNCIA ATUAL	DA	QTDE ALUNOS TRANSPORTE ESCOLAR	DE	QTDE. DE VEÍCULOS LICITADOS	KM DIÁRIO LICITADOS DA FROTA
1	015.00005317/2023-69	19/06/2026		119		26	223,38
2	015.00173796/2023-45	31/07/2026		12		7	194,50
3	015.00173796/2023-45	31/07/2026		12		5	146,20
4	015.00173796/2023-45	09/08/2026		33		11	134,42
5	015.00173796/2023-45	09/08/2026		50		13	107,08
6	015.00000793/2023-93	20/08/2026		659		35	1.810,60
7	015.00000793/2023-93	20/08/2026		119		35	448,98
8	015.00000793/2023-93	20/08/2026		814		30	807,40
9	015.00000793/2023-93	20/08/2026		536		34	854,20
10	015.00000793/2023-93	20/08/2026		1.332		42	1.957,80
11	015.00129428/2023-60	31/08/2026		28		9	58,98
12	015.00013788/2023-41	03/09/2026		155		26	708,92
13	015.00272511/2023-58	14/10/2026		38		13	129,56





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

14	015.00272511/2023-58	14/10/2026	35	13	72,42
15	015.00009015/2023-60	28/11/2026	34	20	114,96
16	015.00217580/2025-61	28/11/2026	158	26	528,44
17	015.00157177/2023-11	31/01/2027	61	34	182,18
<b>TOTAIS</b>			<b>4.195</b>	<b>379</b>	<b>8.480,02</b>

Isso garantirá que nenhum estudante fique sem transporte por um único dia sequer.

Será, ainda, formalizada a estrutura de governança da contratação, com definição clara dos fluxos de atuação entre COTRANS, DIIE, Unidades Regionais de Ensino e unidades escolares, especialmente para validação da demanda, acompanhamento da transição, tratamento de ocorrências operacionais, conferência de medições e comunicação institucional com a rede.

Também deverão ser previamente designados os agentes responsáveis pela gestão e pela fiscalização do contrato, com capacitação específica para atuação no novo modelo operacional e tecnológico da contratação.

Deverão, igualmente, ser estruturados os procedimentos de vistoria pré-operacional da frota, de validação dos pontos de embarque e desembarque e de alinhamento com os gestores escolares das unidades atendidas, de modo a assegurar coerência entre a demanda homologada, a execução contratual e o calendário letivo.

Por fim, deverá ser formalizada, para utilização do Parecer Referencial CJ/SEDUC nº 36/2025, declaração da autoridade competente atestando que o caso concreto se enquadra integralmente no paradigma analisado e que serão observadas as orientações nele contidas.

#### **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

No contexto da presente contratação, identificam-se como contratações correlatas os atuais contratos descentralizados de transporte escolar mantidos pela Secretaria da Educação no âmbito da Região RMSP Leste, os quais guardam relação direta com o objeto ora planejado, por corresponderem à prestação do mesmo serviço atualmente executado de forma fragmentada e que será progressivamente substituído pela nova modelagem centralizada e regionalizada.

Tais instrumentos devem ser considerados para fins de transição contratual, compatibilização de cronogramas, emissão escalonada de ordens de serviço e prevenção de qualquer descontinuidade no atendimento aos estudantes. As contratações correlatas, portanto, não constituem objetos paralelos desconectados deste ETP, mas instrumentos atualmente ativos cuja substituição ordenada é condição de boa governança da migração do modelo descentralizado para o modelo centralizado.

Quanto às contratações interdependentes, não se identifica, neste estágio da modelagem, contratação autônoma adicional sem a qual a solução escolhida não possa produzir seus efeitos, uma vez que a prestação foi concebida como solução integrada, abrangendo veículos, motoristas, monitores, manutenção, seguros, insumos operacionais e mecanismos de controle da execução.

#### **15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

A contratação de uma frota de 250 veículos para circulação diária acarreta impactos ambientais significativos, manifestados primariamente na emissão de gases de efeito estufa (Dióxido de Carbono e Óxidos de Nitrogênio) provenientes da queima de óleo diesel, além da poluição sonora e da geração de resíduos como pneus inservíveis e lubrificantes usados.

Para tratar e mitigar rigorosamente tais impactos ambientais inerentes ao objeto, o termo de referência e o contrato estipulam obrigações severas. A imposição de um limite máximo de idade para a frota assegura que os veículos em circulação obedeam às fases mais recentes do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), dotados de tecnologias de retenção de particulados mais eficientes. A contratada será expressamente obrigada a comprovar a realização de manutenções mecânicas preventivas constantes para evitar a emissão de fumaça preta e deverá apresentar, sempre que instada pela fiscalização, os certificados de destinação final ambientalmente adequada de pneus, baterias, óleos e filtros, nos moldes das resoluções do CONAMA, promovendo a logística reversa exigida pela legislação ambiental.

Registra-se, ainda, que a presente contratação deverá guardar alinhamento com instrumento de sustentabilidade eventualmente aplicável à Pasta ou ao Estado, notadamente com o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis<sup>[6]</sup>.

## **16. MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

A análise dos riscos atinentes ao processo licitatório e à fase de execução contratual resultou na identificação de eventos críticos e no delineamento de ações preventivas e contingenciais, compondo a documentação de gerenciamento de riscos que integrará o certame.

O principal risco na fase preparatória envolve a possibilidade de frustração do caráter competitivo ou ocorrência de licitação deserta em virtude da complexidade financeira exigida para a operação. A ação preventiva adotada foi a formatação cuidadosa dos índices econômicos, a liberação de subcontratação em até 50% e a manutenção do lote em uma dimensão regional palatável, afastando o risco do monopólio e permitindo que empresas robustas do setor ofereçam lances competitivos.

Na fase de execução, o risco mais gravoso é o descumprimento das rotas ou o pagamento indevido por quilômetros não percorridos. A ação preventiva absoluta para este risco é a implementação obrigatória do rastreamento via GPS. A ação contingencial, caso a empresa falhe em transmitir os dados, é a retenção imediata do pagamento da parcela variável até que a comprovação física da execução da rota seja demonstrada por meios idôneos e aceitos pela fiscalização.

O risco de interrupção abrupta do serviço por falha mecânica da frota será tratado mediante a exigência contratual de que a empresa possua veículos de reserva prontos para substituição imediata na mesma região, sujeitando-se a multas moratórias expressivas e glosas diárias no valor de disponibilidade caso a viagem do aluno seja cancelada por falta de equipamento ou pessoal.

## **17. VIABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Diante do arcabouço fático, normativo, operacional e econômico demonstrado ao longo deste documento, atesta-se de forma conclusiva a plena viabilidade e adequação da contratação nos moldes propostos.

A viabilidade técnica está demonstrada pelo fato de que o objeto pode ser executado por prestação indireta especializada, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

definíveis, mediante contratação de empresa apta a fornecer frota, motoristas, monitores, manutenção, assistência operacional, seguros e mecanismos de controle da execução, em solução integrada e fiscalizável.

A viabilidade jurídica decorre da compatibilidade do objeto com a contratação por pregão eletrônico, sob o regime da Lei nº 14.133/2021, observadas as condicionantes da fase preparatória, as diretrizes do Decreto Estadual nº 68.017/2023 e as orientações do Parecer Referencial CJ/SEDUC nº 36/2025.

A viabilidade econômica resulta da compatibilidade entre a solução escolhida e os ganhos esperados de racionalização logística, padronização contratual, redução da dispersão administrativa, captura de economias de escala e melhoria da relação entre custo e benefício da prestação, em comparação com a manutenção do modelo fragmentado e com as demais alternativas analisadas no levantamento de mercado.

A viabilidade operacional está demonstrada pela coerência entre a necessidade identificada, a solução descrita, os requisitos da contratação, o levantamento de mercado, a estimativa das quantidades, a estimativa do valor, a justificativa de parcelamento, as contratações correlatas, os resultados pretendidos, as providências administrativas e os impactos ambientais já analisados neste estudo.

A centralização regionalizada do transporte escolar para a Região RMSP Leste substitui um formato fragmentado por arranjo contratual orientado por eficiência operacional, planejamento, rastreabilidade, padronização e controle.

Por atender aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade e fiscalização qualificada, recomenda-se o prosseguimento do feito administrativo rumo à elaboração do respectivo Termo de Referência e à deflagração do certame licitatório.

---

<sup>[1]</sup> Enquadramento como serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra (Parecer CJ/SE nº 36/2025, p. 7-8).

<sup>[2]</sup> Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp.html>

<sup>[3]</sup> [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas/#/home](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home)

<sup>[4]</sup> Base de Referência: Tabela CADTERC (Volume 21): [https://www.bec.sp.gov.br/bec\\_servicos\\_ui/Cadterc/ui\\_CadTercPrecosReferenciais.aspx?chave=&volume=21&Legend=1](https://www.bec.sp.gov.br/bec_servicos_ui/Cadterc/ui_CadTercPrecosReferenciais.aspx?chave=&volume=21&Legend=1)

Indexação: Foi aplicado o indexador IPC-FIPE, em observância ao Decreto Estadual nº 48.326, de 12/12/03, que recomenda este índice para a correção de valores de serviços no Estado de São Paulo.

Fonte do índice indexador: Calculadora do Cidadão (Banco Central): <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>

<sup>[5]</sup> Os valores monetários apresentados em duas casas decimais possuem finalidade expositiva. Para fins de totalização, prevalecem os valores analíticos constantes da memória de cálculo e das planilhas financeiras juntadas aos autos, das quais resulta o valor estimado total de R\$ 95.793.166,02.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

[6] <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2019/01/programa-estadual-de-contratacoes-publicas-sustentaveis-oportunidades-e-desafios/>



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**ANEXOS DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Para visualização dos Anexos do Estudo Técnico Preliminar clique nos links a seguir:

**Anexo I – Estimativa de Custo – RMSP Leste – [clique aqui](#)**

**Anexo II – Plano de Centralização – [clique aqui](#)**

**Anexo II.1 – Tabela de Regiões Integradas Operacionais – [clique aqui](#)**

**Anexo II.2 – Matriz de Alocação – Municípios por Região – [clique aqui](#)**

**Anexo II.3 – Detalhamento logístico – [clique aqui](#)**

**Anexo III – Relação Geral – Contratos TESP – [clique aqui](#)**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº 015.00255730/2026-15)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO  
PAULO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA  
DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO,  
POR INTERMÉDIO DA DIRETORIA DE  
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES  
E .....

O Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Educação, por intermédio da **Diretoria de Infraestrutura e Serviços Escolares**, com sede na Praça da República nº 53 – Centro, São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pela **Diretora, Nayla Veríssimo Neves**, nomeado(a) pelo(a) *[Portaria/.....] nº .....*, de ..... de ..... de 20...., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ....., *[portador(a) da identificação funcional..... nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)]*, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 015.00255730/2026-15 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico nº .../...*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de **transporte escolar, conduzido por motorista e auxiliado por monitor, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinado a alunos matriculados nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino e/ou instituições educacionais especializadas credenciadas – Região RMSP Leste**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

**GRUPO 01**





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

Item	Tipo de veículo necessário (V1, V2, V3, V4, V5, V6 ou V7)	VALOR FIXO (Mês)			VALOR VARIÁVEL (Dia)		
		Quantidade de veículos	Veículo / mês R\$	Veículo /Mês R\$ Valor Total	Km Estimado / DIA	Valor Unitário (R\$/Km)	Valor Total do Km Rodado
		A	B	C=(A)x(B)	E	F	(G)=(E)x(F)
		Veículos para tipo de via prevalecente na rota ser PAVIMENTADA (P) com viagem ocorrendo somente em PERÍODO DIURNO (5h00 às 22h00)					
1	V1 - Veículo convencional ônibus 44 passageiros	46			2.675,46		
2	V2 - Veículo convencional micro-ônibus 24 passageiros	14			1.255,62		
3	V3 - Veículo convencional tipo van 15 passageiros	24			1.924,75		
VALOR GERAL DO CUSTO FIXO (D)= SOMATÓRIA DO ITEM "C"					CUSTO GERAL DO KM RODADO DIA (H = SOMATÓRIA DO ITEM "G")		

		Veículos para tipo de via prevalecente ser PAVIMENTADA (P) com viagem ocorrendo parcialmente em PERÍODO NOTURNO (após às 22h00)					
4	V3 - Veículo convencional tipo van 15 passageiros	2			98,06		
VALOR GERAL DO CUSTO FIXO (D)= SOMATÓRIA DO ITEM "C"					CUSTO GERAL DO KM RODADO DIA (H = SOMATÓRIA DO ITEM "G")		

VALOR GERAL DOS CUSTOS FIXOS (D)= SOMATÓRIA DO ITEM "C"	
PAVIMENTADA (P) DIURNO	R\$
PAVIMENTADA (P) NOTURNO	R\$
SOMATÓRIA GERAL DOS CUSTOS FIXOS (MÊS)	R\$

CUSTO TOTAL FIXO POR 30 MESES (SOMATÓRIA GERAL x 30)	R\$
--	-----

VALOR GERAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS (D)= SOMATÓRIA DO ITEM "G"	
PAVIMENTADA (P) DIURNO	R\$
PAVIMENTADA (P) NOTURNO	R\$
SOMATÓRIA GERAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS (DIA)	R\$

CUSTO TOTAL VARIÁVEL POR 500 DIAS (SOMATÓRIA GERAL x 500 DIAS)	R\$
--	-----

VALOR TOTAL DO CONTRATO REFERENTE A 30 MESES / 500 DIAS LETIVOS (SOMATÓRIA DOS TOTAIS DE FIXO E VARIÁVEL)	R\$
---	-----

E/OU

GRUPO 02



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

Item	Tipo de veículo necessário (V1, V2, V3, V4, V5, V6 ou V7)	VALOR FIXO (Mês)			VALOR VARIÁVEL (Dia)		
		Quantidade de veículos	Veículo / mês R\$	Veículo /Mês R\$ Valor Total C=(A)x(B)	Km Estimado / DIA	Valor Unitário (R\$/Km)	Valor Total do Km Rodado (G)=(E)x(F)
		A	B		E	F	
		Veículos para tipo de via prevalecente na rota ser PAVIMENTADA (P) com viagem ocorrendo somente em PERÍODO DIURNO (5h00 às 22h00)					
5	V6 - Veículo acessível tipo van 8 passageiros + 2 boxes para cadeirantes	153			3.113,20		
VALOR GERAL DO CUSTO FIXO (D)= SOMATÓRIA DO ITEM "C"					CUSTO GERAL DO KM RODADO DIA (H = SOMATÓRIA DO ITEM "G")		

		Veículos para tipo de via prevalecente ser PAVIMENTADA (P) com viagem ocorrendo parcialmente em PERÍODO NOTURNO (após às 22h00)					
6	V6 - Veículo acessível tipo van 8 passageiros + 2 boxes para cadeirantes	11			81,66		
VALOR GERAL DO CUSTO FIXO (D)= SOMATÓRIA DO ITEM "C"					CUSTO GERAL DO KM RODADO DIA (H = SOMATÓRIA DO ITEM "G")		

VALOR GERAL DOS CUSTOS FIXOS (D)= SOMATÓRIA DO ITEM "C"	
PAVIMENTADA (P) DIURNO	R\$
PAVIMENTADA (P) NOTURNO	R\$
SOMATÓRIA GERAL DOS CUSTOS FIXOS (MÊS)	R\$

CUSTO TOTAL FIXO POR 30 MESES (SOMATÓRIA GERAL x 30)	R\$
--	-----

VALOR GERAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS (D)= SOMATÓRIA DO ITEM "G"	
PAVIMENTADA (P) DIURNO	R\$
PAVIMENTADA (P) NOTURNO	R\$
SOMATÓRIA GERAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS (DIA)	R\$

CUSTO TOTAL VARIÁVEL POR 500 DIAS (SOMATÓRIA GERAL x 500 DIAS)	R\$
--	-----

VALOR TOTAL DO CONTRATO REFERENTE A 30 MESES / 500 DIAS LETIVOS (SOMATÓRIA DOS TOTAIS DE FIXO E VARIÁVEL)	R\$
---	-----



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço unitário**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses, contados da data estabelecida para o início dos serviços**, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**  
**([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

3.2. **A matriz contratual de riscos, responsabilidades e equilíbrio econômico-financeiro inicial da presente contratação é aquela constante do item 4.6 do Termo de Referência e de seus subitens, que integra este Contrato para todos os fins de direito, inclusive para definição prévia dos riscos e responsabilidades entre as partes, caracterização da álea ordinária da Contratada, identificação dos riscos assumidos pela Administração, disciplina dos riscos compartilhados, definição dos eventos supervenientes com potencial impacto econômico-financeiro e indicação das hipóteses em que poderá haver necessidade de termo aditivo ou apostilamento.**

3.2.1. Para fins de interpretação e execução deste Contrato, prevalecerão integralmente as regras previstas no item 4.6 do Termo de Referência, especialmente quanto:

**I – às premissas contratuais essenciais da contratação;**

**II – à regra geral de alocação dos riscos ordinários da Contratada;**

**III – à regra geral de reequilíbrio econômico-financeiro;**

**IV – à exigência de demonstração objetiva e documental do fato superveniente, do nexo causal, da repercussão econômico-financeira efetiva, da extensão temporal do impacto e da impossibilidade de absorção do ônus pela álea ordinária do negócio;**

**V – à distinção entre obrigações de resultado com liberdade limitada de inovação metodológica ou tecnológica e obrigações de meio com aderência obrigatória à solução predefinida;**

**VI – aos limites das inovações metodológicas admitidas à Contratada;**

**VII – à tabela de eventos supervenientes, à alocação de riscos, ao ônus financeiro, ao tratamento contratual aplicável e à indicação de necessidade de termo aditivo;**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**VIII – às regras complementares de aplicação da matriz, inclusive procedimento para invocação de evento superveniente, limites da recomposição e preservação da continuidade do serviço;**

**3.2.2. A ocorrência de evento alocado à Administração ou de evento alocado de forma compartilhada não gera, por si só, direito automático à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, cabendo à parte interessada demonstrar, de forma objetiva e documental, o fato superveniente, o nexo causal com o contrato, a repercussão econômico-financeira efetiva, a extensão temporal do impacto e a inadequação de absorção do ônus dentro da álea ordinária do negócio, na forma prevista no Termo de Referência e na legislação aplicável.**

**3.2.3. Não caberá recomposição econômico-financeira por eventos cobertos pela álea ordinária da atividade empresarial, por ineficiência de gestão, falha de manutenção, falha de subcontratada, inadequação de pessoal, não conformidade documental, falha de telemetria ou qualquer outro evento alocado à Contratada na matriz de riscos prevista no Termo de Referência.**

**3.2.4. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível e devidamente demonstrado, será formalizado por termo aditivo quando houver alteração de valor, quantitativo, escopo, prazo ou condicionantes essenciais do objeto, ou por apostilamento quando se tratar de mero registro formal sem modificação substancial do ajuste, observada a legislação aplicável.**

**3.2.5. A aplicação da matriz contratual de riscos deverá observar, em qualquer hipótese, a continuidade do transporte escolar, a segurança dos estudantes, a rastreabilidade da execução, a proteção do erário, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e o dever das partes de adotar medidas imediatas de mitigação, contingência e cooperação para impedir a desassistência dos usuários do serviço.**

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **50% (cinquenta por cento) da frota de veículos de transporte escolar:****

**4.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.**

**4.1.2. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:**

**4.1.2.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;**

**4.1.2.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

4.1.2.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.2.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.2.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.3. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.1.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS ([art. 92, V e X](#))**

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.
- 7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.
- 7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.
- 7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento **Índice de Preços ao Consumidor – IPC FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula**, com base na seguinte fórmula:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

$I^0$  = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

- 7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.
- 7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 01 (um) mês, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** ([art. 92, X, XI e XIV](#))

**8.1. São obrigações do Contratante:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;
- III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;
- IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo [art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;
- 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;
- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

demaís previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.23. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;
- 9.1.26. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.1.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- 9.1.30. Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.1.31. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;
- 9.1.33. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.1.34. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;

9.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

9.1.37. Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#);

9.1.37.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).
- 9.5. **É vedado à Contratada transportar passageiros particulares, não fornecidos pela Contratante e/ou como carona.**
- 9.6. **A prestação dos serviços dará de forma exclusiva para atendimento da Rede Pública Estadual de Ensino e/ou instituições educacionais especializadas credenciadas com esta Pasta.**

**CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. No âmbito da execução do objeto deste contrato, o Contratado deve cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do Contratante no tratamento de dados pessoais.
- 10.1.1. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.
- 10.1.2. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 10.1.3. Considerando a natureza do tratamento, o Contratado deve, enquanto operador de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#).
- 10.1.4. O Contratado deve:
- 10.1.4.1. notificar o Contratante na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da [Lei nº 13.709, de 2018](#); e
- 10.1.4.2. quando for o caso, auxiliar o Contratante na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere a subdivisão anterior.
- 10.1.5. O Contratado deve notificar ao Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à [Lei nº 13.709, de 2018](#).
- 10.1.6. O Contratado deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

10.1.7. O Contratado deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei nº 13.709, de 2018, no âmbito da execução deste Contrato.

10.1.8. Na ocasião do encerramento deste contrato, o Contratado deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, conforme decisão do Contratante, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao Contratante, o cumprimento desta obrigação.

10.1.9. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo Contratante ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

10.1.10. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709, de 2018 ou de instruções do Contratante relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

10.1.11. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, deverão ser observadas pelo Contratado ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do Contratante.

10.1.12. É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil.

10.1.13. O Contratado não poderá realizar subcontratação, tampouco divulgar dados pessoais a qualquer subcontratado, ou substituir subcontratado, exceto se previamente autorizada de forma específica e por escrito pelo Contratante.

10.1.14. O Contratado deve tomar medidas razoáveis para assegurar que empregados, prepostos ou colaboradores de qualquer subcontratado que necessitem conhecer/acessar dados pessoais relacionados à execução deste contrato estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade, e cumprir, no tocante à subcontratação, todas as disposições aplicáveis da Lei nº 13.709, de 2018.

10.1.15. A subcontratação, mesmo quando autorizada pelo Contratante, não exime o Contratado das obrigações decorrentes deste contrato, de modo que o Contratado permanecerá por elas integralmente responsável perante o Contratante, inclusive na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade **XXXXXX**, no valor de **R\$ \_\_\_\_\_**, correspondente a 3% (três por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- 11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
- 11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
- 11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
- 11.6.1. Caso fortuito ou força maior;
- 11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;
- 11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.
- 11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.
- 11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.
- 11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

- 11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho.
- 11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 11.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**  
**(art. 92, XIV)**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).
- 12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

- 13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.
- 13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:
- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.
- 13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.5. Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

13.5.1. Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, o Contratante reterá:

13.5.1.1. a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, "b", da [Lei nº 14.133, de 2021](#)); e

13.5.1.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

13.6. Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7. O Contratante poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da [Lei nº 14.133, de 2021](#)), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

13.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- 14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
- 14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

- 15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

*I. Gestão/Unidade:*

*II. Fonte de Recursos:*

*III. Programa de Trabalho:*

*IV. Elemento de Despesa:*

*V. Plano Interno:*

*VI. Nota de Empenho:*

- 15.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

- 16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

- 17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**ANEXO III**

**RESOLUÇÃO SEDUC Nº 28, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026**

*Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação*

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 12, inciso I, alínea b, da Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1998, e considerando:

as disposições da Lei 14.133/21, de 1º de abril de 2021, que estabelece procedimento para aplicação de sanções decorrentes da prática de infrações previstas nos artigos 155 a 163;

o Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942, (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

o disposto no Decreto Estadual nº 69.665, de 30 de junho de 2025, que aprovou a estrutura organizacional da SEDUC-SP;

a Resolução SEDUC nº 122, de 4 de setembro de 2025, que delega competência ao Secretário Executivo;

a necessidade de padronizar o procedimento administrativo sancionatório no âmbito desta Pasta.

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** – Esta Resolução disciplina a aplicação das sanções administrativas, o processo administrativo sancionatório e os registros e comunicações correlatos decorrentes de infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

**Artigo 2º** – Compete:

I – ao Ordenador de Despesa, aplicar as sanções de advertência e de multa;

II – ao Secretário Executivo, aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública estadual;

III – ao Secretário de Estado da Educação, aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, observada a análise jurídica prévia (art. 156, § 6º, da Lei nº 14.133/2021).

**Parágrafo único** - A dosimetria considerará a natureza e gravidade da infração, os danos causados, as circunstâncias atenuantes e agravantes, a proporcionalidade e a razoabilidade, bem como a boa-fé, cooperação e medidas de mitigação adotadas pelo interessado.

**CAPÍTULO II**

**DA SUSPENSÃO CONTRATUAL**

**Artigo 3º** – Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/21.

**CAPÍTULO III**

**DAS SANÇÕES E DA DOSIMETRIA**

**Artigo 4º** – O licitante ou contratado que incidir nas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública estadual direta e indireta, pelo prazo de até 3 (três) anos;





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**IV** – declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** – A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

**§ 2º** – As sanções de que tratam os incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.

**§ 3º** – As multas sancionatórias e moratórias possuem naturezas distintas e serão disciplinadas em seções próprias desta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 4º, serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São circunstâncias agravantes da sanção:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado na Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo (BEC/SP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ou na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela Secretaria de Estado da Educação;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido, que somente será considerada quando estiver vinculada a uma das infrações previstas nos incisos VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

3 - ausência deliberada de resposta às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, acerca da falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1 - quando restar comprovada a ausência de registro na Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo (BEC/SP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ou na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório;

2 - O erro justificável cometido pelo licitante ou contratado;

3 - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

4 - mitigação dos efeitos danosos da respectiva conduta.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### **Seção I**

##### **Da Advertência**

**Artigo 6º** - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta na hipótese de descumprimento contratual de pequena relevância, que não acarrete prejuízo significativo à Administração que justifique a imposição de penalidade mais grave, podendo ser cumulada com a pena de multa.

#### **Seção II**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**Da Multa**

**Artigo 7º** – A multa sancionatória será aplicada nas hipóteses do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento), a ser calculada na conformidade dos Anexos I e II desta resolução.

**§ 1º** – No caso de descumprimento parcial do ajuste, a multa deverá ser calculada de forma proporcional ao tempo da execução do contrato, ou sobre a parcela inadimplida.

**§ 2º** – Quando não houver valor contratual definido, a multa incidirá sobre o valor estimado da contratação, apurado na pesquisa de preços (art. 23 da Lei nº 14.133/2021), ou, na sua ausência, sobre a estimativa preliminar constante do Documento de Formalização de Demanda (DFD) e/ou do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

**Artigo 8º** – A multa moratória incidirá em caso de atraso na execução de obrigação contratual, nos termos do art. 162 da Lei federal nº 14.133/2021, tendo como base de cálculo o valor da parcela em atraso, e será contada em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

**I** - de 0,5% (meio por cento) ao dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos estipulados, calculada sobre o valor da parcela entregue com atraso, até o 10º (décimo) dia de atraso;

**II** - de 1% (um por cento) ao dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos estipulados, calculada sobre o valor da parcela em atraso, entre o 11º (décimo primeiro) e o 30º (trigésimo) dia de atraso, em acréscimo ao disposto no inciso I;

**III** - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

**Parágrafo único** - Até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a autoridade poderá, mediante decisão motivada, converter a multa moratória em multa sancionatória e promover a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

**Artigo 9º** - O valor da multa aplicada será compensado dos pagamentos devidos pela Administração.

**Parágrafo único** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Seção III**

**Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 10** - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e de firmar contratos com a Administração Pública Estadual direta e indireta, por um período de até três anos, sempre que não houver justificativa para uma sanção mais rigorosa aos responsáveis pelas infrações a seguir especificadas:

**I** - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: 1 (um) ano;

**II** - dar causa à inexecução total do contrato: parâmetro inicial de 2 (dois) anos;

**III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: 2 (dois) meses;

**IV** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: 4 (quatro) meses;

**V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado no prazo de validade de sua proposta: 6 (seis) meses;

**VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: 6 (seis) meses.

**Parágrafo único** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até a sanção máxima de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

**Seção IV**

**Da Declaração de Inidoneidade**

**Artigo 11** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da LLCA, bem como, se justificarem a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o contratado ou licitante de licitar ou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

**Artigo 12** - A ocorrência de uma conduta que se enquadre em múltiplas infrações no âmbito de uma mesma licitação ou relação contratual implicará a aplicação da sanção correspondente à infração de maior gravidade. Na hipótese de conduta classificável em duas ou mais infrações de igual gravidade, será aplicada somente uma penalidade, considerando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstâncias agravantes para fins de dosimetria da sanção.

## **CAPÍTULO V**

### **DO PROCESSO SANCIONATÓRIO**

#### **Seção I**

##### **Da Instauração do Processo Administrativo Sancionatório**

**Artigo 13** - A instauração do processo sancionatório será precedida de comunicação formal elaborada pelo gestor, ou pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual, contendo a descrição objetiva dos fatos, a qual deverá ser encaminhada à autoridade competente e, posteriormente, remetida à Coordenadoria de Procedimento Sancionatório para certificação da regularidade da instrução inicial, nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei federal nº 14.133/2021.

**Artigo 14** – A comunicação a que se refere o artigo anterior se dará por meio de parecer técnico opinativo da área requisitante ou contratante, contendo a identificação do fornecedor, a descrição objetiva dos fatos, a indicação do enquadramento jurídico e os elementos de prova disponíveis.

**Artigo 15** – Recebida a comunicação, a Coordenadoria de Procedimento Sancionatório opinará quanto aos requisitos formais, devendo:

I – verificar a regularidade da instrução e, quando necessário, determinar a complementação documental;

II – indicar o servidor responsável pela apuração nos casos de advertência e multa, ou comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis para os casos de impedimento e declaração de inidoneidade;

III – encaminhar os autos à autoridade competente para que esta realize o juízo de admissibilidade quanto ao mérito e, se for o caso, autorize a instauração do processo administrativo sancionatório.

**Artigo 16** – Caso procedente o juízo de admissibilidade, e devidamente autorizado pela autoridade competente, o processo deverá ser encaminhado para o servidor responsável indicado, ou por comissão processante formada por 2 (dois) ou mais servidores efetivos, para análise.

**Parágrafo único** - Na hipótese de a infração ensejar a aplicação cumulativa das sanções de impedimento de licitar ou contratar, ou declaração de inidoneidade com a de multa, o procedimento será conduzido pela comissão processante.

**Artigo 17** - Iniciado o processo administrativo sancionador, o responsável pela sua condução, ou a comissão processante, deverá intimar o licitante, ou contratado, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

**§ 1º** – Na hipótese de acolhimento de requerimento para produção de novas provas ou de anexação de elementos probatórios, considerados essenciais pela comissão processante, será facultado ao licitante ou contratado o oferecimento de alegações finais, no prazo de quinze (15) dias úteis, contados a partir da data da respectiva intimação.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**§ 2º** – Serão indeferidas, mediante decisão devidamente motivada, as provas que se revelem ilícitas, impertinentes, desnecessárias, meramente protelatórias ou apresentadas fora do prazo legal.

**§ 3º** – Concluída a fase de instrução probatória ou decorrido o prazo para apresentação de alegações finais, o servidor responsável, ou a comissão processante, deverá elaborar relatório circunstanciado dos fatos apurados, no prazo máximo de quinze (15) dias úteis.

**Artigo 18** – Após a confecção do Relatório Final Conclusivo, o responsável pela sua condução, ou pela Comissão Permanente de Procedimentos Apuratórios, os autos serão submetidos à Coordenadoria de Procedimento Sancionatório para certificação da instrução dos autos.

## **Seção II**

### **Da Aplicação de Sanção e da Fase Recursal**

**Artigo 19** - Após a certificação da instrução pela Coordenadoria de Procedimento Sancionatório, o relatório conclusivo elaborado pelo servidor responsável, ou pela comissão referida no artigo 17 desta Resolução, os autos serão encaminhados de acordo com a infração identificada:

**I** - ao Ordenador de Despesa, a quem compete aplicar a sanção de advertência ou multa;

**II** - ao Secretário Executivo, a quem compete aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;

**III** - ao Secretário da Educação, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que, previamente à aplicação da sanção, encaminhará à Consultoria Jurídica da Pasta, nos termos do §6º do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Artigo 20** - Da decisão do Ordenador de Despesa que aplicar as sanções de advertência e multa, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**§ 1º** - O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

**§ 2º** - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Secretário Executivo, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

**Artigo 21** - Da decisão do Secretário Executivo que aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**§ 1º** - O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido ao Secretário Executivo, que deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

**§ 2º** - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Secretário da Educação, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

**Artigo 22** - Da decisão que aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, a ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo.

**Artigo 23** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo a partir do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 24** - A notificação dos atos relativos à aplicação de sanções será realizada por meio de ofício encaminhado ao(s) responsável(eis) por uma das seguintes formas, observando-se a ordem de preferência:

**I** - envio ao endereço eletrônico do fornecedor cadastrado constante do Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, com comprovante de recebimento;

**II** - envio pelo correio, com aviso de recebimento;

**III** - publicação no diário oficial eletrônico.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

### **Seção III**

#### **Dos Cadastros dos Fornecedores Impedidos**

**Artigo 25** - As sanções administrativas aplicadas pela Secretaria de Estado da Educação, após o trânsito em julgado administrativo, deverão ser registradas nos seguintes prazos e sistemas:

**I** – no CADIN Estadual, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, decorridos o prazo contido na notificação para recolhimento da multa nos termos da Lei estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, e do Decreto estadual nº 53.455, de 2 de outubro de 2008, e inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial;

**II** – no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis;

**III** – na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;

**IV** – em outros sistemas ou bases cadastrais estaduais ou federais que venham a ser instituídos para fins de publicidade, controle e intercâmbio de informações sobre sanções administrativas, nos prazos próprios definidos pelos respectivos normativos.

**Parágrafo único** – A unidade responsável pelo registro deverá assegurar a fidedignidade das informações, a atualização tempestiva dos dados e o cumprimento dos prazos estabelecidos neste artigo.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DA REABILITAÇÃO**

**Artigo 26** - É admitida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**I** - reparação integral do dano causado à administração pública;

**II** - pagamento da multa;

**III** - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**IV** - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**V** - análise jurídica prévia pela Consultoria Jurídica da Pasta, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único** - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

**Artigo 27** - A personalidade jurídica do fornecedor, licitante ou contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial.

**§ 1º** - Desconsiderada a personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora, ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação, ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

**§ 2º** - Nas hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica a que se refere o caput, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia pela Consultoria Jurídica da Pasta.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DO JULGAMENTO CONJUNTO DE ATOS LESIVOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 28** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nesta última Lei.

### **CAPÍTULO IX**





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**DA PRESCRIÇÃO**

**Artigo 29** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela administração pública, e será:

I - interrompida pela instauração do processo administrativo punitivo de que trata o Capítulo III desta Resolução;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei Federal nº 12.486/ 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Parágrafo único** - Declarada a prescrição, serão os autos do procedimento sancionatório encaminhados ao Departamento de Correição da Pasta para análise de viabilidade de instauração de procedimento correcional acusatório, para apurar eventuais irregularidades que deram causa à prescrição.

**CAPÍTULO X**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 30** - Para efeito desta Resolução, equipara-se a contrato qualquer outro instrumento hábil que o substitua na forma da lei, e os ajustes decorrentes dos procedimentos auxiliares das licitações e das contratações, definidos no art. 78 da Lei nº 14.133/2021.

**Artigo 31** - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, na qualidade de anexo vinculante, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos administrativos e demais instrumentos congêneres firmados pela Secretaria de Estado da Educação.

**Artigo 32** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I**

**a que se referem os artigos 5º e 7º desta Resolução**

**Metodologia Referencial de dosimetria e aplicação das sanções administrativas**

**Quadro 1 – Níveis de Impacto do Dano à Administração**

Nível	Classificação	Critérios de Avaliação
I	Mínimo	Falha formal sem prejuízo financeiro ou operacional
II	Pequeno	Transtorno administrativo restrito, sem prejuízo ao usuário final.
III	Moderado	Afeta o planejamento e gera ajustes administrativos
IV	Severo	Prejuízo financeiro ou interrupção relevante de serviço, Inviabilização do contrato ou dano grave ao interesse público.

**Quadro 2 – Níveis de Gravidade da Infração**

Nível	Gravidade	Critérios
I	Mínima	Descumprimento formal sem dolo.
II	Leve	Falha pontual sem prejuízo relevante
III	Média	Inexecução parcial com impacto administrativo
IV	Grave	Compromete a execução contratual
V	Muito Grave	Inexecução total, fraude, má-fé ou conduta dolosa grave

**Quadro 3 – Matriz Referencial de Dosimetria da Multa (0,5% a 30%)**

Impacto / Gravidade	Grau I	Grau II	Grau III	Grau IV	Grau V
Severo	5%	10%	15%	20%	30%
Moderado	2%	5%	8%	12%	15%
Pequeno	1%	2%	4%	7%	12%
Mínimo	Advertência	1%	2%	5%	10%





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**Quadro 4 – Circunstâncias Agravantes**

Item	Agravante	Efeito Referencial
I	Reincidência	Elevação do percentual dentro da faixa aplicável
II	Erro Notório	Agravamento moderado da sanção
III	Obstrução Deliberada	Agravamento relevante da sanção
IV	Falsidade de Declaração	Elevação para patamares superiores da matriz
V	Dolo ou Má-Fé	Aproximação do limite máximo da faixa

**Quadro 5 – Circunstâncias Atenuantes**

Item	Atenuante	Efeito Referencial
I	Primariedade	Redução do percentual dentro da faixa.
II	Erro Justificável	Mitigação do rigor sancionatório.
III	Equívoco sem Dolo	Aplicação de patamar inferior.
IV	Mitigação do Dano	Redução proporcional da sanção.

**ANEXO II**

**Memória de Cálculo e Fórmula Referencial de Dosimetria**

1. A fórmula para definição do valor da multa pecuniária observará os limites do art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021:  $M = (B \times p\%) \times A \times T$  Onde: · M: Valor final da multa consolidada. · B (Base de Cálculo): Valor total atualizado do contrato ou da parcela inadimplida. · p% (Percentual Base): Percentual obtido no cruzamento entre o Nível de Impacto (Quadro 1) e o Nível de Gravidade (Quadro 2) através da Matriz Referencial (Quadro 3). · A (Fator de Agravantes): Produtório dos coeficientes das circunstâncias identificadas no Quadro 4. · T (Fator de Atenuantes): Produtório dos coeficientes das circunstâncias identificadas no Quadro 5. 2. Trava Legal e Arredondamentos: · O valor final M não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor contratado. · Nos casos de "Mínimo x Grau I", a sanção será de Advertência



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS

Para o preenchimento da proposta [clique aqui](#)

**(o licitante deverá realizar o download do arquivo para posterior preenchimento conforme as orientações indicadas na Planilha)**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**ANEXO V**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**ANEXO V.2**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE RESPONSABILIDADE**  
**DECLARAÇÃO UNIFICADA DE RESPONSABILIDADE**

Pregão Eletrônico nº [•]

Processo Administrativo nº [•]

A empresa [razão social], inscrita no CNPJ sob nº [•], com sede em [•], neste ato representada por [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do RG nº [•] e CPF nº [•], na qualidade de [representante legal/procurador], **DECLARA**, para todos os fins de direito, sob as penas da lei, em especial para participação no certame e eventual contratação, que:

- I. detém ou deterá, até o início da execução dos serviços, a posse, disponibilidade e regular vinculação jurídica da frota necessária à integral execução do objeto, própria e/ou subcontratada, observado o limite contratualmente admitido;
- II. todos os veículos vinculados à execução contratual atenderão, no início da operação e durante toda a vigência do contrato, às exigências relativas a idade máxima admitida, regularidade documental, licenciamento, vistorias, autorizações, seguros, tacógrafo, identificação visual, manutenção, higiene, acessibilidade e segurança, nos termos do edital, do contrato, do Termo de Referência e de seus anexos;
- III. todos os veículos vinculados à execução contratual observarão os limites máximos de idade aplicáveis por categoria veicular, bem como eventual parâmetro mais restritivo previsto na legislação municipal, no CADTERC – Volume 21, nas normas de trânsito, no edital, no contrato, no Termo de Referência, em seus anexos ou em norma superveniente aplicável, comprometendo-se a empresa a promover a substituição imediata dos veículos que deixarem de atender às condições exigidas;
- IV. todos os motoristas vinculados à execução contratual possuirão habilitação compatível, curso especializado válido, regularidade documental, aptidão legal para o exercício da função, certidões e demais requisitos exigidos na legislação aplicável e nos instrumentos convocatórios;
- V. todos os monitores vinculados à execução contratual atenderão às exigências documentais, funcionais e de idoneidade previstas no edital, no contrato, no Termo de Referência e em seus anexos;
- VI. a empresa cumprirá integralmente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, operacionais e de segurança da execução contratual;
- VII. a empresa cumprirá integralmente as condições de prestação do serviço previstas no Anexo I – Especificações e Condições de Execução dos Serviços de Transporte Escolar; no Anexo II – Formulários Operacionais e de Avaliação: Transporte Escolar; no edital; no contrato; no Termo de Referência e nos demais documentos que integram a contratação;
- VIII. a empresa apresentará à Administração, sempre que exigido, os documentos comprobatórios correspondentes às declarações ora prestadas;
- IX. a empresa tem ciência de que a presente declaração possui caráter vinculante e de que sua falsidade, inexistência, omissão relevante ou desconformidade material poderá ensejar inabilitação, não contratação, extinção contratual, aplicação de penalidades administrativas e responsabilização civil e penal, na forma da legislação aplicável.

[local], [data].



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

[nome do representante legal]  
[cargo/função]  
[razão social da empresa]



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**ANEXO V.3**

**DECLARAÇÃO DE QUE ESTÁ CIENTE DE QUE, POR OCASIÃO DA CONTRATAÇÃO,  
DEVERÁ APRESENTAR/COMPROVAR DOCUMENTAÇÃO**

(Em papel timbrado da proponente)

\_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, interessada em participar do processo licitatório do Pregão Eletrônico acima citado, DECLARA que está ciente de que, após a homologação e previamente à da assinatura do contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de sua convocação, deverá apresentar:

Registro ou inscrição da empresa licitante perante a Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e/ou Termo de Autorização para Transporte Escolar emitido pela Prefeitura Municipal onde o serviço será executado, quando esta contar com lei municipal de transporte escolar, em plena validade;

Quando não contar com lei municipal de transporte escolar, deverá apresentar declaração emitida pelo município quanto a ausência de lei e exigência de Autorização Municipal para o Transporte Escolar;

Apólice de seguro que abranja acidentes pessoais daqueles que se encontrem no veículo de transporte (alunos, motorista, monitores e acompanhantes) e danos materiais e pessoais de terceiros;

**Dos veículos - frota própria:**

via original e cópia simples do Certificado de Registro de Veículo (CRV) ou Nota Fiscal de compra, no caso de veículo zero Km, ainda não registrado;

via original e cópia simples do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) do ano em curso, para comprovar o cumprimento do disposto no artigo 130 do Código de Trânsito Brasileiro;

Quando se tratar de veículo cuja posse decorra de comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outro meio legalmente admitido, deverá ser apresentada via original registrada em cartório, acompanhada de cópia simples, do respectivo instrumento jurídico que comprove a posse, disponibilidade e autorização de utilização do veículo pela proponente, sem prejuízo da apresentação do CRLV e dos demais documentos exigidos no Termo de Referência.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Via original e cópia simples da autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para condução coletiva de escolares circular nas vias;

Certificado válido de verificação do tacógrafo aprovado pelo Inmetro;

Via original e cópia simples do Certificado de Inspeção Semestral;

**Dos veículos - frota subcontratada:**

Via original e cópia simples do Certificado de Registro de Veículo (CRV) ou Nota Fiscal de compra, no caso de veículo zero Km, ainda não registrado;

Via original e cópia simples da autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para condução coletiva de escolares circular nas vias;

Certificado válido de verificação do tacógrafo aprovado pelo Inmetro;

Via original e cópia simples do Certificado de Inspeção Semestral;

**Dos motoristas (inclusive dos veículos da frota subcontratada):**

Via original e cópia simples da CNH válida constando idade superior a 21 anos;

Certidão de CNH com histórico do motorista, emitida pelo DETRAN, com data de emissão máxima de 30 dias, na qual conste habilitação na categoria "D" e ausência de infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;

Certificado em curso especializado, nos termos da Resolução CONTRAN nº 789/2020;

Comprovantes de experiência mínima de 1 (um) anos na função de motorista;

**Dos monitores (inclusive dos veículos da frota subcontratada):**

via original e cópia simples de documento de identificação, com foto, constando idade superior a 18 anos;

**Dos motoristas e monitores (inclusive dos veículos da frota subcontratada):**

certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada 5 (cinco) anos, conforme artigo 329 do Código de Trânsito Brasileiro.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**Do Subcontratado:**

A comprovação da subcontratação dar-se-á por meio via original registrada em cartório e cópia simples do contrato de prestação de serviços de transporte escolar, firmados entre a Contratada e os subcontratados.

**Frota própria e comprovação de posse regular dos veículos:**

Considera-se frota própria aquela composta por veículos que estejam sob a posse regular da proponente ou da Contratada, ainda que tal posse decorra de propriedade, comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outros meios legalmente admitidos, observadas as exigências do CADTERC – Volume 21, da legislação de trânsito e das demais normas aplicáveis.

No caso de posse por contrato de comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outro instrumento jurídico não vinculado diretamente à propriedade registral do veículo pela proponente ou Contratada, deverão ser observadas, quando aplicáveis, a Resolução CONTRAN nº 339, de 25 de fevereiro de 2010, e o art. 1.361 do Código Civil.

A comprovação da posse regular dos veículos deverá ser feita por meio juridicamente idôneo, preferencialmente mediante apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV no qual conste, além do nome do proprietário, a identificação do possuidor, seguida do CNPJ de quem terá a posse do veículo, bem como a data de término do contrato, quando houver.

Quando a posse decorrer de comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outro meio legalmente admitido, a proponente ou Contratada deverá apresentar o respectivo instrumento jurídico, em via original registrada em cartório, com disponibilização de cópia simples, contendo elementos suficientes para demonstrar a posse, disponibilidade e autorização de utilização do veículo na execução dos serviços de transporte escolar.

Nos casos em que a legislação de trânsito exigir anotação da posse no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, a proponente ou Contratada deverá providenciar a respectiva anotação junto ao órgão executivo de trânsito competente, de modo que constem no CRLV as informações relativas ao possuidor do veículo.

Caso a anotação da condição de possuidor ainda esteja em processamento perante o órgão competente, poderá ser aceito, de forma provisória e excepcional, comprovante de protocolo, registro ou solicitação de anotação da expressão “POSSUIDOR”, sem prejuízo da posterior apresentação do novo CRLV atualizado, no prazo fixado pela Administração.

A baixa, alteração, substituição, distrato ou encerramento do instrumento que fundamenta a posse do veículo deverá ser imediatamente comunicada à Administração, acompanhada da documentação comprobatória correspondente, inclusive novo CRLV, quando emitido, ficando a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

Contratada obrigada a manter, durante toda a execução contratual, frota regular, disponível, habilitada e compatível com as exigências do Termo de Referência.

A utilização de veículo cuja posse seja fundada em comodato, aluguel, arrendamento, financiamento, leasing ou outro meio legalmente admitido não afasta a responsabilidade integral da Contratada pela regularidade documental, habilitação, manutenção, segurança, disponibilidade, substituição, seguros, fiscalização, operação e cumprimento de todas as exigências legais e contratuais aplicáveis ao veículo.

(local e data)  
(assinatura, nome, cargo e CPF do representante legal)

(Com carimbo da empresa)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**ANEXO VI**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

A planilha orçamentária se encontra disponível [neste link](#)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**ANEXO VII**

**Prestação de Serviços Contínuos de Transporte Escolar Modelo Centralizado – RMSP Leste**

**MATRIZ DE AVALIAÇÃO MENSAL DA EXECUÇÃO**

**1. FINALIDADE**

1.1. A presente matriz disciplina a avaliação mensal da execução contratual para fins de:

- a) registro e consolidação de não conformidades;
- b) aferição da qualidade e do desempenho da execução;
- c) suporte à medição mensal;
- d) aplicação de glosas;
- e) identificação de ocorrências críticas de segurança;
- f) determinação de medidas corretivas, preventivas e substitutivas; e
- g) instrução de eventual apuração sancionatória.

1.2. A presente matriz possui natureza instrumental, operacional e fiscalizatória, destinando-se a orientar a avaliação mensal da execução contratual, a consolidação de não conformidades, a instrução da medição, o suporte à aplicação de glosas e o encaminhamento de fatos relevantes para eventual apuração sancionatória, quando cabível.

1.3. Esta matriz não substitui, altera ou prevalece sobre as disposições do Termo de Referência, do contrato, da Resolução SEDUC nº 28/2026 – que integra obrigatoriamente os instrumentos convocatórios, contratos administrativos e instrumentos congêneres da Secretaria da Educação, nos termos de seu artigo 31, ou das demais normas aplicáveis. Em caso de divergência interpretativa, prevalecerá a seguinte ordem de aplicação:

- a) Resolução SEDUC nº 28/2026 e demais normas superiores aplicáveis;
- b) Termo de Referência, contrato e edital;
- c) Anexo II.E – Matriz de Avaliação Mensal da Execução.

1.4. A avaliação mensal prevista neste Anexo não constitui, por si só, processo sancionatório, nem autoriza a aplicação automática de penalidades administrativas. Eventual aplicação de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade dependerá de enquadramento jurídico próprio, observância das competências, rito, prazos, contraditório, ampla defesa e critérios de dosimetria previstos na Resolução SEDUC nº 28/2026 e na legislação aplicável.

1.4.1. A matriz de pontuação, pesos e classificação mensal prevista neste Anexo possui finalidade operacional, fiscalizatória e de suporte à medição, não substituindo a Metodologia Referencial de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas, os níveis de impacto, os níveis de gravidade, as circunstâncias agravantes e atenuantes, nem a Memória de Cálculo e Fórmula Referencial de Dosimetria previstas nos Anexos I e II da Resolução SEDUC nº 28/2026.

1.4.2. Para fins de compatibilização com a Resolução SEDUC nº 28/2026, eventual multa sancionatória somente poderá ser aplicada nas hipóteses de infração administrativa previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o intervalo percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento), devendo ser calculada em conformidade com os Anexos I e II da referida Resolução, sem prejuízo da distinção entre penalidade administrativa e glosa de natureza não sancionatória prevista neste Anexo.

1.4.3. A multa moratória, quando cabível por atraso na execução de obrigação contratual, observará o art. 8º da Resolução SEDUC nº 28/2026, tendo como base de cálculo o valor da parcela em atraso e incidindo em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, nos percentuais e condições definidos na referida norma.

1.5. As glosas previstas nesta matriz possuem natureza de ajuste da medição e da contraprestação devida, não se confundindo com penalidade administrativa. Sua aplicação



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

deverá guardar correspondência com a execução não realizada, executada parcialmente, executada em desconformidade ou não comprovada, observados os critérios do Termo de Referência, especialmente quanto à parcela fixa, à parcela variável, à proporcionalidade, à rastreabilidade e à vedação de duplicidade de abatimento pelo mesmo fato gerador.

1.6. Os registros produzidos com base nesta matriz poderão subsidiar medidas corretivas, preventivas, substitutivas, glosas, retenções de parcelas controvertidas e, quando houver indícios de infração administrativa, encaminhamento para avaliação de eventual instauração de processo sancionatório, nos termos da Resolução SEDUC nº 28/2026.

## **2. REGRAS GERAIS DE APURAÇÃO**

2.1. A avaliação mensal será lastreada, cumulativamente, em:

- a) formulários operacionais e de avaliação do Anexo II;
- b) registros das unidades escolares;
- c) registros da(s) Unidade(s) Regional(is) de Ensino;
- d) Relatório Mensal de Medição;
- e) dados de GPS/telemetria e tacógrafo;
- f) relatórios de fiscalização técnica e administrativa;
- g) ocorrências formalmente registradas no período; e
- h) demais evidências objetivas admitidas.

2.2. A avaliação dos itens ordinários será binária:

- a) 0 (zero): não constatada falha no item, segundo o critério mensal de disparo;
- b) 1 (um): constatada falha no item, segundo o critério mensal de disparo.

2.3. Cada item receberá peso 1, 2 ou 3:

- a) peso 3: item muito relevante;
- b) peso 2: item relativamente relevante;
- c) peso 1: item menos relevante.

2.4. A pontuação do item será calculada pela fórmula:

$$\text{Pontuação do item} = \text{Falha (0 ou 1)} \times \text{Peso do item}.$$

2.5. A pontuação mensal apurada corresponderá à soma das pontuações dos itens com falha.

2.6. A pontuação máxima mensal aplicável corresponderá à soma dos pesos de todos os itens efetivamente aplicáveis e auditáveis no mês.

2.7. A classificação mensal dos itens ordinários observará:

- a) BOM: soma dos valores atribuídos a cada item resultar em até 10% da pontuação máxima mensal aplicável;
- b) REGULAR: soma dos valores atribuídos a cada item resultar em valor superior a 10% e até 20% da pontuação máxima mensal aplicável;
- c) RUIM: soma dos valores atribuídos a cada item resultar em valor superior a 20% e até 30% da pontuação máxima mensal aplicável;
- d) INSATISFATÓRIO/CRÍTICO: soma dos valores atribuídos a cada item resultar em valor superior a 30% da pontuação máxima mensal aplicável.

2.8. As ocorrências críticas de segurança serão apuradas fora do critério ordinário descrito no item 2.7, prevalecendo sobre a classificação mensal por conceito para fins de avaliação operacional. Havendo ocorrência crítica de segurança, a Administração poderá aplicar, de forma motivada, os parâmetros referenciais (glosas) de liberação da fatura previstos neste Anexo, observando-se o disposto no item 6.2; inexistindo ocorrência crítica de segurança, a liberação da fatura observará os percentuais referenciais de 100%, 90% ou 80%, conforme a classificação mensal BOM, REGULAR ou RUIM.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

2.9. A liberação da fatura por faixa de desempenho mensal observará os seguintes parâmetros referenciais (glosa ordinária), sem prejuízo de glosa analítica específica, quando cabível:

- a) 100% da fatura: BOM e sem ocorrência crítica;
- b) 90% da fatura: REGULAR e sem ocorrência crítica;
- c) 80% da fatura: RUIM e sem ocorrência crítica;
- d) 70% da fatura: 1 ocorrência crítica;
- e) 60% da fatura: 2 ou mais ocorrências críticas.

2.10. A glosa analítica, quando cabível, observará também as fórmulas já previstas no TR para parcela fixa e parcela variável, inclusive por veículo e por dias de indisponibilidade ou inexecução.

2.11. A mesma ocorrência não poderá gerar duplicidade de abatimento sobre o mesmo fato gerador.

2.12. Os itens documentais e veiculares serão apurados sobre a frota efetivamente ativa no mês; os itens operacionais, sobre as rotas e viagens autorizadas e auditadas; e os itens de conduta e percepção do serviço, sobre os registros válidos das unidades escolares, URE e fiscalização.

2.13. Quando o item depender de validade documental periódica e não diária, a falha mensal será configurada se, no período de referência, houver operação com documento vencido, irregular ou não comprovado, ou se a documentação exigível não for apresentada no prazo da medição.

2.14. Para itens de pontualidade, tempo de resposta e eventos repetitivos, a falha mensal será configurada quando o critério de disparo do item for atingido, na forma desta matriz, evitando-se que ocorrência isolada de baixa materialidade produza distorção indevida no resultado.

2.15. Para fins de aplicação desta matriz, adotam-se as seguintes definições operacionais:

a) não conformidade: desconformidade fática, técnica, operacional, documental, comportamental, assistencial, de segurança, rastreabilidade, gestão ou conformidade legal verificada na execução contratual, em desacordo com o Termo de Referência, o contrato, os anexos, as ordens e autorizações da Administração ou as normas legais e regulamentares aplicáveis;

b) ocorrência crítica de segurança: espécie qualificada de não conformidade que exponha, ainda que potencialmente, estudantes, acompanhantes, monitores, motoristas, terceiros ou usuários da via a risco relevante à vida, à integridade física, à dignidade, à segurança viária ou à segurança operacional do transporte escolar;

c) glosa: ajuste econômico-financeiro incidente sobre a medição ou sobre a parcela faturável do período, de natureza não sancionatória e predominantemente ressarcitória, destinado a excluir, reduzir, reter ou recusar valores relativos a serviços não executados, parcialmente executados, executados em desconformidade, executados sem comprovação idônea ou executados com perda mensurável de qualidade, regularidade, segurança, rastreabilidade ou conformidade mínima exigida, não se confundindo com multa sancionatória ou multa moratória disciplinadas nos arts. 7º e 8º da Resolução SEDUC nº 28/2026;

d) infração administrativa contratual: conduta que, além de configurar não conformidade na execução, possa, no caso concreto, enquadrar-se nas hipóteses de infração administrativa previstas na Lei nº 14.133/2021, na Resolução SEDUC nº 28/2026 e na disciplina contratual aplicável;

e) penalidade administrativa: sanção aplicada em processo administrativo próprio, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Resolução SEDUC nº 28/2026 e das demais normas aplicáveis, compreendendo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

f) evidência objetiva: todo registro idôneo e verificável apto a demonstrar a execução, a não execução ou a execução em desconformidade do serviço, inclusive formulários do Anexo II, registros das unidades escolares, relatórios da Unidade Regional de Ensino, relatórios do gestor e dos fiscais do contrato, dados de GPS/telemetria, tacógrafo, relatórios de manutenção, relatórios de ocorrências, documentos de habilitação e capacitação, fotografias, vídeos, atas, notificações, ordens de serviço, comunicações oficiais, registros em sistema e demais meios de prova admitidos em direito;

g) reincidência operacional específica: repetição de não conformidade de mesma natureza, pela mesma rota, veículo, profissional, frente operacional, grupo contratual ou pela operação como um todo, dentro do período de 12 (doze) meses contados da ciência formal da ocorrência anterior, sem prejuízo da consideração de reiteração em ciclos mensais sucessivos de avaliação. A reincidência operacional específica constitui dado de gestão, fiscalização e histórico de desempenho, não se confundindo automaticamente com a circunstância agravante sancionatória prevista na Resolução SEDUC nº 28/2026, cuja caracterização dependerá de avaliação em processo próprio.

2.16. Para fins de aferição mensal da execução contratual e instrução do faturamento, a Contratada deverá apresentar, em cada competência de cobrança, o Relatório Mensal de Medição ou instrumento equivalente previsto no Termo de Referência e nos anexos contratuais, acompanhado dos documentos, registros, comprovantes e evidências exigidos pela Administração.

2.17. O Relatório Mensal de Medição deverá refletir, de forma fidedigna e segregada, os elementos da parcela fixa e da parcela variável da remuneração contratual, observando, no mínimo:

- a) os veículos efetivamente disponibilizados e autorizados;
- b) as rotas efetivamente atendidas;
- c) a quilometragem efetivamente executada, preferencialmente validada pelos dados de GPS/telemetria;
- d) as ocorrências que impactem a medição do período;
- e) as glosas, retenções ou ajustes eventualmente incidentes; e
- f) os documentos de suporte previstos no Termo de Referência, no contrato e nos anexos.

2.18. A fiscalização técnica e/ou administrativa poderá validar, retificar ou impugnar, total ou parcialmente, as informações apresentadas pela Contratada no Relatório Mensal de Medição, com base nos formulários de fiscalização, registros das unidades escolares, registros da Unidade Regional de Ensino, relatórios operacionais, dados de GPS/telemetria, tacógrafo, ocorrências do período e demais evidências objetivas pertinentes.

2.19. A ausência de apresentação do Relatório Mensal de Medição, sua apresentação incompleta, inconsistente, divergente ou desacompanhada da documentação exigida, bem como a divergência injustificada entre os dados informados pela Contratada e os elementos apurados pela fiscalização, poderá ensejar diligência, suspensão do recebimento da medição, retenção da parcela controvertida, glosa dos valores não comprovados e adoção das demais providências contratuais cabíveis, sem prejuízo de eventual encaminhamento para apuração sancionatória, quando houver indícios de infração administrativa.

2.20. Serão considerados, para fins de medição e pagamento, somente os serviços efetivamente autorizados, realizados, comprovados e apurados pela fiscalização, nos termos do Termo de Referência.

### **3. CAMPOS MÍNIMOS DO REGISTRO MENSAL POR ITEM**

3.1. Cada lançamento mensal da matriz deverá conter, no mínimo:

- a) competência;
- b) grupo contratual;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- c) código do item;
- d) dimensão;
- e) descrição do item;
- f) universo de apuração;
- g) unidade fiscalizadora primária;
- h) evidência mínima;
- i) resultado binário (0 ou 1);
- j) peso;
- k) pontuação do item;
- l) observações;
- m) identificação de ocorrência crítica, quando houver;
- n) indicação de medida corretiva, glosa analítica e encaminhamento para avaliação de eventual apuração sancionatória, quando cabíveis;
- o) rota, linha, viagem, veículo, profissional ou frente operacional afetada, quando identificável;
- p) data, horário e local da ocorrência, quando aplicável;
- q) descrição objetiva do fato constatado, contendo, no mínimo: identificação da placa, prefixo ou outro dado individualizador do veículo, bem como do motorista e/ou monitor envolvido, quando aplicável e identificável;
- r) indicação da fonte da evidência utilizada;
- s) impacto identificado na execução, na segurança, na regularidade, na medição ou na continuidade do serviço;
- t) ciência da Contratada ou do preposto, quando realizada;
- u) manifestação ou justificativa apresentada pela Contratada, quando houver;
- v) análise motivada da fiscalização quanto ao acolhimento ou rejeição da justificativa apresentada;
- w) providência corretiva, preventiva ou substitutiva exigida;
- x) indicação de eventual reincidência operacional específica, bem como indicação de elementos que possam, em tese, caracterizar agravantes ou atenuantes previstas na Resolução SEDUC nº 28/2026, tais como reincidência, cooperação, mitigação do dano, erro justificável, dolo, má-fé, obstrução à fiscalização ou falsidade documental, sem prejuízo de avaliação própria no processo sancionatório; e
- y) indicação expressa de que eventual encaminhamento sancionatório dependerá de apuração própria, nos termos da Resolução SEDUC nº 28/2026.

3.2. Os registros produzidos pelas unidades escolares, pela(s) Unidade(s) Regional(is) de Ensino, pela fiscalização técnica, pela fiscalização administrativa e pelos sistemas de monitoramento constituem elementos formais de apoio à avaliação mensal, sem prejuízo da análise complementar pela fiscalização competente.

3.3. A matriz de itens ordinários deverá ser aplicada de forma integrada aos critérios de medição e pagamento previstos no Termo de Referência, não se admitindo que ocorrência isolada, de baixa materialidade e sem impacto mensurável, produza distorção desproporcional no resultado mensal, ressalvadas as ocorrências críticas de segurança.

3.4. Sempre que houver sobreposição entre itens da matriz, deverá ser utilizado o item de maior aderência material ao fato verificado, vedada a dupla pontuação pelo mesmo fato gerador.

3.5. A avaliação mensal poderá ser instruída por formulários, atestados ou registros próprios da Unidade Escolar e da Unidade Regional de Ensino, os quais terão natureza de instrumentos formais de apoio à fiscalização, sem prejuízo da análise complementar pela fiscalização técnica, fiscalização administrativa, gestor do contrato e demais agentes competentes.

3.6. Os formulários ou atestados da Unidade Escolar deverão registrar, quando aplicável, a percepção operacional da execução no período, especialmente quanto à pontualidade, embarque e desembarque, conduta de motorista e monitor, uso de uniforme/crachá, limpeza e conservação do veículo, identificação visual, controle de passageiros e eventuais ocorrências críticas de segurança.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

3.7. Os formulários ou atestados da Unidade Regional de Ensino deverão consolidar, quando aplicável, os registros recebidos das unidades escolares e os elementos próprios de gestão regional, especialmente quanto à disponibilidade da frota, presença de monitor, cumprimento de jornada, documentação atualizada, sistema de monitoramento, atendimento às solicitações da Administração e demais evidências de execução.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

**4. MATRIZ DE AVALIAÇÃO MENSAL – ITENS ORDINÁRIOS**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DIMENSÃO</b>	<b>ITEM AVALIÁVEL</b>	<b>CRITÉRIO MENSAL DE FALHA (gera “1”)</b>	<b>UNIVERSO DE APURAÇÃO</b>	<b>EVIDÊNCIA MÍNIMA</b>	<b>UNIDADE FISCALIZADORA</b>	<b>PESO</b>
<b>M01</b>	Disponibilidade da frota	Disponibilização diária integral da frota autorizada	Houver, no mês, indisponibilização imputável à contratada que impeça a apresentação de 100% da frota exigida para as rotas autorizadas, ainda que em dia único, sem cobertura regular por contingência válida	Veículos ativos do grupo no mês	RMM, escala, GPS, registros de saída, ocorrência	URE/Gestor + Fiscal Técnico	3
<b>M02</b>	Regularidade da execução	Atendimento das rotas / viagens autorizadas	Houver, no mês, falta de atendimento de rota/viagem autorizada imputável à contratada	Rotas/viagens autorizadas no mês	RMM, GPS, ordem de execução, ocorrência da UE/URE	URE/Gestor + Fiscal Técnico	3
<b>M03</b>	Pontualidade	Pontualidade na parada / ponto de coleta	Atraso ou adiantamento superior à tolerância operacional definida pela Administração em mais de 5% das viagens auditadas no mês, ou recorrência material em mesma rota	Viagens auditadas no mês	GPS, registro da UE, formulário operacional	UE + URE/Fiscal Técnico	2
<b>M04</b>	Pontualidade	Pontualidade na chegada à escola	Chegada fora do parâmetro contratual, inclusive sem a antecedência mínima exigida, em mais de 5% das viagens auditadas no mês, ou recorrência material em mesma rota	Viagens auditadas no mês	GPS, registro da UE, formulário operacional	UE + URE/Fiscal Técnico	2
<b>M05</b>	Pontualidade	Pontualidade na saída da escola e respeito ao	Saída em desconformidade com o horário autorizado ou desrespeito ao período mínimo	Viagens auditadas no mês	Registro da UE, GPS, ocorrência	UE + URE/Fiscal Técnico	2



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

		período mínimo de espera	de espera em mais de 5% das viagens auditadas no mês				
<b>M06</b>	Continuidade / contingência	Tempo de reação em caso de falha e apoio operacional da frota	A contratada não providenciar contingência, substituição ou apoio no prazo operacional definido no TR ou pela fiscalização	Eventos de falha/indisponibilidade no mês	Ocorrência, logs operacionais, GPS, comunicação oficial	URE/Gestor + Fiscal Técnico	2
<b>M07</b>	Recursos essenciais	Presença obrigatória de monitor em todos os veículos	Houver operação sem monitor em veículo que o exija	Veículos/viagens auditadas	Lista de tripulação, registro da UE, ocorrência	UE + URE/Fiscal Técnico	3
<b>M08</b>	Segurança operacional	Embarque / desembarque conforme itinerário e pontos autorizados	Houver embarque/desembarque fora dos pontos autorizados, sem justificativa aceita, ou em desacordo material com o itinerário	Rotas/viagens auditadas	GPS, ocorrência, formulário, registro da UE	UE + URE/Fiscal Técnico	3
<b>M09</b>	Segurança laboral / operacional	Jornada regular de motorista / monitor, sem dobra indevida	Houver evidência de dobra indevida, extensão irregular de jornada ou ausência de substituição obrigatória	Profissionais alocados no mês	Escala, folha/ponto, ocorrência, relatório gerencial	URE/Gestor + Fiscal Administrativo	3
<b>M10</b>	Rastreamento e evidência	Regularidade do sistema de monitoramento e relatório mensal	Houver indisponibilidade, inconsistência relevante ou ausência de GPS/telemetria e/ou de relatório mensal de monitoramento	Veículos ativos do mês	Logs do sistema, relatório mensal, RMM	URE/Gestor + Fiscal Técnico	3
<b>M11</b>	Medição e liquidação	Envio correto de dados e documentos da medição	O RMM vier incompleto, inconsistente, divergente ou desacompanhado da documentação mínima exigida, sem regularização no prazo	Competência mensal	RMM, checklist documental, diligências	URE/Gestor + Fiscal Administrativo	2





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>M12</b>	Comunicação contratual	Tempo de resposta aos questionamentos e solicitações da SEDUC	A contratada deixar de responder no prazo fixado pela Administração ou, na falta deste, em prazo razoável definido internamente	Demandas formais do mês	E-mails, ofícios, sistema, atas	URE/Gestor	2
<b>M13</b>	Documentação veicular	Regularidade documental do veículo (autorização escolar, vistoria, seguro, IPVA/isenção)	Houver operação com veículo sem autorização válida, sem vistoria válida, sem comprovação de seguro ou sem regularidade fiscal/documental exigível	Veículos ativos do mês	Certificados, apólices, comprovantes, RMM	Fiscal Administrativo + Fiscal Técnico	3
<b>M14</b>	Segurança / rastreabilidade	Tacógrafo regular e evidenciado	Houver veículo ativo sem tacógrafo exigível, sem aferição válida, ou sem disponibilidade do registro quando exigido	Veículos ativos do mês	Certificado, laudo, registro do equipamento	Fiscal Técnico + Fiscal Administrativo	3
<b>M15</b>	Manutenção	Manutenção preventiva / corretiva e revisão do veículo	Houver atraso de revisão, manutenção vencida ou pendência de manutenção que comprometa a regularidade da operação, ainda que sem enquadramento como ocorrência crítica	Veículos ativos do mês	Plano de manutenção, OS, comprovantes, ocorrência	Fiscal Técnico	2
<b>M16</b>	Identificação visual	Identificação visual obrigatória do veículo (faixa ESCOLAR, adesivo/logomarca e letreiro)	Houver veículo em operação sem faixa, adesivo/logomarca ou letreiro exigidos, ou com identificação ilegível/incompleta	Veículos ativos do mês	Fotos, vistoria, registro da UE, checklist	UE + Fiscal Técnico	2
<b>M17</b>	Conservação e higiene	Limpeza, conservação e higiene do veículo	Houver registro procedente de veículo sujo, mal conservado ou em padrão inadequado de higiene/conservação	Veículos auditados no mês	Formulário da UE, fotos, ocorrência	UE + Fiscal Técnico	1



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>M18</b>	Segurança física do veículo	Dispositivos de segurança e conformidade física do veículo	Houver ausência ou desconformidade de dispositivos obrigatórios de segurança ou integridade física do veículo, sem atingir a gravidade autônoma do item crítico	Veículos ativos do mês	Vistoria, checklist, fotos, ocorrência	Fiscal Técnico	3
<b>M19</b>	Documentação do motorista / monitor	Regularidade da habilitação e qualificação dos profissionais alocados	Houver profissional alocado com CNH, curso, certidões, exame toxicológico ou outros requisitos obrigatórios vencidos, irregulares ou não comprovados, sem prejuízo da hipótese crítica quando impeditiva	Profissionais alocados no mês	CNH, certificados, certidões, laudos, RMM	Fiscal Administrativo + Fiscal Técnico	3
<b>M20</b>	Identificação funcional	Uniforme, crachá e identificação funcional de motorista/monitor	Houver registro procedente de atuação sem uniforme ou crachá, quando exigidos	Profissionais auditados no mês	Formulário da UE, fotos, ocorrência	UE	1
<b>M21</b>	Conduta funcional	Respeito, cortesia e conduta adequada com alunos e comunidade escolar	Houver registro procedente de tratamento inadequado, descortesia ou conduta incompatível, sem atingir a gravidade autônoma crítica	Registros válidos do mês	Formulário da UE, relato validado, ocorrência	UE + URE	1
<b>M22</b>	Controle de passageiros	Observância da lista autorizada de estudantes e vedação de embarque indevido	Houver embarque de aluno não autorizado, terceiro estranho ou carona, sem autorização formal	Viagens auditadas no mês	Lista, formulário da UE, ocorrência	UE + Fiscal Técnico	3
<b>M23</b>	Obrigações trabalhistas / documentais correlatas à execução	Conformidade trabalhista / documental vinculada à execução e	A contratada deixar de comprovar obrigação material exigida para o pagamento ou manter irregularidade documental relevante	Competência mensal	Documentação exigida para liquidação, diligências	Fiscal Administrativo	2



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

		exigida para liquidação	associada à execução dos profissionais alocados				
--	--	----------------------------	--	--	--	--	--

## 5. MATRIZ DE OCORRÊNCIAS CRÍTICAS DE SEGURANÇA – APURAÇÃO APARTADA

5.1. As ocorrências abaixo não integram o critério ordinário descrito no item 2.7. Elas serão registradas em campo próprio e tratadas nos termos do Termo de Referência, do contrato, deste Anexo e da Resolução SEDUC nº 28/2026, com prevalência sobre a classificação mensal ordinária para fins de medição, glosa, medidas corretivas e eventual encaminhamento sancionatório.

5.1.1. Para fins deste Anexo, as ocorrências críticas de segurança serão tratadas como eventos de gravidade operacional qualificada, com repercussão imediata na avaliação mensal, na medição, na exigência de medidas corretivas e, quando cabível, no encaminhamento para apuração sancionatória. A qualificação de uma ocorrência como crítica não equivale, por si só, à aplicação de penalidade administrativa, a qual dependerá de procedimento próprio, nos termos da Resolução SEDUC nº 28/2026.

5.1.2. Sempre que identificada ocorrência crítica de segurança, a fiscalização deverá registrar o fato de forma destacada, indicando a evidência mínima disponível, o impacto potencial ou efetivo sobre a segurança, a medida corretiva imediata exigida e a necessidade, ou não, de encaminhamento ao gestor do contrato para avaliação de providências adicionais.

5.1.3. Para fins exclusivamente instrutórios de eventual apuração sancionatória, as ocorrências críticas de segurança registradas nesta matriz poderão subsidiar a avaliação do nível de impacto e do nível de gravidade previstos no Anexo I da Resolução SEDUC nº 28/2026, sem enquadramento automático, cabendo à autoridade competente, no processo sancionatório próprio, aferir a natureza da infração, o dano, a gravidade, as circunstâncias agravantes e atenuantes e a proporcionalidade da sanção.

CÓDIGO	OCORRÊNCIA CRÍTICA DE SEGURANÇA	CONFIGURAÇÃO DA OCORRÊNCIA	EVIDÊNCIA MÍNIMA	UNIDADE FISCALIZADORA	EFEITO CONTRATUAL MÍNIMO
C01	Embriaguez ou substância psicoativa incompatível	Motorista ou monitor se apresenta ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância incompatível	Relato formal, registro da fiscalização, boletim, prova técnica quando existente	UE + URE + Fiscal Técnico	Registro crítico autônomo*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

<b>C02</b>	Ausência ou falha grave de cinto de segurança	Passageiros transportados sem cinto ou com controle manifestamente inadequado quando exigível	Relato formal, fotos, ocorrência, vistoria	UE + Fiscal Técnico	Registro crítico autônomo*
<b>C03</b>	Assédio, violência ou tratamento degradante	Relato idôneo ou evidência de assédio moral, sexual, violência ou tratamento degradante	Relato formal, ocorrência, elementos probatórios disponíveis	UE + URE + Gestão	Registro crítico autônomo*
<b>C04</b>	Má condução/alta velocidade/direção insegura	Alta velocidade, desrespeito à sinalização, condução temerária, uso indevido de celular ou direção manifestamente insegura	Relato formal, GPS, telemetria, tacógrafo, ocorrência	UE + URE + Fiscal Técnico	Registro crítico autônomo*
<b>C05</b>	Falha do monitor em travessia/assistência crítica	Monitor não acompanha aluno em travessia, embarque, desembarque ou situação equivalente de vulnerabilidade	Relato formal, ocorrência, registro da UE	UE + URE	Registro crítico autônomo*
<b>C06</b>	Veículo sem condição grave de circulação escolar	Operação com veículo sem autorização regular, sem seguro obrigatório, ou em condição grave de insegurança	Vistoria, documentos, ocorrência	Fiscal Técnico + Fiscal Administrativo	Registro crítico autônomo*
<b>C07</b>	Profissional sem habilitação/curso válido impeditivo	Motorista opera sem habilitação válida, sem curso obrigatório ou com impedimento legal relevante	Documentos, ocorrência, RMM	Fiscal Administrativo + Fiscal Técnico	Registro crítico autônomo*
<b>C08</b>	Embarque/desembarque ou rota com risco manifesto	Alteração indevida de rota ou local manifestamente inseguro, com exposição do aluno a risco relevante	GPS, ocorrência, relato validado	UE + URE + Fiscal Técnico	Registro crítico autônomo*
<b>C09</b>	Fraude/ocultação/manipulação de evidências	Fraude, adulteração, ocultação ou manipulação de GPS, telemetria, tacógrafo, formulários, relatórios, listas ou documentos	Auditoria, confronto documental, logs, ocorrência	Gestão + Fiscal Técnico + Fiscal Administrativo	Registro crítico autônomo*

\* Registro crítico autônomo com repercussão na avaliação mensal, adoção de medida corretiva imediata e avaliação de eventual encaminhamento sancionatório

## 6. REGRAS ESPECÍFICAS DE CLASSIFICAÇÃO E GLOSA



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

6.1. Sem ocorrência crítica de segurança, a classificação mensal ordinária observará os seguintes parâmetros referenciais sobre a liberação da fatura mensal, sem prejuízo de eventual glosa analítica específica, quando cabível:

- a) BOM: liberação de 100% da fatura mensal apurada;
- b) REGULAR: liberação de 90% da fatura mensal apurada;
- c) RUIM: liberação de 80% da fatura mensal apurada.

6.2. Havendo ocorrência crítica de segurança no período de referência, a Administração poderá aplicar, de forma motivada e mediante registro das evidências correspondentes, os parâmetros referenciais (glosas) de liberação da fatura previstos neste Anexo, como ajuste de medição e de desempenho contratual, sem natureza sancionatória e sem prejuízo da adoção imediata de medidas corretivas, preventivas ou substitutivas necessárias à segurança dos estudantes e à continuidade do serviço:

- a) 1 (uma) ocorrência crítica de segurança: liberação referencial de 70% da fatura mensal apurada;
- b) 2 (duas) ou mais ocorrências críticas de segurança: liberação referencial de 60% da fatura mensal apurada.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

6.2.1. A aplicação dos parâmetros previstos no item 6.2 deverá observar a natureza da ocorrência, sua gravidade operacional, a extensão do impacto sobre a execução contratual, a existência de medidas imediatas de contenção ou saneamento, a manifestação eventualmente apresentada pela Contratada e a vedação de duplicidade de abatimento pelo mesmo fato gerador.

6.2.2. O registro de ocorrência crítica de segurança e a aplicação de ajuste na liberação da fatura não configuram, por si sós, penalidade administrativa, sem prejuízo de eventual encaminhamento para apuração sancionatória quando houver indícios de infração administrativa. Nessa hipótese, a sanção administrativa, inclusive eventual multa, será apurada, processada e dosada exclusivamente nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Resolução SEDUC nº 28/2026 e de seus Anexos I e II, bem como de eventuais legislações e normas aplicáveis supervenientes.

6.3. O conceito INSATISFATÓRIO/CRÍTICO:

a) não cria, por si só, nova faixa autônoma de liberação da fatura além das previstas neste item;  
b) servirá para reforço da fiscalização, exigência de plano de ação corretivo, glosa analítica complementar quando houver fato material autônomo, avaliação de inadimplemento relevante e eventual encaminhamento para apuração sancionatória, quando cabível.

6.4. A glosa analítica continuará incidindo, quando cabível, sobre parcela fixa, variável ou ambas, especialmente por indisponibilidade, inexecução, quilometragem não comprovada, execução parcial, execução em desconformidade ou outra não conformidade específica com impacto mensurável na medição, na disponibilidade contratada, na execução operacional ou na comprovação do serviço, conforme o Termo de Referência.

6.5. A aplicação concomitante de glosa analítica e glosa por faixa de desempenho mensal somente será admitida quando:

a) houver autonomia material entre os fatos considerados;  
b) a motivação explicitar a distinção entre o abatimento analítico e a redução decorrente do desempenho consolidado; e  
c) não houver duplicidade de abatimento sobre o mesmo fato gerador.

6.6. A glosa prevista neste Anexo não possui natureza sancionatória e não substitui eventual multa administrativa, advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade. As penalidades administrativas somente poderão ser aplicadas em procedimento próprio, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Resolução SEDUC nº 28/2026 e das demais normas aplicáveis.

6.7. Quando os fatos registrados na matriz indicarem possível infração administrativa, a fiscalização deverá encaminhar os elementos ao gestor do contrato ou à autoridade competente, com descrição objetiva do fato, indicação das evidências disponíveis, impacto identificado, histórico de reincidência, providências adotadas e eventual sugestão de avaliação jurídica ou administrativa, vedada a aplicação automática de penalidade com fundamento exclusivo na pontuação mensal.

6.8. Eventual multa sancionatória, multa moratória ou outra penalidade pecuniária deverá observar os limites, bases de cálculo, critérios de dosimetria, competências e rito previstos na Resolução SEDUC nº 28/2026, especialmente seus artigos 7º e 8º e seus Anexos I e II, não prevalecendo qualquer disposição deste Anexo que seja interpretada em sentido diverso.

6.8.1. Para fins de aplicação de multa sancionatória, deverão ser observados o art. 7º da Resolução SEDUC nº 28/2026 e os Anexos I e II da referida norma, de modo que:

a) a multa sancionatória somente incidirá nas hipóteses de infração administrativa previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021;  
b) o percentual aplicável deverá observar o intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento);  
c) no caso de descumprimento parcial do ajuste, a multa deverá ser calculada de forma proporcional ao tempo da execução do contrato ou sobre a parcela inadimplida; e





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

d) quando não houver valor contratual definido, a multa incidirá sobre o valor estimado da contratação, apurado na pesquisa de preços ou, na sua ausência, sobre a estimativa preliminar constante do DFD e/ou do ETP, nos termos da Resolução.

6.8.2. A multa moratória por atraso na execução de obrigação contratual observará o art. 8º da Resolução SEDUC nº 28/2026, tendo como base de cálculo o valor da parcela em atraso, contada em dias corridos a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, nos seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor da parcela entregue com atraso, até o 10º (décimo) dia de atraso;
- b) 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor da parcela em atraso, entre o 11º (décimo primeiro) e o 30º (trigésimo) dia de atraso, em acréscimo ao disposto na alínea anterior; e
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, observado o rito e as competências previstos na Resolução SEDUC nº 28/2026.

6.8.3. A aplicação dos parâmetros de multa previstos nos itens 6.8.1 e 6.8.2 não se confunde com a aplicação de glosa, retenção de parcela controvertida ou ajuste de medição previstos neste Anexo, devendo eventual penalidade administrativa observar processo próprio, contraditório, ampla defesa, motivação, competência da autoridade sancionadora e dosimetria nos termos da Resolução SEDUC nº 28/2026.

6.9. A classificação mensal da Contratada como BOM, REGULAR, RUIM ou INSATISFATÓRIO/CRÍTICO, bem como o registro de ocorrência crítica de segurança, não vincula automaticamente a autoridade competente à aplicação de sanção administrativa específica, servindo apenas como subsídio instrutório para eventual apuração, nos termos da Resolução SEDUC nº 28/2026.

## **7. REGRAS DE CONSOLIDAÇÃO, DUPLICIDADE E PREVALÊNCIA**

7.1. Os itens desta matriz consolidam denominações equivalentes e repetidas e devem prevalecer sobre terminologias paralelas existentes em controles internos, sem prejuízo da manutenção das evidências originais.

7.2. Não haverá dupla pontuação para itens equivalentes. Em caso de sobreposição terminológica, prevalecerá o item consolidado de maior aderência material.

7.3. As ocorrências críticas de segurança não entram no critério ordinário.

7.4. A ocorrência crítica de segurança prevalece sobre eventual nota ordinária do mesmo fato.

7.5. Quando o mesmo fato der suporte a glosa analítica e a glosa por faixa de desempenho mensal, a motivação deverá demonstrar a autonomia material das consequências, vedado o bis in idem financeiro.

## **8. REGRAS DE EVIDÊNCIA, CIÊNCIA E SANEAMENTO**

8.1. Antes da consolidação definitiva da glosa do período, a Contratada deverá ser cientificada das ocorrências registradas e poderá apresentar manifestação, justificativas, documentos e evidências no prazo definido no rito da medição, sem prejuízo da adoção imediata de medidas emergenciais necessárias à segurança dos estudantes e à continuidade do serviço.

8.2. A ciência da Contratada poderá ocorrer por meio eletrônico oficial, notificação, termo de ocorrência, registro em sistema, ciência em formulário próprio, relatório de medição, ata de reunião ou outro meio formal admitido pela Administração.

8.2.1. Quando a avaliação mensal resultar em classificação REGULAR, RUIM, INSATISFATÓRIO/CRÍTICO ou registrar ocorrência crítica de segurança, a Administração poderá convocar a Contratada para reunião de ciência, alinhamento, saneamento ou definição de plano de ação, preferencialmente no prazo de até 10 (dez) dias contados da consolidação da medição do período, sem prejuízo da adoção imediata de medidas emergenciais necessárias à segurança e à continuidade do serviço.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

8.3. A Contratada poderá apresentar justificativa técnica e documentos comprobatórios para as ocorrências registradas, especialmente quando alegar excepcionalidade do evento, fatores climáticos, viários, estruturais, de ordem pública, caso fortuito, força maior ou outros fatos imprevisíveis, inevitáveis e alheios ao seu controle.

8.4. A justificativa apresentada será analisada motivadamente pela fiscalização competente, que poderá acolhê-la, rejeitá-la total ou parcialmente, determinar diligências complementares, exigir saneamento ou manter a glosa e os registros correspondentes.

8.5. A mera alegação genérica de dificuldade operacional, congestionamento ordinário, indisponibilidade de recursos, falha de planejamento, ausência de veículo reserva, deficiência de manutenção, inadequação de escala ou falha de monitoramento não será suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade da Contratada, salvo se demonstrada, de forma objetiva e documentada, a existência de evento superveniente efetivamente imprevisível, inevitável ou alheio ao seu controle.

8.5.1. Quando a Contratada solicitar prazo para saneamento de determinada não conformidade, substituição de recurso, complementação documental ou adoção de medida corretiva, o pedido deverá ser formalizado por meio idôneo, com indicação da providência proposta, justificativa, prazo pretendido, responsáveis e medidas de contingência, cabendo à Administração avaliar sua admissibilidade, acompanhar sua execução e registrar eventual descumprimento.

8.6. A regularização posterior não apaga a ocorrência do período em que a falha se verificou e poderá ser considerada para fins de:

- a) saneamento;
- b) não repetição;
- c) avaliação de boa-fé;
- d) dosimetria de eventual sanção, quando houver processo próprio;
- e) encerramento da medida corretiva; e
- f) avaliação do histórico de desempenho da Contratada.

8.7. A ocorrência documentada por unidade escolar, Unidade Regional de Ensino, fiscalização técnica, fiscalização administrativa, GPS/telemetria, tacógrafo, Relatório Mensal de Medição ou outra evidência objetiva válida poderá embasar o lançamento da matriz, observada a necessidade de motivação, rastreabilidade e possibilidade de manifestação da Contratada.

8.8. A recusa da Contratada ou de seu preposto em dar ciência ao registro da ocorrência não impedirá a continuidade da fiscalização, da apuração da medição, da formalização da glosa ou do encaminhamento para providências cabíveis, devendo a recusa ser certificada pela Administração.

## **9. REGRA DE GOVERNANÇA DA MATRIZ**

9.1. A presente matriz deverá constar do Anexo II do TR e poderá ser operacionalizada por planilha eletrônica, formulário sistêmico ou painel de controle, desde que preserve:

- a) os códigos dos itens;
- b) os pesos definidos;
- c) o regime binário 0/1;
- d) o cálculo do resultado da pontuação total dos itens avaliados;
- e) a segregação entre itens ordinários e ocorrências críticas;
- f) a trilha de evidências; e
- g) a possibilidade de auditoria integral.

9.1.1. Para fins de consolidação mensal, a Administração poderá utilizar quadro-resumo por empresa, contrato, grupo contratual, Unidade Regional de Ensino ou conjunto de unidades escolares atendidas, contendo, no mínimo:

- a) competência de referência;
- b) empresa contratada;
- c) grupo contratual;
- d) unidades escolares avaliadas;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

- e) registros recebidos da Unidade Escolar;
- f) registros consolidados pela Unidade Regional de Ensino;
- g) ocorrências críticas identificadas;
- h) pontuação ordinária apurada;
- i) classificação mensal resultante;
- j) percentual referencial de liberação da fatura;
- k) glosas analíticas incidentes;
- l) justificativas apresentadas pela Contratada;
- m) análise da fiscalização; e
- n) encaminhamentos corretivos, preventivos ou para avaliação de eventual apuração sancionatória, quando cabíveis.

9.2. Alterações futuras de pesos, tolerâncias operacionais de disparo, detalhamento de evidências, critérios de apuração ou parâmetros de aplicação da matriz somente poderão ocorrer mediante ato formal da Administração, com motivação técnica e ciência prévia da Contratada, desde que não contrariem o Termo de Referência, o contrato, a Resolução SEDUC nº 28/2026 ou as demais normas aplicáveis.

## **10. ENCAMINHAMENTO PARA EVENTUAL APURAÇÃO SANCIONATÓRIA**

10.1. Os registros desta matriz poderão subsidiar eventual apuração sancionatória quando os fatos identificados indicarem possível enquadramento em infração administrativa prevista na Lei nº 14.133/2021, na Resolução SEDUC nº 28/2026, no edital, no contrato ou no Termo de Referência.

10.2. O encaminhamento para eventual apuração sancionatória não decorrerá automaticamente da pontuação mensal, da classificação da Contratada ou da incidência de glosa, devendo ser precedido de avaliação motivada quanto à gravidade da conduta, materialidade, autoria, nexos com a execução contratual, impacto ao serviço, existência de dano, indicação de eventual reincidência, dolo ou culpa, resistência ao saneamento e demais circunstâncias relevantes.

10.3. Quando houver indícios de infração administrativa, o fiscal, gestor ou agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual deverá reunir os elementos disponíveis e encaminhar comunicação formal, preferencialmente por meio de parecer técnico opinativo, contendo, no mínimo:

- a) identificação da Contratada;
- b) descrição objetiva dos fatos;
- c) indicação preliminar do possível enquadramento jurídico, sem prejuízo da análise pela autoridade competente;
- d) indicação das evidências disponíveis;
- e) data, local, rota, veículo, profissional, grupo contratual ou frente operacional envolvida, quando identificável;
- f) impacto operacional, financeiro, documental, assistencial ou de segurança;
- g) providências corretivas ou emergenciais já adotadas;
- h) histórico de reincidência ou reiteração operacional, quando houver; e
- i) indicação da necessidade de remessa à unidade competente para certificação da regularidade da instrução inicial, nos termos da Resolução SEDUC nº 28/2026.

10.4. A instauração, instrução, condução, decisão, recurso, registro e eventual reabilitação relacionados a sanções administrativas observarão a Resolução SEDUC nº 28/2026 e demais normas aplicáveis, inclusive quanto:

- a) às autoridades competentes;
- b) à dosimetria;
- c) aos prazos de defesa e recurso;
- d) à necessidade de contraditório e ampla defesa;
- e) à certificação da instrução;
- f) aos registros em cadastros próprios;
- g) à análise jurídica prévia, quando exigível; e
- h) à aplicação, quando cabível, da metodologia referencial de dosimetria da multa prevista nos Anexos I e II da Resolução SEDUC nº 28/2026, inclusive quanto à definição da base de cálculo, percentual-base, agravantes, atenuantes, fórmula de cálculo e limites mínimo e máximo da multa sancionatória previstos no art. 7º da referida Resolução.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES**

10.4.1. Na hipótese de a apuração sancionatória envolver proposta de aplicação de multa sancionatória, a autoridade competente deverá observar o art. 7º da Resolução SEDUC nº 28/2026, inclusive quanto ao intervalo percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento), à proporcionalidade no caso de descumprimento parcial do ajuste e à base de cálculo aplicável, conforme haja valor contratual definido, parcela inadimplida ou valor estimado da contratação.

10.4.2. Na hipótese de atraso na execução de obrigação contratual, a eventual multa moratória deverá observar o art. 8º da Resolução SEDUC nº 28/2026, sem prejuízo da análise quanto à caracterização de inexecução parcial ou total após 30 (trinta) dias de atraso, conforme o caso.

10.5. A aplicação de glosa, retenção de parcela controvertida ou ajuste de medição não impede a instauração de processo sancionatório quando houver indícios de infração administrativa, desde que preservada a distinção de natureza, finalidade e fundamento entre glosa e penalidade administrativa, vedado o bis in idem.

## **11. HISTÓRICO DE DESEMPENHO PARA FINS DE GESTÃO CONTRATUAL**

11.1. As avaliações mensais consolidadas com base nesta matriz poderão compor histórico de desempenho da Contratada, para subsidiar decisões administrativas futuras relacionadas à gestão contratual, inclusive quanto à conveniência de prorrogação, alterações, exigência de plano de ação, reforço de fiscalização ou demais providências cabíveis.

11.2. O histórico de desempenho não gera direito subjetivo à prorrogação contratual, nem impede, por si só, a prorrogação quando presentes justificativa técnica, interesse público, vantajosidade, regularidade da execução e demais requisitos legais e contratuais aplicáveis.

11.3. Para fins meramente referenciais de gestão:

- a) histórico majoritariamente classificado como BOM poderá ser considerado favorável à continuidade contratual, desde que presentes os demais requisitos legais e contratuais;
- b) histórico majoritariamente classificado como REGULAR poderá demandar análise de evolução, plano de ação, saneamento de falhas e avaliação reforçada de vantajosidade;
- c) histórico majoritariamente classificado como RUIM ou INSATISFATÓRIO/CRÍTICO poderá subsidiar análise técnica mais rigorosa quanto à conveniência administrativa, vantajosidade e regularidade da continuidade contratual, reforço de fiscalização ou adoção das medidas contratuais cabíveis.

11.4. As conclusões extraídas do histórico de desempenho deverão ser motivadas e não substituem os procedimentos, requisitos e competências previstos no Termo de Referência, no contrato, na Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas aplicáveis, sem prejuízo da observância da Resolução SEDUC nº 28/2026 quando os fatos também indicarem infração administrativa.